

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Setembro de 2007

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Setembro de 2007

Índice

Ricos aceitam corte ambicioso de gases - Ap e Reuters – Estado de São Paulo – Vida & - 01/09/2007	9
Ecocrédito municipal - Paulo R. Haddad – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 01/09/2007	10
Plantar florestas é um bom negócio – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007	11
A causa comum – Cristovam Buarque – O Globo – Opinião – 01/09/2007.....	13
Programa de biodiesel ignora uso do babaçu - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007.....	14
Biodiversidade de quem? – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 02/09/2007	15
Equipamento vai ajudar a exploração sustentável – Estado de São Paulo – Vida & - 03/09/2007	17
Ministros de 22 países discutem meio ambiente – Estado de São Paulo – Vida & - 03/09/2007	18
Brasil subestima mercado de carbono, diz empresário pioneiro – Eduardo Giraque – Folha de São Paulo – Ciência – 03/09/2007.....	18
Marina Silva abre, no Rio, reunião de ministros sobre governança ambiental - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 03/09/2007.....	21
MMA lança Revista Agenda 21 e Juventude – Sítio Eletrônico do MMA - 03/09/2007	22
Ministros propõem mudança urgente no sistema de governança ambiental - Daniela Mendes - 04/09/2007	24
Bancos adotam tímidas práticas de sustentabilidade - Mara Luquet – Valor Econômico – Investimentos - 03/09/2007	25
UE impõe barreira ambiental – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/09/2007	26
REFORMA NA ONU PAÍSES DEBATEM CRIAÇÃO DE "OMC AMBIENTAL" – Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2007.....	27

Brasil apóia criação de agência ambiental - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 04/09/2007	28
Mercosul apresenta estratégias para combate à desertificação em Madri - Adriano Ceolin - 04/09/2007	29
Países discutem agência ambiental mundial - Chico Santos – Valor Econômico – Internacional - 04/09/2007.....	29
Quem pagará a conta pela redução de emissões? - Jeffrey Ball – Valor Econômico – Internacional - 04/09/2007.....	31
Estudo diz que pecuária desmata a Amazônia, e não a soja - Cibelle Bouças e Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007	32
Instituto tenta melhorar práticas do agronegócio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/09/2007	33
Ministra critica recursos para ação ambiental - Rafael Rosas – Valor Econômico – Internacional - 05/09/2007.....	34
A natureza jurídica da redução de emissões - Henrique de Azevedo F. França – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 05/09/2007	34
Brasil propõe novo órgão para o ambiente – Ítalo Nogueira – Folha de São Paulo – Ciência – 05/09/2007	36
Agroindústria cria instituto para se tornar sustentável - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 05/09/2007	37
Brasil no perde/ganha da escassez de recursos - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 06/09/2007	38
Aquecimento global - Igor Barenboim – Valor Econômico – Opinião - 06/09/2007.....	39
Indulgências verdes – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 08/09/2007	41
País pobre poderá ter meta mais leve de corte de gases – Folha de São Paulo – Ciência – 10/09/2007	43
Caravana visitará locais a serem contemplados pelo Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 10/09/2007	46
MMA apóia PEC que torna Cerrado e Caatinga patrimônios nacionais - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 10/09/2007.....	47

Floresta em pé merece crédito, defende ONG – Kátia Brasil - Folha de São Paulo –
Ciência – 11/09/2007..... 48

Ameaças ao crescimento sustentável – estado de São Paulo – Economia e Negócios –
Editorial- 15/09/2007..... 48

Segunda Quinzena

Aquecimento ilhado – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2007 .. 49

Ibope: preocupação com o verde passa longe da cabeça dos jovens - Tulio Brandão – O
Globo – Rio – 16/09/2007 51

A conta da natureza - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo –
Economia – 16/09/2007..... 52

COP-8 foi um fracasso, dizem ambientalistas - Efe – Estado de São Paulo – Vida & -
17/09/2007 54

Desenvolvimento territorial e economia solidária são temas de encontro na PB – Sítio
Eletrônico do MDA – 17/09/2007 54

Oficinas preparam assentamentos baianos para licenciamento ambiental – Sítio
Eletrônico do MDA – 17/09/2007 55

Ministra destaca interação entre setores ambiental e produtivo - Gerusa Barbosa –
Sítio Eletrônico do MMA - 17/09/2007 55

Articuladores territoriais discutem em Brasília planejamento das ações – Sítio Eletrônico do
MDA – 18/09/2007..... 56

Faeb apresenta perfis agronômicos dos territórios de identidade - Ascom - Faeb -
19/09/2007 57

Lula critica regras de estrangeiros para Amazônia - Tânia Monteiro – Estado de São
Paulo – Nacional – 19/09/2007 57

Lula faz defesa da soberania da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 19/09/2007 58

Ozônio mais protegido – O Globo – Ciência – 19/09/2007 58

Secretário-geral da Rio-92 diz que todos os países devem reduzir CO2 - Carlos
Albuquerque – O Globo – Ciência – 19/09/2007 59

País rejeita medida antipoluição da UE - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil -
19/09/2007 60

Meta de Kyoto deveria ser 11,5 vezes maior, diz especialista - Fabiana Cimieri e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 20/09/2007.....	62
Destruição ambiental ameaça crescimento – Vinod Thomas – Folha de São Paulo – Opinião – 20/09/2007	63
Marina pede Força Nacional contra queimadas - Ricardo Galhardo- O Globo – O País – 20/09/2007	65
MMA promove mostra de produtos sustentáveis - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007.....	66
Governo articula proposta de um plano nacional de serviços ambientais - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007.....	67
Produção Mais Limpa quer definir política nacional - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007	67
Brasil deve reduzir emissão de gases já em 2008 – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007	68
Entidades querem maior participação nas políticas ambientais - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 21/09/2007	69
Floresta esverdeia mesmo sem receber chuva na Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 21/09/2007	71
O poder verde da floresta - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 21/09/2007	72
Líderes mundiais debatem aquecimento - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência – 21/09/2007	73
Capobianco participa de conferência sobre desenvolvimento sustentável - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 21/09/2007.....	74
Mundo contempla Amazônia com "olho gordo", afirma Lula – Kátia Brasil - Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007	74
Aluguel de floresta começa em Rondônia – Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Ciência – 22/09/2007	76
Floresta do Jamari é a primeira a ser privatizada - Carolina Brígido – O Globo – O País – 22/09/2007	77
Pioneiro, Brasil prepara 1º leilão de carbono em Bolsa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/09/2007	78

Devastação da Amazônia volta a crescer - Rodrigo Taves – O Globo – O País – 23/09/2007	79
'O governo não vai conseguir nunca o desmatamento zero' – Rodrigo Taves - O Globo – O País - CORPO A CORPO – Agamenon da Silva Menezes – 23/9/2007.....	81
Liderança e mudança climática – Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2007	81
ONU tenta hoje quebrar gelo do pós-Kyoto – Denyse Godoy - Folha de São Paulo – Ciência – 24/09/2007.....	84
Joaninha amiga - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/09/2007..	85
Na ONU, discurso em defesa do meio ambiente – Estado de São Paulo – Nacional – 25/09/2007	88
ONU pede ação imediata no clima – Denyse Godoy – Folha de São Paulo – Ciência – 25/09/2007	89
Pobres têm feito sua parte, diz Marina – Folha de São Paulo – Ciência – 25/09/2007 ...	90
EUA ignoram ONU – O Globo – Ciência – 25/09/2007	90
Catorze participantes inscritos indicam disputa em leilão de carbono - Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 25/09/2007.....	92
ONU pede ação urgente contra mudança climática – Valor Econômico – Internacional - 25/09/2007	93
'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia' – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007	93
Em MT, derrubada de mata subiu 200% - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007	98
A máquina de chuva da Amazônia - Thomas E. Lovejoy e Gomercindo Rodrigues- Folha de São Paulo – Opinião – 25/09/2007	100
Lula e o clima – Folha de São Paulo – Opinião- Editorial – 26/09/2007.....	102
Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20" – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2007	103
País pobre terá meta no clima, diz Lagos – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/09/2007.....	104

Brasil assume a sua parcela - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 26/09/2007.....	106
Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento – O Globo – Capa – 26/09/2007	108
Lula anuncia plano ambiental – O Globo – O País – 26/09/2007	108
Lavoura arcaica – Miriam Leitao – O Globo – Economia – 26/09/2007.....	110
Privatização da Amazônia é lamentável, afirma geógrafo – Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 26/09/2007	111
Lula rejeita metas de emissão de gases para países pobres - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007.....	112
Crédito de carbono atrai cooperativas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 26/09/2007	113
Governo dos EUA tenta ditar os rumos da discussão - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 27/09/2007	114
Paraíso terrestre – Carlos Heitor Cony – Folha de São Paulo – 27/09/2007.....	116
Plano ambiental prevê ações do setor privado – O Globo – Capa – 28/09/2007	116
Plano ambiental prevê parceria com setor privado - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 27/09/2007	117
Especialistas cobram proteção da Amazônia - Francisco Leali – O Globo – O País – 27/09/2007	118
Lucros com o aquecimento – O Globo – Ciência – 27/09/2007	119
Começa reunião americana sobre clima - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 27/09/2007	120
Bush, agora, promete liderança no clima – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2007	121
Nobel critica biocombustível em novo estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2007	122
Reunião de Bush começa desacreditada - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 28/09/2007	123
Plantio de cana terá incentivo na Amazônia – O Globo – Capa – 28/09/2007.....	124

Governo incentiva plantio de cana na Amazônia - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Economia – 28/09/2007.....	124
Países criticam posição dos EUA sobre clima - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 29/09/2007.....	125
Marina cobra Stephanes sobre cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007.....	126
'Ameaça é o efeito dominó' - Andrea Vialli e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007.....	127
Usinas aderem ao fim das queimadas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007	128
Brasil sobe tom em evento sobre o clima – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2007	129
Americano "reinventa" mecanismo de Kyoto –Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2007.....	131
Frustração na reunião de Bush sobre clima - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 29/09/2007	132
União internacional para soluções locais – Geddel Vieira Lima – Folha de São Paulo – Opinião – 30/09/2007	133

Ricos aceitam corte ambicioso de gases - Ap e Reuters – Estado de São Paulo – Vida & - 01/09/2007

Países concordam em lutar para reduzir emissão de 25% a 40%

Países desenvolvidos concordaram ontem, em reunião na Áustria, que precisam lutar para cortar de 25% a 40% a emissão de gases-estufa até 2020 em relação aos níveis de 1990. Esse é um passo essencial para a criação de um tratado eficiente de controle do aquecimento global posterior ao Protocolo de Kyoto, que acaba em 2012.

Negociadores de 154 nações buscavam desde segunda-feira um acordo nesse campo e aplaudiram o consenso obtido. Não haveria metas obrigatórias. Datas e detalhes começarão a ser debatidos numa conferência que acontece em dezembro, em Bali.

O texto de Viena transforma as conclusões científicas do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) em diretrizes políticas. Elas indicam que um corte de 25% a 40% nas emissões, entre 10 e 15 anos, é necessário para evitar suas previsões mais catastróficas, como tempestades, secas e furacões mais frequentes e intensos.

Para o secretário-executivo da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, Yvo de Boer, a reunião termina de forma positiva. Mas ele pede ações mais drásticas para que o problema seja contornado. “Essas conclusões indicam que países industrializados devem agir para mostrar liderança. Porém mais do que isso precisa ser feito pela comunidade global.”

O protocolo em vigor é pouco efetivo: pede uma redução da emissão de 5,2%, em relação aos índices medidos em 1990, pelos países desenvolvidos. Os Estados Unidos, maiores emissores do mundo, se recusaram a participar.

Americanos e europeus defendem que países em desenvolvimento também aceitem metas de corte de emissões, especialmente Índia e China - que está prestes a passar os EUA como campeões de emissão de gases-estufa. Ambos recusam um acordo com metas, como outros emergentes, entre eles o Brasil.

O Ecocrédito municipal é um incentivo fiscal que visa a viabilizar objetivos das políticas ambientais e que pode transformar-se num título negociável para o seu beneficiário. É, basicamente, um mecanismo econômico de mercado que, complementarmente aos mecanismos de comando e controle, começa a ser acionado por algumas prefeituras municipais do País, visando a estimular, dentro de propriedades rurais nos seus limites geográficos, a formação de áreas de preservação ambiental destinadas à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos.

Inserir-se na tendência moderna de desenvolver mecanismos e instrumentos econômicos de mercado para viabilizar soluções de problemas ambientais com menores custos de oportunidade para a sociedade.

O produtor rural que declarar uma área como de preservação ambiental terá um incentivo do governo municipal, o Ecocrédito, equivalente a um certo número de Unidades Padrão Fiscal Municipal (UPFMs) por hectare/ano. O Ecocrédito somente poderá ser disponibilizado ao produtor após a área ter sido declarada como de preservação ambiental. O recebimento do crédito ficará condicionado ao envio, pelo proprietário, de um relatório simplificado, em formulário elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, contendo a descrição detalhada da área preservada, ficando facultado ao município a fiscalização, sem prévia comunicação, para atestar a veracidade das informações prestadas.

O produtor rural que, além de delimitar áreas de preservação ambiental, conceber e executar programas integrados de conservação, recuperação, gestão e educação ambiental terá um Ecocrédito equivalente ao dobro de UPFMs por hectare/ano. No caso desses programas integrados, a liberação de recursos financeiros é condicionada pela execução do seu cronograma físico, aprovado pelo Conselho Municipal de Conservação, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente.

O Ecocrédito recebido pelo produtor rural deverá ser utilizado observando-se a seguinte ordem de prioridade: compensação dos tributos municipais, tais como IPTU, ISS, ITBI e taxas; compensação por serviços prestados pela administração pública municipal em sua propriedade, desde que haja acordo entre as partes; e compensação de lance em leilões de bens do município.

Entretanto, o Ecocrédito não é um mecanismo apenas da economia de mercado, mas um mix de instrumento econômico e de regulamentação, pois são os Conselhos Municipais de Meio Ambiente que declaram uma área como de preservação ambiental; as áreas de preservação ambiental se inserem no contexto das políticas de zoneamento ecológico do município; e o processo de implementação do Ecocrédito é conduzido segundo normas e regulamentações dos órgãos ambientais do município.

Como é comum que muitos proprietários rurais não têm de pagar impostos ou taxas municipais, para que eles sejam estimulados a praticar a preservação ambiental de suas áreas por meio do Ecocrédito é preciso que esta forma de incentivo fiscal possa se tornar

um título ou certificado negociável, desde que essa operação seja aprovada pelas autoridades locais.

A definição do valor do incentivo fiscal, a ser atribuído aos produtores rurais pelas autoridades fazendárias e ambientais do município, depende de uma análise de custos e benefícios. Para o produtor o benefício se manifesta por meio da receita financeira que advém do incentivo fiscal e o custo se mede pelo valor líquido (reduzidos os custos) da produção que deixa de ser realizada nas áreas preservadas (custo de oportunidade). Isso significa, por exemplo, que, em áreas degradadas de municípios localizados na região da mata atlântica, a produtividade por hectare é, em geral, tão baixa que o custo de oportunidade para o produtor é pouco significativo. Portanto o valor do Ecocrédito será compatível com a realidade das finanças públicas locais.

As prefeituras de municípios menos desenvolvidos e com baixo nível de arrecadação, que desejarem aplicar o mecanismo do Ecocrédito com risco mínimo de desequilíbrio fiscal, dispõem de várias alternativas: estabelecer um teto para o número de certificados a serem concedidos, melhorar a capacidade de arrecadação de recursos tributáveis próprios e obter recursos de comunidades externas que reconheçam o valor de existência do seu capital natural. A questão passa a ser, então, de uma escolha de prioridade política. ***Paulo R. Haddad, professor do Ibmeq/MG, foi ministro da Fazenda e do Planejamento no governo Itamar Franco**

Plantar florestas é um bom negócio – Roberto Rodrigues - Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/09/2007

Não se pode imaginar que o plantio de florestas seja um tema romântico; tem que dar lucro, ser um negócio positivo

O MINISTÉRIO do Meio Ambiente anunciou há poucos dias uma significativa redução do desmatamento da Amazônia no último ano e uma expectativa de crescente controle oficial nessa área. Trata-se de uma importante e alvissareira notícia, seja pelo fato em si, seja pelas conseqüências positivas que ele traz para o comércio internacional de produtos agrícolas.

Nossos concorrentes, que vão perdendo mercados graças à alta eficiência competitiva dos agropecuaristas brasileiros, vivem inventando argumentos para cortar nossos mercados. Entre esses argumentos, sempre ganha força a hipotética "devastação da floresta tropical".

No entanto, há outro fato ainda mais relevante para o país, que é o espetacular crescimento do plantio de florestas novas. Por trás desse avanço, está uma poderosa estrutura de geração de tecnologia, liderada pela Embrapa Florestas, sediada em Colombo (PR) e que trabalha articulada com outras várias instituições, inclusive ligadas a universidades. Os trabalhos, centrados em eucaliptos e pínus, vêm avançando para outras

espécies, como a acácia negra, a teca, a araucária, a seringueira e espécies nativas, sempre com o apoio do Ibama e de empresas privadas.

A verdade é que há uma crescente demanda interna e externa por produtos que vêm de floresta, como celulose e papel, siderurgia, construção civil, movelaria, carvão vegetal, e agora vem o álcool de celulose, além de produtos fitoterápicos e medicinais. Portanto, ao mesmo tempo em que se reduz o abate das matas nativas, é essencial implementar as florestas plantadas, para atender a essa demanda. E o Brasil, por sua extensão territorial e seu clima, forçosamente tem que ocupar um espaço relevante no mundo nessa área. Por outro lado, não se pode imaginar que o plantio de florestas seja um tema romântico, voltado apenas à sustentabilidade ambiental ou à beleza natural. Tem que dar lucro, deve ser um negócio positivo, para atrair a atenção de agricultores como uma boa alternativa à atividade rural.

Isso vem acontecendo, graças a esse mercado crescente.

Em 2006, foram plantados mais 131 mil hectares de florestas em todo o país, além da reforma dos outros 500 mil hectares. E isso vem acontecendo em todas as regiões. Minas Gerais é o maior Estado produtor, com mais de 1,2 milhão de hectares de eucaliptos e pinus, seguido de São Paulo, com 970 mil hectares, Paraná, com 808 mil, Santa Catarina, com 600 mil, Bahia, com 594 mil, e Rio Grande do Sul, com 370 mil. Metade da demanda de produtos florestais (390 milhões de m³/ano) é atendida pelas florestas plantadas, equivalentes a 184 milhões de m³/ano, sendo 73% de eucaliptos e 27% de pinus. Dessa forma, o temido apagão florestal projetado há anos para o Brasil não é mais um problema: foi resolvido.

O Brasil já é hoje o 3º maior exportador mundial de celulose (atrás do Canadá e dos Estados Unidos), o 17º maior exportador mundial de papel, o 4º de madeira serrada e de compensados. E as vendas externas em 2006 de produtos de florestas plantadas foram de US\$ 5,158 bilhões, 10% a mais que no ano anterior. A Sociedade Brasileira de Silvicultura informa que apenas o complexo soja e as carnes têm maior valor exportado que os derivados de madeira.

É, sem dúvida, um atraente setor, que muito crescerá ainda no Brasil, inclusive com o impulso de recursos que virão do CDM (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, na sigla em inglês)...

ROBERTO RODRIGUES, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (Fundação Getúlio Vargas), presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura. Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

A causa comum – Cristovam Buarque – O Globo – Opinião – 01/09/2007

Como em toda Semana da Pátria dos últimos anos, desde segunda-feira, as laterais dos prédios dos ministérios estão enfeitadas com faixas gigantescas, trazendo mensagens.

A novidade é que, este ano, todos os ministérios trazem uma mensagem comum, como uma nota só: “Energia para crescer, o caminho é a educação”; ou “Alimentação é o começo. Educação é o caminho”.

Todos repetem o mesmo: “O caminho é a educação.” O vazio de propostas alternativas acomodou a política, que assiste impotente à marcha rumo à catástrofe ecológica, o aquecimento global, a apartação. Os sonhos utópicos se limitam a poucos defensores de causas ecológicas, da assistência social, dos direitos humanos. Os partidos perderam a nitidez e as bandeiras; os políticos perderam a liderança e o estadismo; o Estado perdeu sua função; a população perdeu a esperança, as ideologias se esvaeceram.

Depois de 200 anos, a civilização do crescimento econômico se esgotou, pela depredação ecológica e pela divisão social. Construímos uma civilização de riqueza e poder científico e tecnológico inimagináveis, mas ameaçada pelo desequilíbrio ecológico e limitada pela apartação social, que atravessa cada país, separando pobres e ricos. A alternativa socialista também se esgotou, por falta de liberdade individual e de eficiência econômica, principalmente por causa da ilusão de igualdade criada pelo estado.

A civilização do crescimento, capitalista ou socialista, encara hoje a triste perspectiva do assombro ante um futuro com violência urbana, exclusão social, degradação ambiental, desarticulação demográfica, migração em massa, divisão, guerra de civilizações, consumo de droga, destruição do patrimônio cultural, vazio existencial. Mas o sonho da utopia persiste, e algumas formas novas de ideologia são necessárias: o educacionismo, palavra inexistente no dicionário, é uma delas.

O educacionismo defende a recuperação dos sonhos utópicos para o projeto civilizatório. Mas, em vez das falsas promessas de abundância para todos, ou da igualdade da renda e consumo, propõe uma alternativa utópica: assegurar a mesma chance para todo ser humano; oportunidades iguais para que cada um desenvolva livremente o potencial de seu talento e de sua persistência.

Para tanto, é preciso agir em duas frentes: por um lado, assegurar a igualdade no acesso à educação de qualidade para todos, filhos de pobres ou filhos de ricos, garantindo a mesma chance entre classes sociais.

Por outro, realizar ajustes no processo produtivo, construindo um modelo de desenvolvimento sustentável que garanta a mesma chance entre gerações.

Educação e ecologia são os vetores da utopia da mesma chance.

E exigem eficiência para organizar um sistema social e econômico competente, por meio de um choque de gestão e de investimentos em infra-estrutura, com equilíbrio das contas públicas.

Consciente de que tanto os vetores quanto a eficiência demorarão a dar os resultados esperados, o educacionismo assume a necessidade de enfrentar emergencialmente os problemas do desemprego, da violência, da corrupção e da assistência às parcelas mais pobres da população, por meio de programas sociais inovadores e eficazes.

Esses são os princípios e a estratégia do educacionismo, a ideologia que defende um futuro baseado no capital-conhecimento, construído graças a uma educação de qualidade para todos, com economia solidamente apoiada em princípios do desenvolvimento sustentável.

Essa alternativa tem, como principal recurso social e econômico, a inteligência dos brasileiros, e considera cada criança como um tesouro a ser cultivado na escola. Esse projeto tem um partido que não se baseia nas siglas tradicionais, mas em uma causa comum. É um movimento similar ao abolicionismo do século XIX: um “partido” formado por líderes filiados às siglas formais, mas todos militantes em torno de uma causa comum ao povo brasileiro e ao futuro. Cada um desses líderes é um educacionista.

Programa de biodiesel ignora uso do babaçu - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Vida & - 02/09/2007

Sem opção, quebradeiras do coco lutam também contra carvoarias

O babaçu tem usos tão variados, como já escreviam os livros de geografia, que foram inventar dois novos só para acabar com o sono das quebradeiras do coco. Um deles ainda é um projeto, o biodiesel, cujo programa optou por outras matérias-primas nessa primeira fase. O outro é a queima do produto para virar carvão vegetal, aquele que arde nos gigantes fornos das usinas siderúrgicas da Amazônia Oriental para transformar minério em ferro-gusa. Ambos com potencial para tirar o ganha-pão de mais de 300 mil mulheres que vivem de uma atividade que parou no tempo.

As mulheres extrativistas são a favor do biodiesel. Passaram a acreditar nele quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva virou um de seus defensores em discursos no Brasil e mundo afora. Até o tradutor oficial da República já se viu em apuros para explicar aos estrangeiros o que são “quebradeiras de coco babaçu”. Ficaram frustradas quando mamona, dendê e soja foram as escolhas iniciais. Querem saber se a amêndoa que tanto se esforçam para separar, na base da cunha e do machete, será aproveitada também. Segundo a Embrapa Agroenergia, vai. Mas só daqui a 5 ou 10 anos.

“As palmáceas vão ajudar a consolidar o programa biodiesel, mas antes precisam sair da fase do extrativismo para a de sistemas produtivos sustentáveis”, explica Frederico Durães, chefe da Embrapa Agronegria, um dos órgãos responsáveis pelas pesquisas sobre o futuro do combustível alternativo. O babaçu enquadra-se hoje na categoria de cultura potencial, pois sabe-se que de suas amêndoas sai um óleo de grande valor energético. O problema é que sua extração mantém-se artesanal.

De outubro a março, mulheres do Maranhão, Piauí, de Tocantins e Goiás saem à cata do fruto. Percorrem quilômetros. Agora, na entressafra, são mais quilômetros. Longe de serem bem-vindas, entram em fazendas particulares para coletar e extrair as amêndoas. Quebram o coco ali mesmo, na sombra das palmeiras. As menos experientes extraem cinco quilos, menos da metade do que quem leva mais jeito para o trabalho.

ALTOS FORNOS - Nos últimos tempos, as mulheres passaram a ter companhia masculina. Mas, para elas, são predadores. Mesmo que alguns sejam vizinhos, amigos, maridos. Eles recolhem sacas do coco e não quebram nada. Só vendem o produto para

pequenos comércios da comunidade, que revendem a mercadoria para atravessadores e destes para as carvoarias.

O babaçu (*Orbignya phalerata*) tem 64 usos catalogados. Uma dezena deles poderia ser economicamente viável, mas não é. Faltam escala e estrutura produtiva. De um coquinho, retiram-se quatro pequenas amêndoas, 7% da massa. Podem se transformar em óleos, sabão, glicerina, torta e farelo. Do mesocarpo, outros 23%, dá para fabricar amido, fibras, fertilizante e etanol. Dos 11% do epicarpo se faz carvão ativado. E é nos 59% restantes, o endocarpo que recobre as amêndoas, que reside a ameaça às quebradeiras: o uso como carvão.

Não faltam defensores do potencial do coque do babaçu. Seu carvão vegetal apresenta 80% de carbono. O eucalipto carbonizado tem 70%. Uma floresta nativa, 64%. Transportar madeira sem autorização hoje é ilegal; o babaçu, não. “O coco babaçu virou ouro”, adverte Cynthia Carvalho Martins, da Universidade Estadual do Maranhão.

Há menos de um mês, a antropóloga retornou de uma incursão ao Bico do Papagaio, visitando carvoarias do Maranhão e do Pará. Descobriu fornos móveis que produzem carvão com o fruto inteiro, com amêndoas e tudo. “O carvão é mais predatório. A quantidade de minério de ferro em Carajás, dizem, dá para 350 anos. Não há coque suficiente para tudo isso.” O Instituto Cidadão Carvão não quis se pronunciar sobre essa ação. Criado para moralizar as carvoarias, envolvidas com trabalho escravo e desmatamento, a organização tenta convencer as guseiras a só comprar o carvão vegetal de origem legal.

Uma luta do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu é evitar que babaçuais sejam derrubados, como alerta a coordenadora-geral Maria Adelina de Souza Chagas. “Toda vez que vem os grandes projetos com nome de desenvolvimento sustentável só se fala em reflorestar, sempre com o plantio do eucalipto. Nunca em preservar”, afirma, preocupada com a futura criação do Distrito Florestal de Carajás. Estimativas do movimento avaliam que 2,4 milhões de hectares de babaçuais já foram devastados. No Brasil, a palmeira já ocupou 18 milhões de hectares.

Biodiversidade de quem? – Giovana Girardi – Folha de São Paulo – Ciência – 02/09/2007

Falhas em projetos internacionais aplicados a realidades locais levantam debate sobre papel de ONGs

Criança brinca entre árvores de açaí em projeto na Ilha de Marajó de proteção de biodiversidade e desenvolvimento local

O mundo das organizações não-governamentais entrou numa espécie de guerra branca nas últimas semanas, depois que entidades de pequeno e médio porte reunidas no grupo Wildlife Trust Alliance publicaram um artigo na "Science". Divulgado no fórum de

políticas da revista, o texto questionou o papel das grandes ONGs quando o assunto é conservação.

As pequenas reclamam que as grandes organizações internacionais (apelidadas de Ingos, em inglês) têm dado o tom da agenda da conservação global, mas nem sempre estão atentas com as necessidades locais.

Com estratégias eficientes para levantar fundos, dizem os autores, elas ditam os rumos do assunto, mas às vezes falham onde a necessidade é maior, ao deixar de lado o conhecimento de líderes comunitários, cientistas e especialistas regionais. Em resumo, as pequenas pedem espaço nas discussões mundiais sobre biodiversidade.

Do outro lado, os principais alvos do ataque -ONGs como WWF, CI (Conservação Internacional) e TNC (The Nature Conservancy)- não viram exatamente com bons olhos esse levante. Para uns, as queixas são infundadas. É o que pensa, por exemplo, Gustavo Fonseca, ex-presidente da CI: "Parece só resistência antiquada à globalização", rebate. Outros conseguiram ver alguma vantagem: "Certamente o artigo vai chamar a atenção [para as pequenas]. E é ótimo que aconteça isso. O público doador precisa conhecê-las. Então não levei para o lado pessoal. No fundo acho que foi um ato político", comenta Ana Cristina Barros, da TNC. "Mas não podemos esquecer que essa luta é que nem jogo de futebol: não dá para ter só zagueiro ou só artilheiro no time."

Índio quer apito - Suzana Pádua, presidente da ONG brasileira IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas) e uma das autoras do artigo, procura pôr panos quentes: "Antes de mais nada é importante ressaltar que isto não é uma guerra armada", diz. "O objetivo não é concorrer com as grandes, mas colocar as nossas prioridades nas agendas de decisão", explica, para em seguida complementar: "Elas têm o poder de interferência. O que queremos é ter uma voz ativa internacional no que é decidido".

Um dos problemas, alerta o artigo na "Science", é a forma de cima para baixo como muitas vezes ocorrem as parcerias entre as grandes e as pequenas. "A grande levanta fundos para determinadas causas em uma região e cabe às ONGs pequenas executarem. Só que elas acabam sendo meras prestadoras de serviços, sem participar ativamente", afirma. Para Pádua, a base de todo esse processo tem de ser a capacitação. Ela defende que só a formação de pessoal pode garantir o sucesso de qualquer atividade conservacionista. "Se os participantes não estão envolvidos e não sabem conduzir o projeto, quando acaba o período de investimento da ONG grande, ela vai embora e o programa é descontinuado."

A visão é compartilhada por Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental. "As grandes instituições têm o poder de ditar macroestratégias no mundo, mas isso pode ter um efeito ruim nas pequenas se elas não conseguirem interagir. No Brasil estamos conquistando essa maturidade, a interação aqui é mais coerente, mas essa não é a realidade em outros lugares. O artigo é oportuno para rever essas relações."

No texto, o grupo aponta que na década de 1990, dos US\$ 3,2 bilhões aplicados à proteção de ecossistemas da América Latina, só 4% foram voltados para a capacitação. "Veja que hoje temos poucos conservacionistas para muita biodiversidade. Não queremos

brigar, tem papel para todo mundo nessa área. Mas é preciso formar. Queremos que haja cooperação real entre as partes", afirma Suzana Pádua, do IPÊ.

Uma das críticas dos representantes das grandes ONGs ouvidos pela reportagem é que o artigo acabou generalizando demais o problema. De fato, em apenas duas páginas, o grupo de 21 pesquisadores de dez países, como Índia, México, Indonésia e Brasil, tentou fazer um apanhado geral das condições enfrentadas por todos eles. Mas as diferenças são brutais.

Na Bolívia, por exemplo, o atrito é bem mais concreto. Entidades como CI e Wildlife Conservation Society, que participavam do manejo de parques nacionais, foram convidadas a se retirar sob o temor de que a soberania do país estava sendo ameaçada.

Outro caso relatado -e criticado- pelos autores do artigo é de uma ONG que propôs a retirada de uma tribo de uma região da Índia para garantir uma melhor proteção a tigres. São situações inexistentes no Brasil, alegam as grandes organizações. "Mas ainda temos somente 30% dos artigos científicos sobre Amazônia assinados por brasileiros. Nosso problema é que o conhecimento ainda está ficando no Primeiro Mundo", lembra Pádua.

Equipamento vai ajudar a exploração sustentável – Estado de São Paulo – Vida & - 03/09/2007

O lançamento do CBERS-2B também será importante para um novo programa de monitoramento da Amazônia que o governo federal espera implementar a partir de 2008. O sistema utilizará imagens do satélite para detectar e fiscalizar o corte seletivo de madeira, no qual apenas as árvores de maior valor comercial são removidas, sem destruição da cobertura florestal - o que dificulta a observação via satélite.

O sistema de Detecção de Exploração Florestal Seletiva (Detex), como foi batizado, será um dos mecanismos de monitoramento do programa de concessão de florestas públicas federais, que terá sua primeira licitação em outubro. Cerca de 1 milhão de hectares serão abertos para exploração pela iniciativa privada.

Uma nova metodologia desenvolvida pelo Inpe permite detectar os "pequenos" pátios (de até 50 metros) que são abertos para processamento das toras, e até a rarefação da copa da floresta. Com isso, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) espera monitorar a exploração legal dentro das áreas de concessão, assim como a exploração ilegal em outras áreas de floresta pública - principalmente no entorno das concessões.

"Temos que saber se a exploração está sendo feita dentro das áreas autorizadas ou não", disse o diretor do SFB, Tasso Azevedo. Em atividades ilegais, segundo ele, o corte seletivo é freqüentemente a primeira etapa do desmatamento. "Com o Prodes, nós vemos o desmatamento que já ocorreu. Com o Deter, vemos o desmatamento que está ocorrendo. Com o Detex, esperamos chegar com a fiscalização antes que o desmatamento comece", explica.

A tecnologia já está pronta. Falta concluir o mapeamento das imagens de 2007 para que o sistema entre em operação em 2008. “A concessão só vai ser economicamente viável se toda a atividade ilegal dos arredores for coibida”, afirma Dalton Valeriano, do Inpe. Imagens de outros satélites também serão utilizadas.

Ministros de 22 países discutem meio ambiente – Estado de São Paulo – Vida & - 03/09/2007

O Ministério do Meio Ambiente e o de Relações Exteriores promovem, hoje e amanhã, no Rio, a Conferência Ministerial sobre Meio Ambiente Internacional e Governança para o Desenvolvimento Sustentável. No encontro, ministros de vários países debaterão questões ligadas à governança ambiental internacional. Celso Amorim, titular da pasta de Relações Exteriores, e Marina Silva, do Meio Ambiente, abrem o evento.

Foram convidados para o encontro, que acontece no Palácio Itamaraty, ministros de 22 países, tais como Alemanha, Argentina, China, Estados Unidos, Rússia, França, Índia, Japão, México, Reino Unido e Venezuela. Representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) também devem comparecer.

A reunião é uma das atividades programadas para retomar os debates da Eco-92. Um dos objetivos da conferência é analisar os atuais tratados internacionais sobre meio ambiente, com um caráter de discussão, não de negociação.

Os participantes debaterão formas de melhorar os resultados de ações definidas em acordos multilaterais - incluindo aqueles ratificados em 1992 - em relação à proteção da biodiversidade, às mudanças climáticas e à desertificação. Também será discutida a adoção de um modelo sólido de financiamento para a proteção do meio ambiente.

Brasil subestima mercado de carbono, diz empresário pioneiro – Eduardo Giraque – Folha de São Paulo – Ciência – 03/09/2007

Para carioca que dirige empresa inglesa, burocracia emperra Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - Negociação de emissões evitadas de gases de efeito estufa, prevista pelo acordo de Kyoto, deve movimentar US\$ 1 bilhão só em 2007

Trabalhador opera válvula em usina de álcool em Lins, interior de São Paulo; etanol pode gerar créditos de carbono negociáveis

O fluxo de dinheiro que vai correr no mercado de créditos de carbono neste ano é de US\$ 1 bilhão. Esse valor corresponde a um décimo do potencial do negócio, que vai

começar a esquentar mesmo em 2008. Mas o Brasil está perdendo fatias cada vez maiores desse bolo para os suspeitos de sempre -China e Índia-, na avaliação de um dos principais empresários do setor, o engenheiro agrônomo Pedro Moura da Costa.

"Não existe um empenho tão grande em fomentar esse setor. Tem de haver um dinamismo maior no governo brasileiro", avalia Moura da Costa. Carioca de 43 anos, há ele dez criou a EcoSecurities, empresa sediada em Londres que fez a intermediação e a consultoria de quase 20% dos contratos em curso (422 no total) no mercado de carbono oficial.

Conforme prevê o Protocolo de Kyoto, o acordo internacional contra as emissões de gases de efeito estufa, o mercado mundial de carbono gira em torno de papéis que são emitidos por projetos que reduzam a emissão de gás carbônico ou outros gases que esquentam o planeta. Pode ser um aterro sanitário, que evite emissão de metano, ou uma usina de álcool, que corte emissões de CO2. Esses papéis, provenientes de nações ricas ou pobres, são comprados por países ricos que têm metas de redução de emissões a cumprir por Kyoto.

"O Brasil já teve uma participação maior na nossa carteira. Há dois anos, ele representava 30% dos nossos negócios. Hoje, essa participação caiu para 12%", explica Moura da Costa.

Radicado em Londres, o empresário se formou pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro antes de ir para a Malásia, onde a idéia de abrir a empresa surgiu. Se todos os certificados comercializados pela empresa (hoje presente em 27 países) fossem pagos ao mesmo tempo, isso renderia o total de 1,7 bilhão.

Uma das razões da queda do desempenho brasileiro, diz, é a atitude do governo. Como todo projeto de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) - que gera os créditos de carbono - tem de ser aprovado na esfera governamental, o funcionamento dessa engrenagem passa a ser fundamental para todo o sistema.

"No Brasil, o processo é muito moroso, burocrático e, às vezes, você tem a impressão de que não há interesse por parte do país em fomentar essa atividade e atrair divisas por meio da emissão de créditos. Gradativamente, o Brasil perde espaço para países como China e Índia, que estão muito mais empenhados em usar esse mecanismo", disse Moura da Costa à **Folha**. Leia a entrevista.

FOLHA - Apesar de serem negociados desde 2005, os créditos de carbono ainda não estão gerando um fluxo grande de dinheiro. Quando isso vai ocorrer?

PEDRO MOURA DA COSTA - Esses contratos funcionam como se fossem os de eletricidade. A primeira coisa que o empreendedor procura é quem vai comprar a energia, por qual preço e período. Você pode fazer a entrega e também o pagamento no futuro. Os créditos estão sendo obtidos desde 2005. Já no ano que vem, um grande volume de recursos vai ser efetivamente transferido. É um mercado de US\$ 10 bilhões por ano, o que equivale

a 1 bilhão de toneladas de carbono aproximadamente, levando em conta o preço de US\$ 10 a tonelada.

FOLHA - O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo já está totalmente azeitado? A forma de como fazer esses contratos já é um consenso?

MOURA DA COSTA - A parte contratual, o desenvolvimento dos projetos e as questões financeira e legal estão azeitadas. Mas a administração do MDL por parte da ONU (Organização das Nações Unidas) continua a desejar. É tudo muito burocrático. A junta executiva da instituição é composta por servidores públicos que trabalham em tempo parcial nesse tema. Basicamente, eles deliberam sobre um mercado de bilhões de dólares por ano, mas sem o profissionalismo necessário.

FOLHA - Mesmo que as engrenagens funcionem a todo vapor, o mercado e o Protocolo de Kyoto vão conseguir resolver sozinhos a questão do aquecimento global?

MOURA DA COSTA - Isso é um outro aspecto. As metas de Kyoto são incipientes para controlar o [aquecimento do] clima. Definitivamente, Kyoto não vai resolver o problema. Mas, na época, Kyoto foi importante, é o que se conseguiu negociar. Agora precisa ser criada uma consciência global de que os objetivos precisam ser muito mais ambiciosos.

FOLHA - Quer dizer que agora as atenções precisam ser centradas no pós-Kyoto?

MOURA DA COSTA - Não gosto do termo pós-Kyoto. É melhor falar no segundo período do protocolo. Agora, como será essa nova etapa, qual vai ser o comprometimento de todo mundo, vai depender do sucesso ou não da primeira fase. É muito importante que todos nós façamos essa fase inicial andar bem, com o MDL no centro de tudo isso, para que os grupos políticos possam adotar metas mais ambiciosas no futuro.

FOLHA - Nessa segunda fase de Kyoto, o Brasil deveria adotar metas de redução das emissões dos gases de efeito estufa?

MOURA DA COSTA - Mais cedo ou mais tarde vai haver a necessidade de um engajamento mais amplo. Hoje, o mundo está dividido nos países industrializados e em industrialização, esses não precisam reduzir suas emissões. Tudo bem, numa fase inicial, apenas os primeiros tiveram obrigações, mas o problema é que as emissões de países como o Brasil e a Índia estão crescendo muito. É inevitável que esses países sejam forçados a controlar suas emissões também. Isso será uma evolução normal e ética, assim como também foi ético o Brasil não ter metas nessa primeira fase.

Marina Silva abre, no Rio, reunião de ministros sobre governança ambiental - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 03/09/2007

Na conferência que reúne nesta segunda e terça-feira (3 e 4) ministros das Relações Exteriores e de Meio Ambiente de 22 países, no Palácio do Itamaraty do Rio de Janeiro, a ministra Marina Silva defendeu uma maior articulação entre os governos representados no encontro para que se avance nas propostas relacionadas ao meio ambiente e à governança ambiental.

O encontro dá seguimento a discussões que vêm sendo promovidas em diversos fóruns intergovernamentais internacionais, os quais visam responder à constatação de que, hoje - 35 anos após a primeira conferência internacional sobre o tema em Estocolmo, em 1972 - , o quadro institucional de governança para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável não tem sido capaz de acompanhar o agravamento dos problemas ambientais globais.

Segundo Marina Silva, o Brasil espera com essa reunião contribuir para as iniciativas formais e informais já em curso no âmbito das Nações Unidas para avançar no entendimento dos problemas e alcançar novos níveis de consenso sobre a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. "Temos um consenso quanto a necessidade e a urgência de que algo seja feito para o aperfeiçoamento das instituições existente: de algo que vá além da tão repetida e, ao mesmo tempo, tão vaga expressão 'fortalecimento do Pnuma' (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente)", disse a ministra.

Marina apresentou como modelo bem-sucedido de governança ambiental a experiência brasileira que culminou na acentuada redução do desmatamento, após uma grande articulação interministerial e de governo para se ajustar ações e envolver de forma transversal diversos órgãos. "A experiência brasileira na questão da governança ambiental mostra que, por um lado, trabalhar de maneira transversal é muito mais complexo mas, por outro, as soluções encontradas se revestem de mais legitimidade e efetividade", destacou.

Governança global - Em entrevista para a imprensa, a ministra Marina Silva explicou que o Brasil se dispôs a fazer essa reunião para que se busque uma mediação entre as diferentes posições sobre a governança global. Nesse debate, alguns países defendem o fortalecimento de estruturas já existentes, como o Pnuma, e a França propõe majoritariamente a criação de uma organização no âmbito das Nações Unidas para a questão ambiental.

Segundo Marina Silva, o Brasil defende a mediação ainda que não tenha resistência na criação de outro organismo. "Estamos abertos a discutir, sem nenhum tipo de preconceito, um mecanismo no âmbito das Nações Unidas para tratar do meio ambiente, desde que ele concentre as estruturas que viabilizem o desenvolvimento sustentável e possa internalizar recursos novos e adicionais para os esforços dos países em desenvolvimento, bem como a transferência de tecnologias", afirmou.

Para a ministra, os países representados na conferência estão imbuídos do propósito de fazer com que se adquira consensos para que se possa avançar do ponto de vista da

governança, não apenas nos aspectos de regulação, mas, também, de investimentos e dos mecanismos para viabilizar os acordos que já existem. "Nós temos promovido avanços. A própria posição dos EUA em convocar uma reunião sobre mudanças do clima é resultado desse esforço multilateral que tem colocado cada vez mais a necessidade de que todos possam corresponder ao grande anseio da opinião pública internacional em relação às questões ambientais", resumiu ela.

MMA lança Revista Agenda 21 e Juventude – Sítio Eletrônico do MMA - 03/09/2007

Será lançada nesta terça-feira (4), em Brasília, a Revista Agenda 21 e Juventude. O evento, organizado pelo Programa Agenda 21 do Ministério do Meio Ambiente, será aberto pelo diretor de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental do Ministério do Meio Ambiente, Pedro Ivo de Souza. A cerimônia de lançamento ocorrerá às 20h no Hotel Nacional.

A Revista Agenda 21 e Juventude, escrita por integrantes dos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente espalhados por todo país, é resultado de um trabalho conjunto dos ministérios do Meio Ambiente e da Educação. A revista é uma contribuição para o debate sobre sustentabilidade, Agenda 21 e Juventude promovendo o intercâmbio de informações e o fortalecimento da participação dos jovens em processos de Agenda 21 Local em todo o território brasileiro.

Segundo o secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Hamilton Pereira da Silva, a publicação é importante para o envolvimento dos jovens nas questões socioambientais para a construção da sustentabilidade. "É fundamental o entendimento de todos quanto à necessidade da mudança dos atuais padrões de produção e consumo, que comprometem a qualidade de vida e a sobrevivência futura do planeta. O desafio é grande, mas a experiência histórica mostra que é impossível termos soluções ambientais dissociadas das soluções sociais, econômicas, culturais e éticas", afirma.

O diretor Pedro Ivo de Souza Batista destaca a importância de os jovens continuarem contribuindo com as novas edições da revista. "Acreditamos que, a partir deste instrumento de diálogo, redigido por jovens de todo o País, a relação entre a Agenda 21 e os movimentos de juventude atingirão um novo patamar, mais maduro e equilibrado, que facilitará a reflexão e o debate sobre o papel dos jovens nos Fóruns de Agenda 21 Locais, nas Agendas escolares e nas políticas públicas em geral", disse.

A idéia da criação da Revista Agenda 21 e Juventude surgiu nos debates e discussões realizados nos Coletivos Jovens, que concluíram a necessidade de divulgação dos seus anseios, demandas e do diálogo com as propostas e ações da Agenda 21. A Revista Agenda 21 e Juventude dissemina informações para a conscientização pública com foco nos princípios da Agenda 21 Global como um instrumento essencial para a transformação de valores, atitudes e comportamento em direção à sustentabilidade.

Agenda 21 - A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana causa impacto no meio ambiente. A Agenda 21 foi ratificada por 179 países durante a maior conferência internacional sobre o tema meio ambiente e desenvolvimento, a Rio 92, e constitui-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica, perpassando em todas as suas ações propostas.

Tendo em vista que uma das grandes causas do aquecimento global é forma predatória que o homem tem utilizado os recursos naturais adotado pelo padrão vigente de desenvolvimento, a Agenda 21 representa uma contribuição importante nas questões de mudanças climáticas através da implementação de Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.

Coletivo Jovem - Em 2006 foi iniciada a articulação de ações entre o Programa Agenda 21 e o Programa de Juventude pelo Meio Ambiente, ação estruturante "Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente - CJs", com o objetivo de fortalecer a articulação com a juventude, inserir no debate socioambiental deste segmento o tema Agenda 21, e promover integração de Agendas 21 locais com os Coletivos Jovens, por meio da articulação de seus trabalhos bem como a inserção dos jovens nos Fóruns de Agenda 21.

Os Coletivos Jovens foram formados em 2003 em todos os estados da federação a partir do processo de mobilização e organização da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Ao longo de 2005 eles também atuaram como parceiros na organização da II Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, mobilizando estudantes, escolas e atuando como facilitadores do evento final, realizado em abril de 2006, orientados pelo princípio "jovem educa jovem". Atualmente participam das ações do Programa "Juventude e Meio Ambiente", são parceiros de outros Programas federais nas áreas de Educação Ambiental e Agenda 21 e desenvolvem ações e projetos próprios nos estados.

Os CJs são, portanto, grupos informais que reúnem representantes ou não de organizações e movimentos de juventude que têm como objetivo envolver-se com a questão ambiental e desenvolver atividades relacionadas à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida.

Neste sentido a Coordenação do Programa Agenda 21 colaborou na organização e facilitação de oficinas e palestras sobre a Agenda 21 em várias ações que envolviam primordialmente o público juvenil. *Fonte: Programa Agenda 21/MMA*

Ministros propõem mudança urgente no sistema de governança ambiental - Daniela Mendes - 04/09/2007

Encerrado o encontro intergovernamental convocado pelo Brasil, os 22 países presentes no evento do Rio de Janeiro propuseram em consenso a reforma urgente nas estruturas do atual sistema de governança ambiental global. Os países também decidiram de forma consensual que é necessária a implementação efetiva dos acordos multilaterais, que é preciso haver transferência de tecnologias entre os países e aporte de recursos adicionais para as estruturas que lidam com o meio ambiente hoje. "Nossa expectativa é de que, com essa reunião e outras que possamos fazer, surja uma estrutura adequada para lidar com os atuais problemas ambientais", declarou a ministra Marina Silva.

A Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Desafios para a Governança Internacional teve como base de suas discussões a proposta da Comunidade Européia de criação de um organismo ou agência nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC) ou o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para dar maior agilidade e eficiência à governança internacional ambiental.

O Brasil apresentou uma terceira proposta com o objetivo de despolarizar o debate. Sugeriu a instituição de um organismo ou agência "guarda-chuva", no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), para articular meio ambiente e desenvolvimento sustentável, envolvendo as dimensões normativas e de cooperação financeira e abrigando outras estruturas como o Pnuma e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

"Não tenho dúvida de que temos uma grande contribuição a dar nessa discussão. O Brasil apresentou a idéia dessa organização, ou agência, desde que sejam preservadas as outras estruturas e, ao mesmo tempo, coordenadas as convenções e os secretariados", disse a ministra. Segundo Marina Silva, a proposta brasileira foi recebida com bastante simpatia pelos outros países.

Com relação aos passos futuros a serem adotados pelos países que estiveram presentes na conferência, foi indicada a elaboração de um cronograma de ações para dar maior eficiência aos processos. Um relatório, com os pontos convergentes, divergentes e passos futuros definidos no encontro, deverá ser encaminhado a todos os que participaram do evento já na próxima semana.

A reunião ministerial contou com representantes de países das Américas, da Ásia e da Europa. O evento, que encerrou na tarde desta terça-feira (04), foi realizado no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro. Ele teve início na segunda-feira (03).

[- Ministers agree on the need for urgent reform in international environmental governance system \(Versão em inglês\)](#)

Bancos adotam tímidas práticas de sustentabilidade - Mara Luquet – Valor Econômico
– Investimentos - 03/09/2007

A retórica é forte, a intenção existe e algumas ações até mesmo estão sendo empreendidas, mas a transparência e a eficiência do que os bancos brasileiros têm feito até agora para a implementação de práticas de sustentabilidade são muito tímidas.

A constatação está numa pesquisa feita pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) que será apresentada hoje na Bovespa, em São Paulo. A pesquisa foi realizada em parceria com o International Institute for Management Development (IMD) e com o instituto Coppead da Universidade Federal do Rio.

Segundo a pesquisa, embora não possua um forte impacto socioambiental direto, o setor financeiro tem alto impacto indireto, que se dá principalmente por meio de suas atividades de financiamento para seus clientes e no seu relacionamento com seus fornecedores. "O principal papel dos bancos no desenvolvimento sustentável, portanto, não é um papel de executor de mudanças, mas sim de indutor de mudanças nas partes com as quais se relaciona", diz Clarissa Lins, diretora executiva do FBDS. Se exercerem esse papel, diz ela, os bancos brasileiros, considerando seu considerável porte, capilaridade e potencial de geração de empregos, podem contribuir enormemente para a mudança de postura de grande parte da sociedade brasileira.

O trabalho foi patrocinado pelo Itaú e Bradesco e coordenado pelo pesquisador Daniel Wajnberg. Foram realizadas 67 entrevistas com altos executivos dos 10 maiores bancos no país. Foram aplicados 127 questionários direcionados também aos profissionais de nível gerencial médio.

Os pesquisadores do FBDS também analisaram os relatórios e sites das instituições pesquisadas, de forma a entender como as práticas de sustentabilidade estão sendo implementadas e reportadas.

Clarissa diz que o setor financeiro já está inserindo os aspectos sociais e ambientais em suas tomadas de decisões. No entanto, segundo ela, existe uma enorme discrepância entre as práticas e a informação dessas práticas nas instituições analisadas. "Enquanto algumas instituições mostram clara liderança na incorporação da sustentabilidade nos negócios e na sua correspondente divulgação, fica também evidente que outras estão apenas começando a considerar aspectos socioambientais no dia-a-dia dos negócios", acrescenta. Além disso, a pesquisa identificou a falta de utilização de ferramentas para mensurar o desempenho das instituições nas dimensões sociais e ambientais.

Outro ponto que Clarissa destaca é o descolamento entre os níveis gerenciais e as diretorias dos bancos quanto à importância de práticas sustentáveis para o negócio. A pesquisa detectou que os responsáveis pelo pensamento estratégico já reconhecem a importância da questão e estão promovendo mudanças em suas estratégias, modificando suas visões de longo prazo, estruturas organizacionais e práticas de negócios, com o objetivo de melhor incorporar o tema da sustentabilidade corporativa. "No entanto, para que o setor possa efetivamente exercer seu papel de catalisador de mudanças, ainda deverá superar alguns desafios e o principal deles é a maior conscientização de seus próprios colaboradores quanto ao tema da sustentabilidade", diz Clarissa.

O setor bancário, segundo a pesquisa, ainda se encontra bastante ancorado na perspectiva da responsabilidade social. "Para que estas instituições avancem de forma efetiva nesta agenda, é necessário mostrar àqueles que são responsáveis pelo dia-a-dia dos negócios que sustentabilidade repousa na inserção da responsabilidade corporativa nas

atividades empresariais e não em departamentos ou instituições desconectados com as atividades fins das empresas", diz Clarissa.

Segundo a pesquisa, alguns produtos de natureza socioambiental poderiam ser mais bem explorados pelos bancos, como o microcrédito, linhas de financiamento socioambientais, seguros ambientais e atividades ligadas aos mercados de carbono. A análise sugere ainda que, embora não tenham sido objeto de quantificação neste trabalho, as questões de sustentabilidade do setor afetam claramente a criação de valor para estas instituições, configurando assim a existência de um "business case" para a sustentabilidade no setor bancário brasileiro.

Mara Luquet é editora da revista ValorInveste e autora do livro O Assunto é Dinheiro, escrito em parceria com o jornalista Carlos Alberto Sardenberg

E-mail: mara.luquet@valor.com.br

UE impõe barreira ambiental – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/09/2007

Não haverá acordos com países que agridam ambiente

A União Européia (UE) não aceitará acordos comerciais com países emergentes que afetem o meio ambiente ou os direitos dos trabalhadores, disse ontem o comissário de Comércio do bloco, Peter Mandelson. Ele defendeu a negociação na Organização Mundial do Comércio (OMC) e prometeu seguir nas estratégias de aproximação bilateral, mas alertou que a liberalização comercial nem sempre ocorrerá em todos os setores e em qualquer situação.

Ele deixou claro que os países podem esquecer a idéia de total liberação do setor agrícola europeu. Bruxelas ainda deixou claro que não abrirá seu mercado de serviços públicos considerados essenciais.

O comissário fez questão de ressaltar que os aspectos ambientais e trabalhistas farão parte de seus cálculos de agora em diante. 'Todo acordo comercial da Europa é submetido a uma avaliação de sustentabilidade', afirmou, apontando que nem acordos de livre comércio sobre madeira nem com países que violam leis trabalhistas serão assinados.

'A Europa está disposta a aceitar as vantagens competitivas dos países emergentes, mas não aceitaremos as práticas desleais que se somariam a essas vantagens naturais ', advertiu Mandelson.

Para ele, isso significa que a UE não vai tolerar nem a intervenção de governos para subsidiar exportações para o mercado europeu. Ele pediu respeito às leis da OMC e dos direitos de propriedade intelectual.

Em sua avaliação, para que essas regras sejam garantias, a melhor opção seria um acordo na OMC. 'Por isso, é que a Rodada Doha é tão importante ', disse. 'Doha poderia

ancorar mais firmemente os países emergentes ao sistema internacional de leis do comércio', afirmou Mandelson.

'Um acordo de Doha permitiria que os países em desenvolvimento acelerassem seu crescimento e abrissem os mercados para as economias emergentes ainda mais. Essa é o melhor seguro contra uma recessão global ou a volta do protecionismo, não apenas nos Estados Unidos, mas também nas economias de renda média que estão crescendo', concluiu.

REFORMA NA ONU PAÍSES DEBATEM CRIAÇÃO DE "OMC AMBIENTAL" –
Folha de São Paulo – Ciência – 04/09/2007

Representantes de 20 países iniciaram ontem uma reunião no Rio de Janeiro para tentar acelerar a criação de um novo órgão ambiental das Nações Unidas. A idéia é criar uma instituição para cuidar do ambiente nos moldes do que a OMC faz com o comércio. O ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) disse que é urgente ter até 2012 "uma cooperação internacional efetiva".

Brasil apóia criação de agência ambiental - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 04/09/2007

Ligado à ONU, novo órgão daria destaque ao desenvolvimento sustentável

O Brasil reforçou o seu apoio à proposta francesa de criação de uma agência, ligada à ONU, que possa tratar exclusivamente das questões ambientais. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, tal organismo não implicaria o esvaziamento de outras instituições semelhantes, como o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

. Há novas dimensões sobre esse tema que não estão sendo alcançadas pelas instituições que temos . declarou o ministro, durante a Reunião Ministerial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que acontece até hoje, no Rio, com a presença de representantes de 22 países. . Essa agência funcionaria como um guarda-chuvas, abrangendo as relações ambientais, econômicas e sociais, que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável.

Também presente à reunião, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse que a idéia da criação dessa nova agência surgiu da necessidade de unificar o debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Para a ministra, a estrutura das Nações Unidas foi pensada quando não havia a noção da importância do meio ambiente . Por vezes, nossos esforços se dispersam nos diversos foros que tratam desse tema.

É embaraçoso justificar por que existem tantos organismos ambientais e, ao mesmo tempo, constatar os alarmantes indicadores de degradação ambiental do planeta.

Para ministro, embate entre países ricos e pobres é exagerado Marina deu como exemplo de unificação bem sucedida a redução do desmatamento no Brasil, causada, segundo ela, pelo trabalho conjunto de todo o governo e não apenas do ministério do Meio Ambiente.

. Esse avanço ocorreu graças a um debate interno entre os diversos setores do governo, especialmente nos projetos de desenvolvimento . explicou a ministra. . Trabalhar de maneira transversal é muito mais complexo, mas, por outro lado, as soluções encontradas têm mais legitimidade.

O ministro das Relações Exteriores afirmou que é exagerado o embate entre países ricos e pobres sobre a questão ambiental . refletido na pressão dos EUA e Europa para que as nações em desenvolvimento também assumam suas responsabilidades na redução de emissões de CO₂. Segundo o Acordo de Kioto, apenas as nações ricas têm metas de redução a cumprir para controlar o aquecimento global.

. Essa é uma falsa polarização. Todos queremos nos desenvolver. O planeta é um só . lembrou Amorim. . O Brasil não vai fugir de suas responsabilidades. Vamos fazer a nossa parte e cobrar para que todos façam a sua parte também.

Mercosul apresenta estratégias para combate à desertificação em Madri - Adriano Ceolin - 04/09/2007

Teve início nesta segunda-feira (03), em Madri, na Espanha, a 8ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD), a COP-8. No encontro, o Brasil e os demais países que integram o Mercosul (Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela) apresentam estratégias do bloco regional para integrar e harmonizar ações de combate à desertificação, a degradação da terra e os efeitos da seca. Integrantes da Coordenação Técnica de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) compõem a delegação brasileira que participa da COP-8, cujo encerramento será no dia 14 de setembro.

As estratégias do Mercosul foram debatidas em diversas reuniões do bloco regional nos últimos meses. A aprovação do documento, que é composto por essas estratégias, deu-se na VI Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, realizada em junho último, em Assunção, no Paraguai.

Com a apresentação do documento à COP-8, os países do Mercosul pretendem, sobretudo, conseguir apoio técnico e financeiro da UNCCD para a implementação de um plano regional de combate à desertificação. Ao todo, os países buscam oito resultados a partir desse documento. Entre eles, está a adoção de uma plataforma de cooperação internacional por meio de agências de cooperação internacionais. Atualmente, o Mercosul conta com o apoio da Agência de Cooperação Alemã (GTZ).

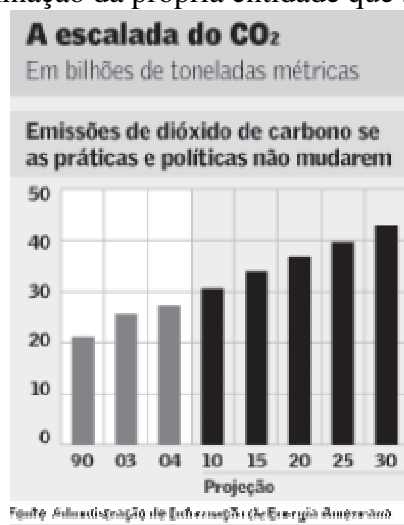
O manejo sustentável é outro resultado que os países pretendem alcançar com as estratégias. No documento do Mercosul, defende-se a implementação de um programa de "ação subregional de combate à desertificação, incluindo um modelo de gestão orientado ao manejo sustentável que contemple um sistema de informação, um manual de boa prática, mecanismos de incentivo, sistema de monitoramento e uma rede de locais com experiências exitosas". *ASCOM*

Países discutem agência ambiental mundial - Chico Santos - Valor Econômico - Internacional - 04/09/2007

O Brasil tenta, em reunião informal de 22 países que termina hoje, no Rio, encontrar um caminho consensual que permita colocar em prática a proposta francesa de criação de um organismo especial das Nações Unidas que coordene e financie as ações internacionais voltadas para a proteção do meio-ambiente. Os Estados Unidos, partidários das iniciativas voluntárias neste campo, consideram desnecessária, cara e burocrática a criação de mais uma agência da ONU. Para os brasileiros, a iniciativa é correta desde que fique claro, inclusive na denominação do órgão, que ele trabalhará simultaneamente pela proteção ao meio ambiente e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Ontem, na abertura do evento, os ministros Celso Amorim, das Relações Exteriores, e Marina Silva, do Meio Ambiente, foram explícitos quanto à posição brasileira. "Deve ter por fundamento os pilares ambiental, econômico e social que compõem, de modo

indissolúvel, o conceito de desenvolvimento sustentável, a grande conquista da Rio-92 (a 1ª Conferência Mundial para o Meio Ambiente)", disse Amorim, acrescentando: "Para que não haja dúvidas, essa vinculação deve, a meu ver, estar reconhecida até mesmo na denominação da própria entidade que se venha a criar".



"O Brasil tem buscado uma mediação (das posições), ainda que, no caso brasileiro, não se tenha nenhuma restrição a que se crie um organismo, desde que ele contemple os instrumentos que viabilizem o desenvolvimento sustentável, que possamos internalizar recursos novos e adicionais para os esforços dos países em desenvolvimento, bem como a transferência de tecnologia", disse Marina aos jornalistas. A posição brasileira é de que os países ricos poluíram mais e, por isso, precisam também dar uma contribuição maior para combater o problema.

A ênfase dada ao tema pela França e pelos Estados Unidos pode ser medida pelas respectivas delegações. Enquanto os franceses trouxeram ao Rio uma delegação de 11 membros, chefiados pelo ministro do Meio Ambiente, Jean-Louis Borloo, a delegação americana de cinco integrantes veio sob o comando da secretária-assistente do Gabinete de Oceanos, Meio Ambiente Internacional e Assuntos Científicos, Claudia A. McMurray.

Embora se pretendesse que a reunião, que é informal, devesse ser de nível ministerial, o ministro Amorim minimizou a ausência de um ministro americano, argumentando que poucas delegações vieram chefiadas por ministros. Amorim disse ainda que, no seu entendimento, os Estados Unidos vêm evoluindo na sua posição que, no passado, era praticamente de negação do problema. Agora, ele avalia que os americanos não só estão tomando iniciativas para atacar o problema como já começam a aceitar que a ONU tome a frente dessas iniciativas.

Em conversas informais o Valor constatou que os americanos continuam longe de aceitar a idéia de um órgão da ONU, semelhante à Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para cuidar dos problemas ambientais. O discurso americano é de que já existem inúmeros órgãos dentro da própria ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), cuidando do tema e que a criação de um novo só iria gerar despesas e mais reuniões, retardando as ações efetivas que poderiam ser tomadas por iniciativa dos países.

É, na interpretação de um diplomata brasileiro, o discurso antiburocrático camuflando a opinião americana de que, neste assunto, é melhor manter-se livre para agir à

sua maneira, como já estaria demonstrado na recusa da nação mais rica do mundo a subscrever o Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, contendo compromissos formais para reduzir emissões de poluentes. A reunião do Rio termina hoje, no horário do almoço. A ministra Marina Silva deverá anunciar os resultados alcançados.

Quem pagará a conta pela redução de emissões? - Jeffrey Ball – Valor Econômico – Internacional - 04/09/2007

Um consenso de que o mundo deveria almejar cortes ainda maiores nas emissões produzidas por combustíveis fósseis deve chegar em breve aos ouvidos da diplomacia ambiental mundial.

Negociadores defenderam essa idéia numa conferência semana passada na Áustria, e é bem capaz que ecoem o preceito em outros encontros de destaque este ano, inclusive esta semana na Austrália. Mas sua aparente concordância só prepara o verdadeiro debate: quem é que vai pagar a conta?

Há cada vez mais evidências de que uma força além dos controles governamentais pode estar fazendo mais do que as autoridades reguladoras para enfraquecer o crescimento das emissões. Essa força são os preços do combustível. O sinal mais recente veio num relatório semana passada do grupo nova-iorquino de defesa ambiental Environmental Defense. Ele disse que a alta da gasolina causou mudanças palpáveis no consumo nos EUA em 2005, o mais recente ano estudado no relatório. A média de emissões de dióxido de carbono por veículos americanos caiu 3% naquele ano, "uma queda que não se via em quase 20 anos", diz o relatório. De maneira geral, o crescimento do tráfego e das emissões de CO2 dos veículos em trânsito enfraqueceu bastante.

O dióxido de carbono, que é um gás do efeito estufa, é produzido quando combustíveis fósseis como o petróleo são queimados num motor. Em todo o mundo, com base nos padrões de consumo atuais, calcula-se que a emissão anual de gases do efeito estufa vai crescer mais de 50% até meados do século.

As negociações ambientais dos próximos meses vão de um encontro esta semana do Fórum para Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico a sessões consecutivas ainda este mês promovidas pela ONU em Nova York e pelo governo americano em Washington, chegando a um grande evento da ONU em dezembro em Bali, na Indonésia. O objetivo dos encontros é chegar a um acordo climático que substitua o Protocolo de Kyoto. Esse tratado, que foi negociado dez anos atrás e exige o corte de emissões até 2012, foi a primeira tentativa abrangente do mundo de limitar as emissões de gases do efeito estufa. Seu sucesso tem sido relativo.

O Protocolo de Kyoto requer cortes de emissões apenas para os países industrializados que o assinaram, e ele exige cortes para todo o grupo de apenas 5% em relação aos níveis de 1990 - e isso até 2012. Isso originou um mercado bilionário de "créditos de carbono" em que países - e as empresas neles sediadas - que são obrigados a cortar suas emissões podem limitar seus custos de obediência à norma patrocinando projetos mais baratos de cortes de emissões no mundo em desenvolvimento.

É nesses países em desenvolvimento, tais como a China, que as emissões têm crescido mais rápido. Mas eles não têm limites sob o Protocolo de Kyoto - um fato que a indústria na maioria dos países desenvolvidos argumenta que cria uma desvantagem competitiva para eles. De fato, muitos países industrializados que concordaram com cortes

de emissões sob Kyoto enfrentam dificuldades políticas para cumprir o pacto. Agora, com a maioria dos cientistas dizendo que o mundo terá de cortar emissões bem mais do que os 5% de Kyoto para evitar os piores possíveis efeitos do aquecimento mundial, a rusga diplomática sobre quem pagará a conta deve ficar bem mais acirrada - apesar da atual retórica amigável.

No encontro promovido pela ONU semana passada em Viena, diplomatas concluíram num comunicado que os países industrializados deveriam almejar um corte bem além dos compromissos de Kyoto: 25% a 40% em relação as níveis de 1990, até 2020. Esse comunicado, que em linhas gerais está de acordo com o que pedem vários cientistas, não tem força de lei. E deixa sem resposta a questão de como a conta será distribuída entre determinados países, setores e consumidores.

A conferência desta semana em Sydney deve destacar as questões não resolvidas. Entre os países da Apec estão os três maiores consumidores de combustíveis - EUA, China e Rússia - e juntas as nações da Apec respondem por cerca de 60% da demanda mundial de energia.

Estudo diz que pecuária desmata a Amazônia, e não a soja - Cibelle Bouças e Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 04/09/2007

É a pecuária, e não a soja, a maior responsável pelo desmatamento na Amazônia. É isso o que diz um estudo divulgado pelo Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e que vai ser utilizado como base pelo Ministério da Integração Nacional para definir o planejamento territorial na região.

"A gente fica batendo na tecla errada, esquece o efetivo responsável e acaba adotando políticas públicas erradas", afirma Julio Miragaya, autor do estudo e coordenador-geral de Planejamento e Gestão Territorial (CGPT), ligado ao Ministério da Integração Nacional. "O fantasma da Amazônia não é a soja, é a pecuária".

O economista, que escreve sua tese de doutorado sobre o papel da pecuária na ocupação da Amazônia, revela que um projeto de lei será encaminhado até outubro para o Congresso Nacional. A intenção é criar áreas de zoneamento determinando onde será permitido a criação de gado. "Terá de ser uma política de Estado e não de governo, senão não dará certo", diz ele.

Com base nos dados da produção de pecuária municipal do IBGE, o documento afirma que 34,667 milhões de hectares da Amazônia foram ocupados com pecuária entre 1990 e 2005. Outros 5,405 milhões foram ocupados com soja, seguida por milho (930 mil hectares), arroz (508 mil) e algodão (432 mil).

Nesse período, o Brasil registrou um aumento expressivo de 40,8% de gado bovino no seu rebanho. Das 60,05 milhões de cabeças, nada menos que 80,5% se deram nos nove Estados que compõem a Amazônia Legal.

Miragaya salienta que o avanço do plantio de soja em áreas que antes eram ocupadas pela pecuária, sobretudo no Centro-Oeste, forçou o avanço do gado para as áreas amazônicas. Esse efeito indireto, segundo ele, teria sido equivalente a 4,62 milhões de hectares (ou 15% das áreas utilizadas para o agronegócio).

A conjuntura internacional foi determinante para esse movimento. Grandes exportadores de carne bovina estão encurralados, diz o economista, cuja tese de doutorado é sobre o papel da pecuária na ocupação da Amazônia. Ele cita como exemplos Austrália,

Argentina e EUA. O denominador comum é a limitação de terras disponíveis para o avanço do gado, no momento em que soja e milho ganham importância nos mercados internacionais.

"Ao contrário dos nossos concorrentes, o Brasil tem terras demais. E para onde o gado está indo? Para a Amazônia, enquanto nas demais regiões do país os rebanhos estão em declínio", diz.

É o que se conhece como movimento de "subida do boi". Expulsos por culturas mais rentáveis do sul, sudeste e centro-oeste do país, os rebanhos bovinos encontraram na região amazônica condições ideais para crescer: terras baratas (em muitos casos griladas), solos e clima impróprios para lavouras em algumas localidades. A falta de infra-estrutura, indispensável para as grandes plantações de grãos, é outro fator que explica esse movimento.

Rondônia e Acre registraram em 15 anos o crescimento mais acelerado na criação de boi na Amazônia Legal - 560% e 478%, respectivamente. Mato Grosso e Pará incrementaram suas criações em 200%, cada um. Amazonas, Tocantins e Maranhão foram os únicos que registraram expansão de pecuária abaixo dos 100%, no período de 1990 e 2005.

"Quase todo esse crescimento foi puxado pelas exportações", diz Paulo Barreto, especialista em cenários de ocupação do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Segundo ele, no início dos anos 90 eram exportados apenas 5% de toda a produção nacional de carne bovina. Em 2006, os embarques representavam 25%.

O estudo mostra que o impacto da soja ainda é bastante limitado em relação ao desmatamento provocado por outros setores do agronegócio. "Não é a pecuária a responsável pela invasão na região amazônica. Falta na região um melhor controle do direito de propriedade. Muitas das propriedades não têm título e é isso que gera a disputa pela terra e fomenta a invasão de áreas", afirma Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Para ele, no entanto, não há necessidade de se criar um zoneamento por culturas da região amazônica. "O próprio mercado decide se vale a pena plantar ou não", diz, citando como referência a moratória da soja assinada pelas indústrias esmagadoras, que se comprometeram a não comprar grão produzido em áreas desmatadas do bioma amazônico.

Instituto tenta melhorar práticas do agronegócio – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/09/2007

Um conjunto de 19 entidades ligadas ao agronegócio lançou ontem, em São Paulo, o Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), entidade que pretende estimular as cadeias do agronegócio brasileiro a adotarem práticas mais sustentáveis em seus processos produtivos. 'Hoje os temas associados à sustentabilidade, como questões trabalhistas e ambientais, vêm impactando as atividades do agronegócio. Queremos responder a isso antes que o setor fique à margem do mercado a médio e longo prazo', diz Carlo Lovatelli, presidente do Conselho Deliberativo do Ares e também da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais.

PRIORIDADES - Segundo Lovatelli, a instituto vai incentivar práticas de sustentabilidade em dez cadeias produtivas. No entanto, três cadeias - soja, carne bovina e

cana-de-açúcar - foram escolhidas como prioridade. 'São as cadeias de produção que têm sido muito questionadas por parte de compradores internacionais.'

'É necessário melhorar a imagem dessas cadeias lá fora, especialmente entre os clientes europeus.' A preocupação das empresas é que temas ligados ao meio ambiente e ao trabalho se convertam em barreiras não-tarifárias para os produtos brasileiros mais competitivos. 'Ainda não sofremos sanções por causa de problemas socioambientais, mas o mercado sinaliza que vai cobrar essas questões.'

Ministra critica recursos para ação ambiental - Rafael Rosas – Valor Econômico – Internacional - 05/09/2007

A origem de recursos para financiar o desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimentos foi o principal ponto de divergência entre os representantes de 22 países no encontro ministerial que terminou ontem no Rio de Janeiro. A reunião foi para discutir alternativas de combate à degradação ambiental. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que os recursos existentes hoje no âmbito do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) e de outras iniciativas são insuficientes e precisam ser elevados.

"Os recursos hoje estão muito aquém da necessidade. Não pode ser só regulação. Tem de ter a junção dos três pilares fundamentais - o meio ambiente, o financeiro e o desenvolvimento sustentável", ressaltou a ministra.

O sub-secretário-geral de Política do Itamaraty, Everton Vargas, lembrou que existe desde os anos 1970 compromisso dos países desenvolvidos para que destinem 0,7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) para assistência oficial ao desenvolvimento de outras nações. "Estamos longe dessa meta, embora ela tenha sido reafirmada em 1992 (na Eco 92) e em 2002, no Consenso de Monterrey, durante a conferência de financiamento para o desenvolvimento".

A natureza jurídica da redução de emissões - Henrique de Azevedo F. França – Valor Econômico – Legislação e Tributos - 05/09/2007

O aquecimento global é uma realidade inexorável e os termos do Protocolo de Kyoto, em vigor desde o ano de 1995, geraram medidas de âmbito internacional, como o compromisso de redução das emissões de gases CO₂, dentre outros. Uma das resoluções do Protocolo de Kyoto, contida no seu artigo 12, trata da viabilização de mecanismos de redução de emissões de carbono, os chamados "mecanismos de desenvolvimento limpo" (MDL) em países "não-anexo I" (países em desenvolvimento), gerando as "reduções certificadas de emissões" (RCEs) as quais podem ser compradas ou objeto de negociação em mercados especializados.

Trata-se de uma janela de oportunidade para o Brasil competir com outros países em desenvolvimento, como Índia e China. Entretanto, ainda residem várias incertezas que a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) e órgãos reguladores, incluindo-se a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), precisam dirimir. Dentre estas lacunas, podemos citar (1) a uniformização de metodologias de cálculo de emissões; (2) a existência e forma de tributação de eventuais ganhos com a comercialização de RCEs; (3) a

uniformização do tratamento contábil aos créditos originários das RCEs; (4) as dúvidas quanto à efetiva titularidade das RCEs e (5) a natureza jurídica das RCEs.

Por ora, interessa-nos a questão da definição da natureza jurídica das RCEs. Seriam um título de crédito ou um recebível lastreado por um direito intangível? Assim como as debêntures - aceitas pela doutrina atual como títulos de crédito e que são também valores mobiliários - a categorização das RCEs também poderia ser consumada como tal. Outra semelhança seria o fato de o seu valor intrínseco sofrer a influência da melhora do desempenho financeiro do emissor ao longo do tempo. No caso das RCEs, o seu valor se elevará após a certificação e emissão dos créditos de carbono pelo conselho executivo do MDL.

Por outro lado, é indiscutível sua definição como direito intangível, uma vez que as RCEs pressupõem um direito imaterial, reconhecido pela ordem jurídica em vigor. Como todo direito intangível, as mesmas são fruto de um direito sobre o produto da inteligência humana ou originário de um simples crédito em relação a outras pessoas.

Seriam então um derivativo? Independentemente de serem classificadas como um derivativo ou não, por definição, as mesmas poderão ser entendidas automaticamente como um valor mobiliário, nos termos do artigo 2º, inciso VIII da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 - a Lei de Mercado de Capitais. Assim, nos termos da definição exemplificativa de valor mobiliário contida no artigo 2º da Lei de Mercado de Capitais, fica claro que as RCEs poderão se enquadrar em tal categoria.

O próprio Projeto de Lei nº 3.552 reafirma à CVM a condição de órgão competente para regulamentar a matéria

Para tanto, nos termos do artigo 8º da Lei de Mercado de Capitais, compete à CVM a atribuição de normatizar (disciplinar) e fiscalizar o mercado de capitais, nos termos do caput do artigo 8º e incisos da Lei nº 6.385. Assim, somente a CVM, por meio de uma resolução específica sobre a questão, poderia enquadrar as RCEs como um dos itens contidos na categorização do inciso VIII do artigo 2 da Lei nº 6.385. Neste sentido, na prática, aos olhos do investidor cauteloso, entendemos que será pouco eficaz existir um projeto de lei que possa ser convertido em lei - como o Projeto de Lei nº 3.552, de 2004 - se a CVM não se pronunciar sobre o assunto.

Em seu artigo 4º, o Projeto de Lei nº 3.552 é explícito quanto à necessidade de regulação por parte da CVM. Em se tratando do mercado de balcão, que hoje traduz a porção significativa do movimento do mercado de carbono, o próprio projeto de lei reafirma à CVM a condição de órgão competente para regulamentação da matéria, conforme estabelece o artigo 7º ao prever que "no mercado de balcão, por força da flexibilidade característica das operações, com o fim de satisfazer as necessidades específicas das contrapartes, a CVM uniformizará os seus termos."

Podemos confirmar a vocação de valor mobiliário das RCEs e a conseqüente necessidade de superveniência da CVM na medida em que as emissões de RCEs (1) tem apelo à poupança pública; (2) pressupõem a existência de uma emissão em troca de captação de recursos; (3) transitam pelo sistema de distribuição de valores mobiliários e (4) a transparência das informações inerentes pode afetar o ganho financeiro das partes envolvidas em detrimento de terceiros.

Ainda que parem possíveis dúvidas para o mercado de carbono, a prática nos mostra um mercado em franca evolução. No ano passado, estima-se que este mercado tenha

movimentado US\$ 30 bilhões no mundo, sendo um quinto somente no Brasil. Está marcado para setembro o primeiro leilão eletrônico de crédito de carbono da Prefeitura de São Paulo, do aterro Bandeirantes, a ocorrer na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Some-se a esta boa iniciativa outras como a da European Climate Exchange, de Amsterdã.

Sabemos que a CVM, no papel de regulador de mercado competente e responsável, está atenta ao problema. Semelhante a outros assuntos polêmicos, de natureza multidisciplinar e de difícil caracterização, a CVM acabará se pronunciando no intuito de responder a mais esta lacuna imposta pela evolução da nossa ordem socioeconômica.

Henrique de Azevedo Ferreira França é advogado especialista em direito empresarial e sócio do escritório Bastos-Tigre, Coelho da Rocha e Lopes

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Brasil propõe novo órgão para o ambiente – Ítalo Nogueira – Folha de São Paulo – Ciência – 05/09/2007

Agência "guarda-chuva" teria papel de coordenar e regular as convenções ambientais já existentes

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, propôs ontem, em reunião com representantes de 21 países no Rio, a criação de uma agência que regule e fiscalize a implementação das convenções internacionais para a preservação ambiental. Uma espécie de "organização guarda-chuva" sobre as agências já existentes.

O órgão, ligado à ONU, coordenaria ainda a distribuição de recursos e a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. "Os esforços que estamos fazendo aqui têm que levar necessariamente a recursos adicionais. Do contrário, estaríamos todos conformados com as estruturas já existentes. Já se tem um diagnóstico claro de que os recursos são poucos, estão dispersos e pulverizados", disse Marina.

Os Estados Unidos se mostraram resistentes à idéia de criar mais um órgão que possa, segundo representantes do país, onerar os cofres internacionais. Preferem manter as estruturas e as convenções existentes mais "fortalecidas". Outros delegados não comentaram a proposta de Marina.

A União Européia já havia apresentado uma idéia semelhante à brasileira: transformaria o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) em uma agência reguladora, dando mais poder executivo ao órgão -hoje ele é uma instância consultiva da ONU.

Para os representantes brasileiros na reunião, a proposta européia tem característica muito normativa, mas eles acreditam que o novo órgão deveria ter um papel de coordenação das convenções e dos recursos destinados à preservação do meio ambiente. De acordo com João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Ministério do Meio

Ambiente, um órgão coordenador poderia garantir maior integração com o mecanismo financeiro e, assim, obter mais eficiência no planejamento.

O subsecretário-geral de assuntos políticos do Ministério das Relações Exteriores, Everton Vieira Vargas, criticou os países desenvolvidos por não investirem o suficiente para a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável das nações pobres. "Os países ricos não têm cumprido o acordo de investir 0,7% do PIB [Produto Interno Bruto] para assistência oficial de desenvolvimento, embora [o acordo] tenha sido reafirmado na Conferência do Rio em 1992 e em 2002, no consenso de Monterrey [no México]".

A intenção do país ao criar a nova agência é pressionar para que os compromissos - principalmente os relacionados à transferência de recursos e tecnologia- sejam cumpridos. Os EUA propuseram um encontro um dia antes da Assembléia-Geral da ONU, que acontece dia 25, em Washington, para discutir os problemas climáticos. "Os EUA têm papel fundamental nessa questão. Se o país sedia um debate, temos interesse de ir. Mas temos a convicção de que a ONU é o espaço em que deve ser decidida a questão", disse Capobianco.

Agroindústria cria instituto para se tornar sustentável - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 05/09/2007

A agroindústria brasileira lançou ontem em São Paulo o Instituto para o Agronegócio Responsável (ARES), uma iniciativa inédita no país para preparar o setor para um futuro de pressões crescentes de mercado - econômicas, mas sobretudo sociais e ambientais - e ameaça de barreiras não-tarifárias.

Composta por 19 associados de peso - CNA (Confederação nacional da Agricultura e Pecuária), Abiec (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais), Unica (União da indústria de Cana-de-Açúcar), entre outras - a entidade pretende ser um centro de conteúdo e difusão de conhecimento sobre a agroindústria.

"Se não atendermos ao tripé da sustentabilidade ficaremos à margem do mercado a médio e longo prazos", diz Carlo Lovatelli, presidente do Ares e da Abiove. "Sabemos que há problemas. Esse instituto é muito importante para melhorar a imagem do agronegócio".

O melhor exemplo do que se quer evitar no futuro é o boicote à soja proveniente da região amazônica, anunciado por importadores europeus em 2006. Lovatelli lembra as manifestações contra a carne brasileira - Irlanda e Reino Unido questionam o controle sanitário do país. A expansão desenfreada da cana também preocupa ambientalistas e compradores.

"O empresário brasileiro é reativo. Sempre corremos atrás do prejuízo. Agora, vamos nos antecipar", diz Lovatelli. Em até dois meses, o ARES publicará seu primeiro estudo referente a dez temas prioritários, abrangendo de legislação trabalhista a direitos do uso da terra, e relatar como cada setor atua.

Brasil no perde/ganha da escassez de recursos - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 06/09/2007

Estudo da revista *New Scientist*, comentado pelo autor destas linhas na edição de 27/7 - e que tratava da possibilidade de se esgotarem em pouco tempo as reservas conhecidas de minérios no mundo, inclusive os utilizados em setores estratégicos -, motivou instigantes considerações do professor Renato Caporali, doutor em Economia pela Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais de Paris e gerente de Cooperação Internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entende ele que a questão dos recursos naturais está levando a que o foco da prosperidade escape dos países centrais; que o problema maior do endividamento também se está deslocando dos países “emergentes” para a principal economia do mundo, os Estados Unidos; que o Brasil pode mais se beneficiar do que ser prejudicado pela nova crise; e que, em meio a tudo isso, “o tema da mudança climática alcançará status de uma histeria coletiva comandada pelas principais forças econômicas mundiais”.

Pensa o professor Caporali que a escassez de certos recursos “foi a tendência que determinou o processo de desenvolvimento econômico nos últimos 30 anos, de uma maneira mais profunda do que se costuma crer” - observada desde as previsões do Clube de Roma, em 1972, sobre o provável esgotamento de matérias-primas. Foi, diz ele, uma previsão muito criticada pelos que achavam que ela “parecia ter a intenção de congelar os diferentes graus de desenvolvimento econômico, eternizando as economias subdesenvolvidas frente a uma pequena economia desenvolvida”, mas sem prever o avanço do progresso técnico, capaz de poupar materiais. A seu ver, entretanto, “o estudo foi profético no curto prazo e aparentemente totalmente errado no longo prazo”. Apesar de a forte alta que se seguiu no preço do petróleo na década de 70 haver sido seguida pela redução de cotações desse produto e das matérias-primas, “tudo que se poderia depreender da lógica do esgotamento relativo sobre a dinâmica da acumulação de capital veio ocorrendo nas décadas seguintes” - tanto o progresso técnico poupador de recursos como a “real estagnação da economia terceiro-mundista, enquanto o progresso se concentrava nos países ricos”. Portanto, “um agravamento, e não a atenuação dos diferenciais de riqueza no mundo”.

Mas o problema dos recursos se mantém. E “começa de novo a mostrar sua presença logo que o mundo não-desenvolvido corrige seus desequilíbrios estruturais, retomando o caminho do crescimento”. O aquecimento da demanda por recursos naturais levou à elevação de preços de matérias-primas, alimentos e energia; e as economias menos desenvolvidas “aproveitaram o bom momento tomando recursos no mercado financeiro internacional para acelerar seu crescimento”. A alta de preços provocou pressões inflacionárias e, em seguida, a elevação das taxas de juros e a recessão.

Ocorreu uma redução do consumo de recursos por unidade de produto. Mas os índices globais de consumo não caíram, até porque 2 bilhões de novos consumidores se incorporaram ao mercado. E volta a armar-se “uma nova crise no momento em que a economia mundial como um todo retoma a prosperidade”, inclusive porque “a falta de discernimento, aliada à lógica ostentatória dos padrões de consumo dos países capitalistas,

foi preparando novamente as condições para a crise de reprodução que se anuncia para a próxima década”. E desta vez com a agravante de o problema do clima também exigir a redução dos níveis de consumo e produção de resíduos no mundo. As polêmicas da época do Clube de Roma tendem a ser retomadas, “girando sempre em torno da partilha dos ônus da crise de reprodução do capitalismo mundial”.

“A vitória dos neoliberais nos anos 80 e 90 não foi apenas uma perversidade de ricos e poderosos”, crê o professor Caporali, “mas antes uma expressão da necessidade de corrigir a equação da reprodução econômica mundial, aumentando relativamente a oferta de recursos naturais e reduzindo relativamente o consumo.” Diante da inviabilidade de um acordo negociado entre as forças sociais, “era inexorável a correção pela coerção monetária; a alternativa teria sido uma inflação crônica caminhando para a hiper”.

Esse retrospecto sugeriria que “as tendências imperativas da reprodução do capital se imporão para o futuro, provavelmente doendo a quem tiver de doer”. Nesse quadro, então, o Brasil não só seria menos vulnerável como “candidato mais a se beneficiar do que a ser negativamente afetado”. O agravamento da crise estaria sendo, até aqui, contornado, com a China e outros países emergentes barateando o custo de reprodução do trabalho e do capital. Mas, a seu ver, “essa tendência dentro de algum tempo esgotará suas possibilidades”. E a conclusão: “Ressurgirão pressões inflacionárias, ainda que menores - pois já não vivemos o tempo de soluções keynesianas -, e o tema da mudança climática alcançará o status de uma histeria coletiva comandada pelas principais forças econômicas mundiais.”

Duas outras possíveis conclusões (agora do autor destas linhas): é preciso avançar com urgência a discussão no Brasil em torno das políticas que comandam a área de recursos e serviços naturais, assim como sobre a demanda real de energia; é preciso correr na área de mudanças climáticas - não só porque o País já está sendo gravemente afetado, como porque ela terá reflexos dramáticos sobre toda a economia e o pensamento político.

Não se trata apenas de aproveitar um bom momento conjuntural, de alta de cotações de certos produtos. Trata-se de ter uma estratégia eficiente de valorização do fator escasso na economia mundial; de aproveitar o bom momento para implantar uma estratégia coerente com o panorama de futuro que se delinea. E de estar atento às dramáticas questões globais de hoje. **Washington Novaes é jornalista E-mail: wlrnovaes@uol.com.br**

Aquecimento global - Igor Barenboim – Valor Econômico – Opinião - 06/09/2007

É difícil inferir em qualquer veredicto científico sobre o aquecimento global. Não está claro que ele está em curso e muito menos que o aumento da temperatura global que nós podemos estar vendo seja fruto da ação humana. De acordo com uma pesquisa conduzida por Bray e Storch em 2003, junto a especialistas no assunto em todo o mundo, apenas 9,4% dos cientistas disseram concordar fortemente com a seguinte proposição: "A mudança climática resulta principalmente da ação humana".

No entanto, a mídia e agências governamentais parecem ter chegado mais próximo de uma conclusão. De acordo com Patrick Michaels, que analisou o conteúdo diário de relatórios sobre o aquecimento global em dezembro de 2005, a razão entre "é pior do que pensávamos" e "é melhor do que pensávamos" é de 14 para 1. Michaels atribui este viés aos mecanismos institucionais de escolha pública. Segundo ele, a quantidade de fundos disponíveis para vários assuntos científicos como aquecimento global, Aids e câncer é finita, e portanto há uma competição por recursos entre esses temas. De acordo com Michaels, a chave do sucesso para vencer essa competição é apresentar a mudança climática como uma questão de relevância máxima.

Entender a ciência por trás do aquecimento global é uma tarefa hercúlea que vai além da capacidade do autor deste artigo. Por isso, eu aqui me dedico a uma tarefa mais modesta. Tento contribuir para um melhor entendimento das conseqüências de uma crença mais profunda na mudança climática para preços de ativos e redistribuição de riquezas entre países, firmas e indivíduos. Ou seja, o objetivo desse artigo é entender melhor quem são os perdedores e os ganhadores de uma eventual mudança climática.

Uma maneira de se pensar o aquecimento global, de forma sistemática, é supor que este é um evento que pode ocorrer a cada período com probabilidade pequena, trazendo conseqüências negativas para o nível do PIB e para a taxa de crescimento econômico. Razões que justificariam um menor crescimento econômico em um cenário de aquecimento global são a regulação e a taxação que provavelmente emergiriam sobre atividades intensivas no uso de petróleo.

Neste arcabouço teórico, a la Barro (2006), há duas principais forças que afetam preços de ativos: 1) por um lado um menor nível de produto e crescimento econômico, ou expectativa destes, implica menores dividendos, o que por sua vez, leva a menores preços de ações; 2) no entanto, um futuro mais incerto leva agentes avessos ao risco a pouparem mais o que eleva preços de ações. A segunda força só predomina em casos muito extremos em que a probabilidade ou o tamanho da catástrofe ecológica seja muito grande. Caso contrário, o preço de ações e as taxas de juros deverão cair com o aumento da probabilidade do aquecimento global.

Maior crença no aquecimento global causaria redistribuição de credores para devedores, pois o preço dos ativos que os credores detêm cairia

Vale também incorporar a nossa análise diferenças entre países, indústrias e indivíduos. Setores diferentes da economia podem sofrer conseqüências distintas em caso de mudança climática. Na verdade, alguns setores, como os de energia alternativa, podem até se beneficiar desse evento. Portanto, a força de suporte aos preços de ativos devido a maior poupança gerada pela maior incerteza deverá ser concentrada nas ações de empresas que menos sofrerão com a regulação e taxação do uso do petróleo. Além disso, uma maior expectativa do aquecimento global gerará uma redistribuição de empresas com capital já instalado com uso intensivo do petróleo para empresas com capital por instalar.

Maior crença no aquecimento global também causaria redistribuição de credores para devedores, já que com um desastre ecológico em vista, o preço dos ativos que os credores detêm cairia. Em geral, indivíduos mais ricos têm maior poupança e portanto são credores líquidos. No entanto, esse padrão não é verdadeiro entre países. A maior economia do mundo, os EUA é devedor enquanto países pobres como a China, são credores.

Países também poderão ser afetados de modo distinto por uma expectativa maior de aquecimento global devido aos seus diferentes fatores de produção. O Brasil, por exemplo, pode se beneficiar devido a sua tecnologia e abundância de terras para produzir biocombustíveis. O maior desafio para o Brasil será lidar apropriadamente com a questão do direito de propriedade. O Movimento Sem-Terra tem historicamente colocado em xeque o direito a propriedade rural e é natural que esse conflito se aprofunde, uma vez que os valores das terras e de seus produtos aumentem.

Uma outra dimensão que vale analisar é como o impacto da mudança climática pode ter conseqüências diferentes para indivíduos com nível de riqueza distintos. Os mais ricos, em média, são menos avessos ao risco, ao menos em termos absolutos. Essa é uma possível razão pela qual, apenas os mais abastados detêm ações, enquanto indivíduos mais pobres têm sua carteira basicamente repleta de ativos remunerados pela taxa básica de juros. Um possível resultado desta discrepância é uma redistribuição dos menos abastados para os mais ricos, caso haja uma crença maior e passageira no aquecimento global. Isso aconteceria porque os menos abastados teriam sua poupança remunerada por uma taxa de juros menor durante o período de crença na catástrofe, enquanto os ricos continuariam a deter ativos, além de continuar a alocar parte da sua poupança para ações artificialmente baratas. Uma vez passado o temor, os ricos sairiam relativamente mais ricos, ao contrário dos menos favorecidos.

Espero ter mostrado neste artigo que o aquecimento global é um assunto com conseqüências importantes para a distribuição de renda e riqueza entre países, firmas e indivíduos e, por isso, este tema é candidato natural a ser politizado. Enquanto a ciência continuar inconclusiva, será difícil alinhar os incentivos de todos a fim de tomar passos sérios para evitar esse perigo potencial. Portanto, antes de nos concentrarmos na batalha por corações e mentes em favor de medidas para evitar a mudança climática é importante levar a cabo uma séria busca da verdade. Uma vez que a comunidade científica fique mais próxima do veredicto de que o planeta Terra como conhecemos está em perigo devido a ação humana. O problema de ação coletiva será mitigado porque estará no melhor interesse da maioria continuar a viver num planeta que já conhecemos e no mínimo aprendemos a gostar. **Igor Barenboim é doutorando em economia pela Universidade de Harvard.**

Indulgências verdes – Marcelo Leite – Folha de São Paulo – Ciência – 08/09/2007

Em 1517, a Reforma foi deflagrada por causa do envio do frade dominicano Johann Tetzel de Roma à Alemanha para vender indulgências -uma espécie de letra de câmbio papal, com a qual se resgatavam na Casa do Tesouro do Mérito os pecados cometidos. Era pagar e ir para o céu.

Martinho Lutero discordou do esquema, escreveu suas 95 teses e pregou-as na porta da igreja do Castelo de Wittenberg. O resto é história.

A compra e venda de indulgências, no entanto, segue firme. Mudou de ramo, aplacando agora consciências recém-convertidas ao credo ambiental por meio da neutralização de carbono.

Parece bem lucrativo, e por ora não se vislumbra o risco moral de um Lutero verde no horizonte.

Os jornais diários são a oração matinal realista do homem moderno, já disse Hegel. Com efeito, foi nas páginas do "Los Angeles Times" que encontrei -após uma dica da página de internet ksjtracker.mit.edu- um desafio frontal ao papa da santimônia ecológica, Al Gore. No foco da denúncia, o documentário "Uma Verdade Inconveniente", já criticado aqui em 19 de novembro de 2006.

Outros jornalistas tinham pegado no pé de Gore por causa da conta de eletricidade de sua casa, que monta a milhares de dólares. O gasto excessivo de energia estava em contradição com as mudanças de comportamento que ele prega, destinadas a reduzir emissões de carbono de cada indivíduo preocupado com o aquecimento global e o futuro do planeta.

A própria produção do filme, porém, provocou o lançamento de muito gás do efeito estufa na atmosfera. A cada viagem de jato do pregador Gore, por exemplo, o querosene queimado nas turbinas lança no ar compostos -como o gás carbônico- que ajudam a engrossar a camada de gases que retêm calor na atmosfera, aquecendo-a. O fenômeno é análogo ao que esquenta o ar dentro de uma estufa de plantas (daí o nome "efeito estufa"). Como Gore e sua trupe são ecologicamente corretos, preocuparam-se em "neutralizar" tais emissões. Funciona assim: alguém contabiliza todas as atividades relacionadas com o filme que emitem gases-estufa, converte-as para toneladas equivalentes de gás carbônico e paga para algum corretor de títulos de carbono comprá-los no mercado livre.

Se você está achando a coisa toda muito parecida com a compra e venda de indulgências, bem, é isso mesmo.

Pelo menos é o que se depreende da reportagem de Alan Zarembo no "LA Times" de domingo passado: os 496 dólares e 96 centavos que os produtores de "Uma Verdade Inconveniente" pagaram para neutralizar as 41,4 toneladas de carbono geradas pelo filme não serviram para grande coisa.

O intermediário, uma firma chamada Native Energy, empregou o dinheiro para comprar e repassar -com lucro provável de quase 10 dólares por tonelada- títulos de projetos que haviam economizado emissões de gases-estufa na Pensilvânia (geração de eletricidade a partir de metano de esterco de vaca) e no Alasca (eletricidade produzida com turbinas de vento).

O galho, descobriu o repórter Zarembo, é que ambos os projetos iriam ser feitos de qualquer jeito, com ou sem os títulos de carbono. O dono das vacas pretendia ganhar direito vendendo eletricidade extra para a rede e aceitou alegremente, sem negociar, a primeira oferta da Native Energy para comprar as reduções. Algo de similar aconteceu no Alasca. Johann Tetzl e Al Gore que nos perdoem, mas está fazendo falta um Lutero para sacudir a igreja verde de nossos tempos.

MARCELO LEITE é autor de "Promessas do Genoma" (Editora da Unesp, 2007) e de "Clones Demais" e "O Resgate das Cobaias", da série de ficção infanto-juvenil Ciência em Dia (Editora Ática, 2007). Blog: Ciência em Dia (www.cienciaemdia.zip.net). E-mail: cienciaemdia@uol.com.br

País pobre poderá ter meta mais leve de corte de gases – Folha de São Paulo – Ciência – 10/09/2007

Chefe da Convenção do Clima diz que compromisso pós-Kyoto não é "preto ou branco" - O secretário-executivo da Convenção do Clima das Nações Unidas, o holandês Yvo de Boer, tem um recado para os países em desenvolvimento que se recusam a aceitar metas de redução de gases de efeito estufa em nome do tal princípio das responsabilidades diferenciadas: ""diferenciado" deveria significar mais do que preto ou branco", afirma. "Mesmo com essa noção de metas obrigatórias, existe uma variedade de caminhos que você pode seguir".

De Boer diz que os países em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, deverão, sim, assumir metas de redução de emissões dos gases que esquentam o planeta na segunda fase do Protocolo de Kyoto, o acordo mundial contra o efeito estufa que expira em 2012.

Mas essas metas não precisam ter o mesmo rigor que tiveram em Kyoto para os países industrializados. Os compromissos poderão ser assumidos de uma maneira "light", em fases, de acordo com a situação particular de cada nação.

"Você pode pensar em alguns países em desenvolvimento se comprometendo a melhorar a eficiência energética em alguns setores de sua economia, e nos países menos desenvolvidos apenas fazendo esforços para reduzir suas emissões por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo", afirma.

O tom de conciliação de De Boer tem endereço certo: a resistência dos países pobres, especialmente da China a adotar compromissos obrigatórios no período pós-Kyoto, é um dos grandes obstáculos à negociação de um acordo global para tentar salvar o planeta dos piores efeitos do aquecimento.

Os princípios desse novo acordo deverão ser estabelecidos em dezembro, numa conferência dos países-membros da Convenção do Clima em Bali, na Indonésia. Na sexta-feira retrasada, o primeiro passo dessa negociação foi dado em Viena, quando mais de 150 países concordaram que um objetivo de redução global de 25% a 40% das emissões até 2020 em relação aos níveis de 1990 é um "parâmetro útil" para discussões. Sem um compromisso dos gigantes do Terceiro Mundo e dos EUA será impossível reduzir as descargas de gás carbônico à metade até 2050 -condição necessária para evitar o aquecimento catastrófico.

Em entrevista à **Folha**, De Boer fala sobre o tamanho do impasse e suas possíveis soluções. Leia a seguir. (CLAUDIO ANGELO)

FOLHA - Parte da imprensa mundial considerou um sucesso a reunião de Viena. Parte disse que o resultado foi maculado pela resistência de algumas nações industriais. Que lado tem razão aqui?

YVO DE BOER - Provavelmente ambos (risos). É difícil para alguns países industrializados adotar um compromisso sem saber ainda qual será o grande negócio em Bali. Do lado positivo, os países concordaram com um intervalo que deve guiar a redução de emissões até 2020.

A grande vitória para mim é que agora será muito difícil imaginar que um país industrializado ofereça uma meta menor que esse intervalo, de 25% a 40% de redução de emissões em relação a 1990 até 2020. Isso talvez seja mais do que eu estava esperando.

FOLHA - E qual é o grande negócio em Bali? O que se espera de lá?

DE BOER - Depende de com quem você fala. A imensa maioria dos países está esperando um mandato para começar a negociar uma política de mudança climática além de 2012. Posto isso, há alguns países, como a China, que no encontro em Viena expressaram hesitação sobre isso, e disseram que prefeririam continuar as conversas informais. Mas ao mesmo tempo a delegação chinesa indicou que queria um instrumento legal na questão tecnológica, e eu acho que isso é sinal de uma posição flexível. Você não pode continuar as conversas informais e ao mesmo tempo querer um instrumento legal sobre tecnologia.

FOLHA - Sairá do encontro de Bali uma meta global de emissões?
DE BOER - Não. Eu não acho que Bali acordará uma meta. Bali talvez produza um objetivo de longo prazo, por exemplo, de que as emissões precisem ser reduzidas à metade até meados deste século.

FOLHA - O sr. deu uma entrevista à rede BBC na semana retrasada dizendo que os países ricos deveriam poder pagar para se livrar de 100% de suas responsabilidades. Isso não contraria o espírito de Kyoto?

DE BOER - O título dado àquela entrevista é algo que eu nunca disse. E eu não acho que os países ricos devam fazer isso. Tanto a Convenção do Clima quanto o Protocolo de Kyoto afirmam claramente que os países industrializados precisam assumir a liderança com ações domésticas. Posto isso, duas coisas são importantes: primeiro, há muitas opções baratas de redução de emissões disponíveis nos países em desenvolvimento, e a atmosfera não liga para onde as emissões são reduzidas. Segundo, ao utilizar essas opções, você está fazendo um investimento no crescimento limpo desses países.

FOLHA - Então, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) deveria ser expandido?

DE BOER - Sim, você pode continuar o MDL ou permitir um mecanismo de finanças de carbono que seja mais ligado às políticas e prioridades dos países em

desenvolvimento. Por exemplo: a China tem o objetivo de chegar a 20% de energia renovável. Acho que deveríamos pensar na possibilidade de investir em um programa de energia limpa como o que a China sugere, que deveria lhe dar créditos de carbono em troca. Embora o MDL seja útil, você poderia pensar em complementá-lo ao dar créditos de carbono também para investimentos em energia mais limpa.

FOLHA - Neste mês será realizada uma conferência em Washington para debater as emissões de gases-estufa. O sr. acha que o presidente George W. Bush, que rejeitou Kyoto, se converteu?

DE BOER - Eu acho que o presidente Bush deixou claro que ele não está mais questionando a ciência. Acho que há uma mudança na posição da administração americana, que eu acho que é positiva.

FOLHA - Se o sr. tivesse a chance de fazer uma única pergunta a Bush para saber quais são as reais intenções dele, que pergunta faria?

DE BOER - (Pausa) Eu não tinha pensado nisso... acho que perguntaria se, uma vez que os EUA estão a favor de que os países ofereçam objetivos de redução de emissões, o que os EUA, ao mostrarem liderança nesse encontro de Washington, ofereceriam como seu objetivo?

FOLHA - O sr. acha que os países pobres vão assumir metas obrigatórias, mas mais leves, na extensão do acordo de Kyoto?

DE BOER - Pelo Protocolo de Kyoto, todos os países têm a obrigação de reduzir emissões. Mas Kyoto também diz que os países ricos têm de prover os países em desenvolvimento com os recursos para fazê-lo. Boa parte do debate futuro é como tornar esse conceito operacional. Talvez não seja preciso mudar nenhuma palavra na linguagem da Convenção [do Clima] das Nações Unidas, porque a linguagem já está lá. Talvez nós devamos pensar em uma abordagem muito mais diferenciada, na qual diferentes tipos de recompensa ou incentivo são oferecidos para diferentes tipos de ação. Como, por exemplo, expandir o mercado de carbono para que ele possa apoiar políticas de governo.

FOLHA - Os países em desenvolvimento ainda se prendem muito ao conceito das "responsabilidades comuns mas diferenciadas", ou seja, os países ricos, que causaram o problema, devem resolvê-lo. Esse discurso está caduco?

DE BOER - "Comum mas diferenciado", para mim, deveria significar mais do que duas coisas, mais do que preto ou branco. Eu acho que "diferenciado" significa que você tem mais de duas opções, que levam em conta as diferentes circunstâncias dos diferentes países. Sob a convenção, os países industrializados foram obrigados, mas não legalmente, a reduzir suas emissões abaixo dos níveis de 1990. E na próxima fase, a de Kyoto, eles passaram a ter compromissos legais. Então talvez devêssemos pensar em uma abordagem em fases para os países em desenvolvimento também. Talvez com alguns países em desenvolvimento se comprometendo, mas não legalmente, a limitar suas emissões. Você pode pensar em alguns países em desenvolvimento se comprometerem a melhorar a

eficiência energética em alguns setores de sua economia, e pode pensar nos países menos desenvolvidos apenas fazerem esforços para reduzir emissões por meio do MDL. Talvez nós precisemos transformar "diferenciado" em mais do que preto ou branco.

FOLHA - Então tudo se resume a um problema de interpretação?
DE BOER - Até agora, nós só temos feito a distinção entre países que têm metas e países que não têm. Há países dentro de Kyoto que se comprometeram a reduzir suas emissões em 20%, e há países que se comprometeram a aumentar suas emissões em 20%. Mesmo com essa noção de meta obrigatória, existe uma variedade de caminhos que você pode seguir.

FOLHA - Como o sr. vê o papel do Brasil nas negociações? Tem sido dito que o país tem sido muito reativo.

DE BOER - De jeito nenhum! O Brasil tem sido um dos mais estridentes em dizer que a hora das discussões informais acabou e que nós precisamos começar as negociações formais. Brasil e África do Sul, juntos, têm sido mais eloqüentes que muitos países industrializados.

FOLHA - O Brasil está propondo um esquema pelo qual os países ricos criariam um fundo para financiar a redução das emissões por desmatamento nos países tropicais. Isso tem chance de ser aprovado em Bali?

DE BOER - O que eu acho interessante na proposta é que ela torna claro que nós estamos tentando falar de três coisas: há gente falando de evitar desmatamento, de conservar florestas e há ainda gente falando de manejo florestal sustentável. A proposta brasileira está tentando partir a questão de forma a torná-la mais clara, e também tentando assegurar que nós focalizemos aquilo que deve ser o foco, a saber, emissões resultantes do desmatamento.

FOLHA - No geral, então, é uma boa idéia...

DE BOER - É algo que precisamos explorar mais. Em Viena eu ouvi alguns países falando em evitar emissões por desmatamento evitado, outros países falando em evitar emissões devido a políticas de controle de natalidade e outros ainda de evitar emissões por não extrair petróleo que está no subsolo! Sabe, até onde você vai?

Caravana visitará locais a serem contemplados pelo Territórios da Cidadania – Sítio Eletrônico do MDA – 10/09/2007

Integrantes da Rede Nacional de Colaboradores (RNC) e do Departamento de Ações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) estiveram reunidos na última semana, em Brasília, para planejar uma prévia da caravana que irá visitar os 30 territórios a serem contemplados pelo Programa Territórios da Cidadania. O Territórios da Cidadania é uma iniciativa do MDA que contempla a integração com outros ministérios.

“Sabemos que o planejamento nos territórios está sendo satisfatório, mas sempre podemos melhorar. O que não podemos é deixar que os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) elaborados deixem de ser um padrão na elaboração dos projetos territoriais”, lembra o diretor do Departamento de Ações Territoriais da SDT, Ronaldo Camboim. Segundo Camboim, as visitas aos territórios serão iniciadas ainda nesta semana. Cada membro da RNC deve visitar, em média, de dois a quatro territórios.

Conforme Inês Cabanilha, da RNC no Espírito Santo, o diagnóstico a ser realizado com os colegiados territoriais buscará uma qualificação do próprio colegiado e do PTDRS de cada território. “Precisamos debater e analisar a situação de cada território, visando o sucesso da caravana. A reunião foi um planejamento estrutural de como, quando e onde serão nossas visitas”, diz. A caravana deve percorrer os 30 territórios selecionados para o Programa Territórios da Cidadania, previsto para ser lançado na segunda quinzena de outubro.

“Com essa caravana, esperamos discutir com os colegiados territoriais o direcionamento dos projetos em cada território, qualificando a articulação das próximas políticas públicas a serem implantadas”, reforça Mônica Schiavinatto, da RNC em Goiás.

Avaliação dos projetos - Para Socorro Oliveira, da RNC no Pará, a caravana é importante para solucionar pequenos problemas que podem existir nesses territórios. “Precisaremos desse encontro com os colegiados territoriais para descobrir como estão os projetos e a atual situação deles. Além disso, nem sempre os territórios estão com a representatividade desejada. Daí a necessidade da realização desse levantamento”, explica.

O Programa Territórios da Cidadania tem o objetivo de promover a superação da pobreza no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

MMA apóia PEC que torna Cerrado e Caatinga patrimônios nacionais - Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA - 10/09/2007

Comemora-se nesta terça-feira, 11 de setembro, o Dia Nacional do Cerrado, segundo maior bioma brasileiro e também um dos mais ameaçados. Como parte das atividades realizadas nesta data, a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito, participará, às 14h30, de uma audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, no Senado Federal. O MMA vem apoiando a Proposta de Emenda Constitucional 115/1995 que torna o Cerrado e a Caatinga patrimônios nacionais. A PEC deverá entrar na pauta de votação do plenário da Câmara dos Deputados ainda este mês. Atualmente, a Constituição prevê essa distinção para os biomas Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Zona Costeira.

Em 2004, o Ministério do Meio Ambiente criou o Núcleo Cerrado e Pantanal (NPC) para articular e propiciar a execução de iniciativas voltadas para a conservação e o uso sustentável desses biomas. O Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado, lançado em novembro de 2005, representa uma das ações do MMA voltadas para proteção do bioma. Com o objetivo de avaliar a implementação do programa, em 2006 foi instalada a Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (Conacer). A

comissão é composta por 26 integrantes, entre representantes de ministérios, órgãos como a Embrapa e o Ibama, e entidades da sociedade que atuam na defesa do bioma Cerrado.

Junto com o programa, desenvolveu-se o GEF Cerrado, parceria com o Banco Mundial que prevê o investimento de US\$ 13 milhões, com contrapartida nacional de US\$ 26 milhões, em projetos para de uso sustentável, criação e implementação de unidades de conservação de proteção integral no bioma. Em agosto deste ano, foram selecionados três projetos para participar do GEF.

O Cerrado localiza-se no centro do País e tem cerca de 2 milhões de km². Estende-se em área contínua por 11 estados brasileiros: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo e Tocantins.

Floresta em pé merece crédito, defende ONG – Kátia Brasil - Folha de São Paulo – Ciência – 11/09/2007

O cientista britânico Andrew Mitchell, 54, fundador da ONG GCP (Global Canopy Programme), subiu ontem numa torre de 46 m de altura em Manaus (AM), acima das copas das árvores da floresta amazônica, para divulgar a Declaração das Florestas, documento que deve ser assinado por mais 200 ONGs de forma eletrônica.

O objetivo da iniciativa é mudar o tratamento da questão florestal dentro da Convenção do Clima. A principal recomendação do documento é que os créditos de carbono gerados pela floresta em pé sejam incluídos nos mercados globais.

A declaração lembra que no debate sobre políticas a serem adotadas predominam as soluções baseadas no uso de energia limpa, mas que os povos das florestas precisam de incentivos para incrementarem seu "capital florestal". O documento também foi assinado por Virgílio Viana, secretário estadual de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas.

Ameaças ao crescimento sustentável – estado de São Paulo – Economia e Negócios – Editorial- 15/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva insiste em afirmar que o Brasil está imune às perturbações internacionais e que entramos numa fase de crescimento sustentável de, pelo menos, 5% ao ano. O presidente apóia seu raciocínio nos dados do PIB do segundo semestre. Mas esse resultado é ilusório.

Embora a política monetária ortodoxa tenha permitido obter bons resultados e consolidar fundamentos que podem amenizar os efeitos das perturbações internacionais, os pontos frágeis que ainda existem na economia brasileira não garantem uma situação tranqüila quanto à manutenção de uma taxa razoável de crescimento. Basta lembrar que nosso ritmo de crescimento continua abaixo do de muitos países emergentes.

O ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga analisou com muita felicidade os obstáculos ao crescimento sustentado. Nota que não estamos resolvendo a questão do gasto público e da carga tributária, que considera, com razão, crucial. Na verdade, a situação, desse ponto de vista, está se agravando. O governo, que bate recordes de arrecadação porque a economia está crescendo, está gastando cada vez mais e com cada vez menos eficácia. O País está numa fase de crescimento da carga tributária que enfraquece o seu comércio internacional.

A isso se acrescenta a deterioração da infra-estrutura do País, que está criando sérios pontos de estrangulamento para a economia. Apesar das declarações presidenciais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) está longe de resolver esses problemas que, aliás, não podem ser resolvidos no curto prazo.

Aos problemas estruturais se acrescentam dificuldades vinculadas à conjuntura. A primeira é, certamente, a desaceleração da economia dos EUA e de outros países industrializados, que resultará numa redução das exportações.

Outra é o aumento das taxas de juros tanto no plano internacional quanto no nacional. A crise das hipotecas teve por efeito um aumento generalizado dos juros e, em particular, para os países emergentes. O Brasil encontra dificuldades para recorrer ao mercado internacional, que tinha custos menores do que as operações domésticas. Ao mesmo tempo, como indica a última Ata do Copom, a tendência será de aumento dos juros internos, o que freará a contratação de empréstimos, num momento em que se verificam aumento dos preços.

Aquecimento ilhado – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 16/09/2007

São Tomé e Príncipe faz plano contra mudanças do clima a partir de consultas públicas

Talvez os cientistas não gostem. Mas, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, na costa oeste da África, o Pana (Plano de Ação Nacional para as Mudanças Climáticas) foi quase todo elaborado - o que já coloca os irmãos de língua portuguesa à frente do Brasil - sem informações vindas de modelos matemáticos.

"Não se trata de ciência no nosso caso. Basta perguntar para as pessoas, que estão sentindo o problema em seu dia-a-dia", disse o pesquisador Aderito Santana à **Folha**. O são-tomense, além de ser o coordenador do plano, é diretor do Instituto de Meteorologia do seu país, que também representa na OMM (Organização Meteorológica Mundial), no IPCC (Painel Intergovernamental de Mudança Climática) e na Convenção do Clima das Nações Unidas.

"A estrada que vai para o nosso aeroporto - ponto de saída fundamental para uma ilha que está a 160 km da costa - só fica 1,5 metro acima do mar. Precisamos ter cuidado", explica Santana, que aprovou seu plano com o governo nacional no início de agosto.

"Ele será financiado em parte pelo braço financeiro do Banco Mundial", explica o pesquisador, que se baseou indiretamente nos relatórios do IPCC para justificar a necessidade de agir.

Todo o plano, feito em dois anos, partiu de informações obtidas com a sociedade. "Foram inquiridas mulheres e homens das camadas mais desfavorecidas do país, tais como agricultores, pescadores (que fornecem 70% da proteína consumida no país), habitantes das zonas rurais longe das zonas urbanas, assim como habitantes de bairros degradados", diz o texto da metodologia do plano, ao qual a Folha teve acesso. Empresas, gestores públicos e ONGs também foram entrevistadas.

Uma lista de 16 problemas foi colocada para os habitantes da zona costeira. O aumento do nível do mar, a erosão costeira e a diminuição das chuvas (o aquecimento poderá também causar secas) causam preocupação em 100% dos entrevistados.

Realidade - "É a realidade das pessoas. Elas estão vendo os processos erosivos com frequência nas praias. Para elas, não importa muito se é por causa do aquecimento global, a questão é que o mar está mesmo subindo."

De acordo com o plano, a "diminuição dos "caudais" dos rios, a queda das chuvas, as gravanas [secas] prolongadas, o aumento da temperatura, a subida do nível do mar, as cheias dos rios e a conseqüente contaminação das águas, como ainda a erosão costeira" são os problemas considerados mais críticos para todo o território nacional.

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, formado pelas duas ilhas principais, além de várias ilhotas, tem 1.001 km² de área e 137 mil habitantes (79% com menos de 35 anos e 53% abaixo da linha pobreza). O país tem regiões altas também, com até 2.000 metros de altura. Mas a maior parte da população, além de urbana, mora perto da costa.

Balanco negativo - País pequeno e pobre - a população total são-tomense tem a mesma dimensão que a da cidade de Palmas (TO), a menor das capitais brasileiras -, a nação africana precisa ser ajudada. Assim como todas as que estão na mesma situação que ela.

O inventário nacional de gases de efeito estufa, feito em São Tomé e Príncipe em 1999 (o do Brasil só saiu em 2004), é mostrado com orgulho por Santana. O texto revela que o país emite 568.663 toneladas de carbono, mas absorve 1.544.545 toneladas. Os maiores emissores são os setores de energia e transporte. A absorção é feita pelas florestas do país, que ainda estão bem preservadas, segundo Santana.

"Quem mais contribuiu com essa situação [a do aquecimento global] tem de pagar. O problema não é de um grupo, ele é global. A discussão precisa ser desapaixonada, pessoas e países vão sofrer as conseqüências", exclama Santana, aproveitando para dar um recado claro para os países ricos.

No caso de São Tomé e Príncipe a luta contra o aquecimento global não poderá ser feita sem o desenvolvimento social, cultural e ambiental dos habitantes do país. O projeto mais prioritário do Pana, por exemplo, é capacitar e fornecer estrutura para os pescadores. Ainda no pódio, aparecem os projetos de criação de um sistema de alerta climático e ações de comunicação para que a sociedade mude seu comportamento ambiental. Custo das iniciativas: US\$ 1 milhão, para um PIB de US\$ 70,6 milhões.

Ibope: preocupação com o verde passa longe da cabeça dos jovens - Tulio Brandão – O Globo – Rio – 16/09/2007

Pesquisa diz que 91% se importam pouco ou nada com problemas ambientais

Os recursos naturais não estão garantidos para as gerações futuras, como manda a cartilha do desenvolvimento sustentável.

Pesquisa encomendada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro (Sinepe) ao Ibope revela que 91% dos adolescentes e jovens de 14 a 18 anos, de escolas públicas e particulares, admitem que seus pares se preocupam pouco ou nada com o meio ambiente.

Mas há esperança: 76% deles gostariam de estar mais informados sobre o tema. O estudo será divulgado terça-feira, no 5o Congresso Rio de Educação, promovido pelo Sinepe, no Hotel Sofitel, em Copacabana.

Somente 16% afirmam separar o lixo durante coleta

O resultado da pesquisa surpreende porque a questão ambiental vem sendo exaustivamente discutida e, dizem os próprios jovens, “está na moda, mas o problema é que a moda passa”. Mayra Alves, Caio Vitor e Alan Santos, alunos do terceiro ano do ensino médio da filial do Jardim Botânico do Centro Educacional da Lagoa (CEL), dizem estar preparados, mas admitem que a geração deles não se aprofundou no assunto.

— A galera, em geral, não se importa tanto porque os efeitos da destruição do meio ambiente não estão sendo muito sentidos. E como ninguém ainda está pensando em ser pai ou mãe, eles não se preocupam com gerações futuras, desenvolvimento sustentável, essas coisas — diz Mayra.

As atitudes descritas na pesquisa — organizada pelo diretor do Sinepe Rio, Henrique Zaremba da Câmara — são reveladoras.

Numa das avaliações, 40% dos jovens disseram que não pegariam uma PET vazia jogada na areia, simplesmente por não se sentirem responsáveis pela sujeira. Outros 6% fariam pior: enterrariam a garrafa para esconder o lixo.

Quando questionados sobre o lixo recolhido em casa, apenas 16% garantem fazer a separação dos resíduos.

E, caso estivessem numa floresta com uma cachoeira e um rio, 67% dos entrevistados reclamariam mais se um amigo jogasse comida no rio do que se deixasse sacos plásticos no local. Eles provavelmente não sabem que a decomposição do plástico leva mais de cem anos; já a matéria orgânica se dissolve quase imediatamente.

Entre os três alunos do CEL, não houve unanimidade em relação à postura mais adequada nas três situações.

Para o presidente do Sinepe, Edgar Flexa Ribeiro, o fato de os jovens confessarem falta de informação e estarem dispostos a mudar o quadro é ótimo sinal.

Ele considera significativo ainda que os entrevistados tenham escolhido a escola como principal orientador — seguido, na preferência, pelos governantes e pela TV. Na rede estadual, professores e alunos de 150 escolas farão curso de formação em educação ambiental, para que sirvam como propagadores.

A secretária executiva da Rede Brasileira de Educação Ambiental, Patrícia Mousinho, lembra que há grupos de jovens dedicados à questão em todo o Brasil, mas reconhece que, na regra, a nova geração não tem preparo.

— Mas não são apenas eles. A maior parte da população está despreparada para o tema.

A conta da natureza - Gustavo Paul, Patrícia Duarte e Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 16/09/2007

Efeito do aquecimento global sobre inflação de alimentos preocupa analistas e governos

BRASÍLIA Nos últimos meses, autoridades, analistas, especialistas em clima e em agricultura, além de ambientalistas, começaram a detectar sinais de um ingrediente novo na economia: a influência mais freqüente das variações climáticas nos preços dos alimentos e, por tabela, na inflação mundial. Todos estão alertas para a intensidade com que enchentes e secas, que historicamente acontecem no mundo e alteram as safras, estão ocorrendo. O temor é que esses fenômenos já sejam conseqüência do aquecimento global, que deverá elevar a temperatura no planeta em um grau Celsius nos próximos dez anos, segundo os cientistas.

São vários — e preocupantes — os indícios que apontam nessa direção.

Na Austrália, uma seca recorrente há uma década reduz a produção de trigo. Na Argentina, chuvas em excesso inundaram os pastos e tiveram conseqüências para a produção de leite. No ano passado, o Paraná viveu o pior período de estiagem dos últimos 70 anos, e o Rio Grande do Sul teve, em 2004, a maior seca em seis décadas. E os meteorologistas identificam variações anormais nas durações dos fenômenos climáticos El Niño e La Niña, relacionados à temperatura do Oceano Pacífico, que têm impacto no clima de boa parte do planeta.

— Observamos que as temperaturas mínimas em vários pontos do globo subiram mais de um grau (Celsius) nos últimos anos, o que provoca com mais freqüência a ocorrência de fenômenos extremos. Posso creditar a redução da oferta de alimentos também a essa vulnerabilidade do clima — diz o pesquisador Eduardo Assad, chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária.

Trigo subiu 81,4% e a soja, 51,6% - Não à toa, este ano já é considerado emblemático. Enquanto a inflação mundial não deve passar de 4%, os preços internacionais de algumas das principais commodities agrícolas quase dobraram. O trigo, por exemplo, subiu 81,4% em 12 meses. Reflexo da seca na Austrália, que reduziu a produção de 25 milhões para 9,9 milhões de toneladas. O impacto foi sentido em todo o globo, pois os estoques mundiais foram usados para suprir a demanda do produto, base para diversos outros, como pães e massas.

Os preços da soja e de seus derivados também vêm sendo puxados fortemente. No mercado externo, a soja em grão subiu 51,6%, comprometendo outras cadeias, com destaque para carnes (o grão serve de ração animal).

Recente estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), ligado às Nações Unidas, também alerta que, com a temperatura cada vez mais quente, a produção de grãos será gradativamente reduzida.

Diante desse cenário, os economistas começam a abrir os olhos para a possível influência do aumento da temperatura no planeta sobre os preços dos alimentos. O assunto, avaliam, terá de ser acompanhado de perto.

A preocupação central é com as maiores chances de quebras de safra.

Cotações se elevariam, gerando pressão inflacionária. Como resposta, governos poderiam subir juros para segurar a variação de preços, segurando o ritmo de expansão da economia mundial, com impacto no emprego e na renda globais. Sem falar no impacto direto da cesta básica no bolso dos cidadãos.

— Alterações no clima sempre aconteceram e vão acontecer. Sempre houve anos ruins e anos bons.

Agora, talvez tenhamos mais anos ruins do que bons — avalia o economistachefe para América Latina do WestLB, Ricardo Amorim.

Especialista da consultoria Tendências, Amaryllis Romano afirma que, apesar das pressões, ainda é cedo para falar em mudança permanente de patamar de preços: — A produção, de maneira geral, está voltando a crescer. Mas é preciso ficar atento.

Ainda não há estudos conclusivos sobre a relação entre aquecimento e mudanças de clima. Por isso, tentase evitar alarmismo.

— Não há consenso sobre isso na comunidade científica, mas esses sinais acabam acendendo uma luz amarela — diz Charles Müller, do Núcleo de Economia do Meio Ambiente da Universidade de Brasília.

— Estamos diante de um problema sério. Não sabemos se há relação direta com o aquecimento global, mas não podemos descartar a possibilidade — corrobora o agrônomo Leonardo Sologuren, sócio da consultoria Céleres.

A preocupação imediata reside na velha lei da oferta e da procura. A inflação mundial de alimentos, apelidada de “agflação” (agriculture inflation, em inglês), tem como principal causa o explosivo aumento do apetite mundial. Como a produção no mundo cresce em ritmo menor do que a demanda, o resultado é que os estoques de alimentos despencaram.

Para o milho, havia, em 2000, estoque suficiente para atender a 32% do consumo esperado, percentual que caiu para 13% este ano.

O trigo passou de 36% pra 19%. Com isso, cai a possibilidade de acomodação de preços em caso de escassez.

— O clima será cada vez mais um fator importante na formação de preços. Qualquer problema climático terá influência nos estoques, reduzindo mais a oferta, que já está pequena — reconhece o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

A preocupação em se estabelecer o real alcance do problema está se espalhando. No mês passado, começou a ser feito um estudo para determinar que conseqüências o processo de aquecimento global trará para a economia do país. Financiada pela Embaixada Britânica, será tocado pela Unicamp, ao lado do Banco Mundial e da Embrapa.

COP-8 foi um fracasso, dizem ambientalistas - Efe – Estado de São Paulo – Vida & - 17/09/2007

A 8ª Conferência das Partes (COP-8) da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, concluída ontem, foi considerada um fracasso por ONGs ambientalistas, pois não aprovou orçamento para os próximos dois anos nem objetivos concretos. Os quase 200 países participantes traçaram estratégias para dez anos, mas não acordaram um orçamento por causa da resistência do Japão. O país não sofre efeitos da desertificação, mas seu modelo econômico é considerado um dos responsáveis pelo fenômeno.

Desenvolvimento territorial e economia solidária são temas de encontro na PB – Sítio Eletrônico do MDA – 17/09/2007

Comercialização de produtos da agricultura familiar da Paraíba por meio das redes de economia solidária. Esse é o principal tema discutido por cerca de 60 participantes, nesta segunda (17) e terça-feira (18), durante o encontro sobre Sistemas Estaduais de Comercialização de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes), realizado em João Pessoa (PB).

Participam do encontro o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Paraíba, Marenilson Silva, a coordenadora nacional do Secafes na Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), Regilane Fernandes, além de representantes de cooperativas, agricultores dos territórios rurais do estado, gestores públicos, agentes financeiros e representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba (Sebrae/PB).

O delegado substituto do MDA/PB, Antônio Alves, destaca a importância do evento. “Estamos discutindo aqui uma nova lógica de mercado. A economia solidária e a agricultura familiar saem ganhando na medida em que os agricultores trabalham de forma cooperativada, solidária, discutindo comercialização e lucros coletivamente”, explica. A meta do encontro é a implementação dessa rede de comercialização no estado.

Na terça-feira, a programação se concentra nas articulações de fortalecimento das Bases de Serviço de Comercialização (BSCs), fundamentais para o sistema de comercialização baseado na economia solidária. De acordo com o delegado substituto da Paraíba, a idéia é implementar um BSC em cada território rural para lançar as condições necessárias para a criação do Secafes no estado.

O encontro é uma iniciativa da Coordenação Geral de Cooperativismo, Associativismo, Negócios e Comércio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. O Secafes se insere dentro da rede de Apoio à Dinamização Econômica e Desenvolvimento Territorial do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat).

Oficinas preparam assentamentos baianos para licenciamento ambiental – Sítio Eletrônico do MDA – 17/09/2007

Oficinas sobre planos de desenvolvimento com enfoque ambiental serão iniciadas a partir desta terça-feira (18) na região Oeste da Bahia e atenderão a dois Projetos de Assentamento (PAs). Além de técnicos do programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (Ates), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 237 famílias deverão participar das palestras.

Serão duas as oficinas ministradas por articuladores de Ates. Uma prepara para a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e a outra, para a preparação do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA).

A articuladora de Ates Ana Claudia Costa Destefani ressalta que os planos substituem a necessidade de apresentação do relatório de caracterização do empreendimento, quando for solicitado o licenciamento ambiental para o PA, e que esse assunto será um dos destaques das oficinas.

Os técnicos que participarão das oficinas pertencem à Cooperativa de Profissionais em Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Colmeia), da qual fazem parte o PA São Francisco de Assis, situado no município de Cotegipe e com 186 famílias assentadas, e o PA Pavão, que possui 51 famílias e se localiza no município de Formosa do Rio Preto.

O PA São Francisco participará da oficina sobre o plano de recuperação e o Pavão, da palestra sobre o plano de desenvolvimento. Além da ênfase à importância do licenciamento ambiental, serão apresentados os procedimentos para obtê-lo. Haverá ainda treinamento sobre a caracterização ambiental, com a capacitação dos técnicos de Ates para identificarem os tipos de vegetação de uma reserva legal e de uma área de preservação permanente.

Ministra destaca interação entre setores ambiental e produtivo - Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA - 17/09/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou a importância da interação entre o setor ambiental e o setor produtivo para o País, nesta segunda-feira (17), durante o Fórum Internacional Sucroalcooleiro, realizado em Sertãozinho (SP). Segundo ela, esse processo é bastante recente: "Quando uma ministra de Meio Ambiente é chamada a discutir com setores de investimento significa que estamos transitando numa linha de vantagem". Em seu discurso, Marina Silva voltou a salientar que "a melhor forma de fazer política de governo é fazer política de País".

As experiências brasileiras com biocombustíveis, conforme a ministra, têm chamado a atenção nos fóruns internacionais, bem como as iniciativas desenvolvidas para proteger a Amazônia. Para Marina Silva, um dos principais fatores que destacam o Brasil na área de biocombustíveis é o cuidado com o meio ambiente durante a produção. "É importante trabalhar a questão da produção do biocombustível não só em função da lógica de mercado, mas pensando em pontos de equilíbrio. Não somos potência econômica, nem

bélica, mas somos uma potência ambiental. Portanto temos o desafio de fechar a equação entre viabilidade econômica e viabilidade ambiental", salientou. De acordo com a ministra, o governo tem feito um grande esforço para que essa produção se dê de forma sustentável: "O processo produtivo precisa ser feito de um modo social e ambientalmente justo".

O analista ambiental da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Adriano Santiago, também participou do evento. Ele falou sobre vantagens competitivas no mercado mundial da produção brasileira do etanol, proveniente da cana-de-açúcar, devido à possibilidade do custo baixo, em relação ao barril do petróleo, e também às questões ambientais - o uso do etanol, em substituição a combustíveis fósseis, contribui para redução do efeito estufa, ele é menos poluente. Santiago ressaltou a necessidade de estudo de impacto para a atividade sucroalcooleira, conforme recomenda o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC). Ele fez uma reflexão sobre o etanol no contexto das mudanças climáticas.

O fórum ainda contou com a participação do diretor da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Paulo Guilherme, que falou sobre a importância do ordenamento territorial para definir a expansão do setor, observando, sobretudo, a variedade climática. Ele destacou a participação da sociedade no processo de Zoneamento Ecológico-Econômico.

Articuladores territoriais discutem em Brasília planejamento das ações – Sítio Eletrônico do MDA – 18/09/2007

Começou nesta segunda (17), em Brasília, e vai até a próxima quarta-feira (19), o Encontro Regional de Planejamento com Articuladores Estaduais e Territoriais da Região Norte. O evento é promovido pela Coordenação de Ações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Hoje, a SDT apóia 120 territórios rurais em todo o País, compostos por 1848 municípios.

O secretário de Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, esteve presente na abertura do evento. Ele informou, na ocasião, que inicialmente o MDA possuía um projeto de desenvolvimento territorial. "Agora, essa estratégia de desenvolvimento para o meio rural passa a ser acompanhada pela Presidência da República e pela Casa Civil", informou o secretário ao abrir o encontro.

Ele referia-se ao programa federal Territórios da Cidadania, que tem como meta promover a superação da pobreza no Brasil rural. O programa, aprovado recentemente pelo presidente Lula, está em fase de finalização. "Isso tudo nos leva a repensar o nosso planejamento, com ajustes importantes, sendo o fato mais relevante o reconhecimento desse trabalho em outras esferas do governo", complementou.

Programação do encontro - A apresentação do referencial metodológico de apoio ao desenvolvimento territorial, as estratégias para qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e, ainda, a discussão sobre o papel dos colegiados no processo de desenvolvimento territorial fazem parte da programação do encontro.

As regiões Sudeste, Nordeste e Sul também irão realizar encontros com os seus respectivos articuladores estaduais e territoriais. Nesses encontros regionais também serão discutidos os procedimentos sobre a revisão dos planos e a exposição de diagnósticos realizados pelos colegiados sobre a atual situação dos Territórios Rurais.

O encontro da região Sudeste também começou nesta semana, em Belo Horizonte (MG). Já os encontros das regiões Nordeste e Sul estão programados para ocorrer entre os dias 25 e 27 de setembro, no Recife (PE) e em Chapecó (SC), respectivamente.

Participam dos encontros os articuladores estaduais e territoriais, membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC), representantes da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA e de instituições parceiras de todo o País.

Faeb apresenta perfis agrônômicos dos territórios de identidade - Ascom - Faeb - 19/09/2007

A partir deste mês, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb) torna disponível [em seu site](#) o mapa com o perfil agrônômico dos 26 territórios de identidade, que é a nova referência de divisão sócio-econômica das áreas do estado adotada pelo Governo da Bahia. No site poderão encontradas informações como tamanho da superfície de cada território, sua população rural, valor da produção agropecuária, número de rebanho, área de plantio e principais atividades cultivadas. **Mais informações:** Ascom Faeb - Ana Livia Lopes (71) 3242-0038/8885-6782 -analivia@faeb.org.br

Lula critica regras de estrangeiros para Amazônia - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 19/09/2007

Ele diz que responsabilidade pela região é do Brasil e não aceita “lições” de como preservá-la

Em discurso feito na abertura do 2º Encontro dos Povos das Florestas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou os países desenvolvidos por terem destruído as florestas deles no passado e agora pretenderem ditar regras de como preservar a Amazônia. “A Amazônia tem dono. Tem gente que pensa que lá não mora ninguém. Lá moram 23 milhões. Aquilo não é terra de ninguém. Nós queremos assumir a responsabilidade de fazer o que tem que ser feito: extrair riquezas, cuidar da sustentabilidade”, declarou o presidente.

No pronunciamento, feito em grande parte de improviso, Lula afirmou que não aceitará que os países mais pobres paguem pela devastação ambiental que não fizeram. “Tenho me recusado a aceitar lições de qualquer governante de como o Brasil tem de preservar a sua floresta”, disse o presidente no encontro, promovido por entidades governamentais, empresas públicas e privadas e movimentos sociais.

Ele mencionou dados segundo os quais há 8 mil anos o Brasil detinha 9% das florestas do mundo e, hoje, possui 29,5% - justamente, segundo explicou, porque os países que hoje possuem economias desenvolvidas reduziram as matas nativas. “Isso aconteceu porque eles acabaram com as florestas deles”, disse Lula, enfatizando que o Brasil ainda tem hoje preservadas 69% de suas florestas.

CONSUMO - “Os países que mais poluem o planeta que assumam a responsabilidade de fazer os investimentos... É preciso rediscutir o padrão de consumo e desenvolvimento. Nós não aceitaremos que mais uma vez em cima dos pobres seja jogada a responsabilidade de pagar um preço pelo uma coisa que não fomos nós que cometemos”, disse o presidente.

E continuou: “O Brasil precisa se preparar para um enfrentamento que teremos que fazer para defender aquilo que é nosso. Todo mundo tem que saber que a Amazônia tem dono.”

Lula faz defesa da soberania da Amazônia – Folha de São Paulo – Brasil – 19/09/2007

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA - O presidente Lula fez ontem uma enfática defesa da soberania da Amazônia, na abertura de encontro nacional dos povos das florestas. Lula disse que "todo mundo precisa saber que a Amazônia tem dono", e que "aquilo não é terra de ninguém". Ele falava que no próximo fim de semana irá aos EUA discutir questões climáticas. E desabafou: "eu tenho me recusado a aceitar lições que qualquer governante tem de dar ao Brasil de como preservar as suas florestas".

Hoje, Lula lançará o chamado PAC Funasa, com investimentos para tratamento de esgoto e água potável a comunidades indígenas.

Ozônio mais protegido – O Globo – Ciência – 19/09/2007

Brasil reduziu em mais de 90% o uso de gases que destroem camada

Pesquisa divulgada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (ONU) mostra que o Brasil conseguiu reduzir em mais de 90% o uso de gases clorofluorcarbonetos (CFCs ou fréon), nos últimos dez anos. É o quinto país que mais diminuiu o consumo desses gases, responsáveis pela destruição a camada de ozônio — que funciona como uma espécie de escudo, protegendo a Terra da incidência de radiações solares, que podem causar doenças como câncer e catarata.

Entre 1995 e 2005, o Brasil cortou 9.928 toneladas de Potencial Destruidor de Ozônio (PDO), a unidade usada para medir o quanto a camada pode ser danificada pelos gases. Na lista de 172 nações, ele só ficou atrás da China, que reduziu 62.167 toneladas, dos Estados Unidos, com 34.033, do Japão, com 23.063, e da Rússia, com 20.641.

Os dados foram divulgados exatos 20 anos depois da assinatura do Protocolo de Montreal, assinado em setembro de 1987 por 191 países e que determina a redução da

produção e do uso de CFCs. O protocolo é considerado um dos mais bem-sucedidos do mundo (a redução global do uso desses gases foi de 95%), e especialistas acreditam que ele seria um bom exemplo a nortear as ações contra o aquecimento global.

Os CFCs são usados em sistemas de refrigeração e na fabricação de plástico e aerossol. Desde o começo de 2007 o Brasil não importa nem produz mais esse tipo de gás. Em 1995, era o quinto país que mais consumia essas substâncias (10.895 toneladas).

Já em 2005, passou para décimo segundo, com 967 toneladas, substituindo os gases por outros que não agridem a camada.

Buraco atingiu tamanho recorde - Pelo menos 35 países conseguiram se livrar totalmente dos CFCs, como o Japão. Estados Unidos e Rússia diminuíram o consumo em 92%.

Para acabar com os CFCs, o Protocolo de Montreal dispõe de um Fundo Multilateral, de cerca de US\$ 500 milhões, para financiar projetos de proteção à camada de ozônio em países em desenvolvimento. Em parceria com diversos organismos internacionais, o programa já implementou, somente no Brasil, 157 projetos de redução no uso dos gases. Mas apesar dos grandes avanços, o problema está longe de ser solucionado.

De 21 a 30 de setembro de 2006, a superfície média do buraco na camada de ozônio chegou a 27,5 milhões de quilômetros quadrados — a maior área já registrada. Um tamanho maior que Canadá, Estados Unidos e a região norte do México juntos.

Cientistas estimam que, se forem mantidos os esforços atuais, a camada de ozônio só vai recuperar seus níveis anteriores à década de 80, quando o uso de CFCs atingiu o nível máximo, entre 2050 e 2075. Entretanto, se a redução no consumo não tivesse ocorrido, o buraco dobraria de tamanho até 2050.

A camada de ozônio surgiu há dois bilhões de anos, formando um escudo protetor da nociva radiação ultravioleta do Sol e, com isso, permitindo a diversidade da vida na Terra. Os raios UV afetam o DNA, prejudicam plantas e aumentam o risco de câncer de pele. A camada se manteve intacta até meados do século XX, quando o acúmulo de gases CFCs, liberados pelo homem, começaram a destruí-la.

Esses gases são levados por ventos da alta atmosfera para as regiões polares, onde se concentram.

Como a circulação atmosférica é mais isolada ao sul, lá o acúmulo é maior: cem vezes mais do que em qualquer outra parte. Por isso, a camada é comumente medida na Antártica, onde seus efeitos são mais danosos.

Secretário-geral da Rio-92 diz que todos os países devem reduzir CO2 - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 19/09/2007

Para Maurice Strong, sucessor de Kioto deve ser bem mais rigoroso

Brasil e China devem se unir aos países industrializados e também estipular limites para os cortes de emissões de gases do efeito estufa. A opinião é do canadense Maurice Strong, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, que culminou com o surgimento, cinco anos depois, do Acordo de Kioto. Para Strong, o sucessor do acordo, que expira em 2012, deve ser ainda mais rigoroso.

— Dizem que o Acordo foi duro, mas ele foi até suave demais — diz Strong, 78 anos, por telefone, falando da China, onde mora. — O seu sucessor deve ser mais duro e

deve cobrar de todos os países a redução de suas emissões. Os países industrializados têm mais responsabilidades, mas os chamados emergentes não podem fugir do seu papel.

‘China não é a grande vilã do aquecimento’ Strong vai participar hoje, através de videoconferência, da reunião Rio+15, que acontece na cidade, reunindo autoridades de diversos países, representantes de ONGs e de empresas privadas.

— A Rio-92 foi um momento único na história do ambientalismo, já que reunimos um número jamais visto de líderes globais para discutir o assunto — lembra Strong.

Para o canadense, o Brasil vai se tornar um país-chave na luta contra as mudanças climáticas.

Isso vai acontecer, prevê ele, por causa da política ambiental “inovadora” do país e sua diplomacia “forte”.

— O Brasil nunca aceita que digam o que deve fazer. Isso é significativo. Não quer dizer, porém, que as autoridades brasileiras não tenham que fazer a sua parte na luta contra o aquecimento global.

Ele acredita que os desafios enfrentados pela Humanidade, 15 anos depois da Rio-92 são bem mais claros. E urgentes.

— As mudanças climáticas são o grande desafio para a Humanidade.

Strong acredita que a China — onde atua como consultor do governo e de empresas multinacionais

— não é a grande vilã do aquecimento global, embora o país tenha superado os Estados Unidos como o maior poluidor do planeta.

— A China tem graves problemas ambientais, mas acho que alguns países ricos estão querendo desviar a atenção de sua falta de empenho culpando a China por tudo.

País rejeita medida antipoluição da UE - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 19/09/2007

Ao longo desta semana, Brasil e Estados Unidos lideram uma aliança incomum na área ambiental, como forma de tolher a intenção da União Européia de implementar sobretaxas a companhias aéreas que pousarem em aeroportos europeus sem reduzir suas emissões de gases poluentes, a partir de 2012. O governo brasileiro considera que, além de contrariar frontalmente o Protocolo de Kyoto, as medidas planejadas pela UE podem ser prejudiciais à TAM, à Varig e à BRA - empresas que operam linhas regulares com destino à Europa.

Está em jogo uma indústria lembrada recentemente como vilã do aquecimento global, após o relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) ter demonstrado que a aviação corresponde a 13% de todas as emissões de gás carbônico provocadas pelo setor de transportes, ou 2% de todos os poluentes jogados na atmosfera por atividades humanas. O pior é que, segundo as projeções, o tráfego aéreo vai aumentar 6,4 vezes até 2050 e exigirá o consumo de 2,7 vezes o volume de combustível que era tragado pelos aviões em 1990. Novas tecnologias para monitorar o espaço aéreo por satélite, reduzindo o tempo de sobrevôo de uma aeronave à espera do pouso, e o aumento da eficiência das turbinas, cujo desempenho já melhorou 70% nos últimos 40 anos, devem ajudar a poluir menos o planeta - mas são avanços tímidos para fazer frente ao crescimento das emissões de gases do efeito-estufa pelo setor, uma consequência direta da popularização do transporte aéreo.

A partir de 2012, todos os vôos intercontinentais com partida ou chegada em aeroportos europeus estarão submetidas a regras recém-definidas por Bruxelas, que obrigam as companhias a diminuir o nível de emissões. De acordo com a Comissão Europeia, braço executivo da UE, um simples vôo Londres-Nova York-Londres gera o mesmo volume de gases poluentes do que as emissões produzidas por uma família de classe média europeia ao longo de um ano inteiro.

Mais vôos, menos poluição

O que pode diminuir as emissões do transporte aéreo, segundo o IPCC

■ Turbinas e aeronaves

O consumo de combustível das aeronaves que saem hoje das linhas de montagem, na relação passageiro-quilômetro percorrido, é 70% menor do que aquelas fabricadas há 40 anos. Um ganho de eficiência de mais 20% é esperado até 2015. Sem avanços na tecnologia de combustão, entretanto, a queda nas emissões de gás carbônico pode não ser acompanhada pela redução de NOx (óxido de nitrogênio), gás responsável pela chuva ácida

■ Combustível

O impacto de avanços tecnológicos nessa área ainda é muito difícil de ser medido. O combustível de aviação requer alta densidade energética e alternativos como o hidrogênio, além de viáveis apenas no longo prazo, vão exigir adaptações no design e na estrutura das aeronaves

■ Controle de tráfego aéreo

Aperfeiçoamentos tecnológicos previstos para os próximos 20 anos, especialmente com a introdução do controle de tráfego via satélite (em substituição aos radares), devem permitir a redução de 6% a 12% dos gases poluentes. Os gargalos atuais que existem nessa área fazem as aeronaves usarem rotas menos eficientes e gastarem mais tempo em vôo, esperando autorização para pousar, com um gasto desnecessário de combustível

■ Medidas econômicas e regulatórias

Aumento na taxa de ocupação (número de passageiros transportados na aeronave), redução de peso dos aviões, limite ao uso de energia auxiliar (ar-condicionado ou calefação) e diminuição do tempo de taxiamento podem economizar de 2% a 6% da queima de combustível. Ganhos adicionais podem ser obtidos com a criação de taxas e compensações ambientais, além da transferência de parte da demanda para ferrovias, com o uso de trens de alta velocidade, mais eficientes no consumo de energia

2%

das emissões de CO2 provocadas por atividades humanas provêm da aviação

13%

das emissões oriundas do setor de transportes vêm da aviação

2,7 vezes

é o quanto deve aumentar a queima de combustível pela aviação, entre 1990 e 2050, no cenário de referência do IPCC

O cenário da briga, nesta semana, é a 36 Assembléia-Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci), órgão ligado às Nações Unidas para monitorar o setor, que ocorre em Montreal. Tentando credenciar-se como protagonista da assembléia, o Brasil apresentará uma proposta de realizar, possivelmente em 2008, uma conferência internacional específica para discutir as emissões de gases do efeito-estufa pela aviação.

O argumento do Itamaraty - que, junto com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), substitui pela primeira vez o Comando da Aeronáutica como porta-voz dos interesses brasileiros na Oaci - é que os vôos internacionais não estão contemplados no Protocolo de Kyoto e, portanto, não podem ser alvo de medidas para redução das emissões. Também alega que, ao sobretaxar potencialmente todas as companhias que pousam na Europa, a medida da UE pode causar prejuízos a países em desenvolvimento - o que contraria o princípio de "responsabilidade comum, mas diferenciada" sobre as mudanças climáticas.

Em última instância, a decisão europeia significa ainda "rasgar" a Convenção de Chicago, assinada em 1944. Trata-se da "Bíblia" da aviação, em que os signatários sempre se pautaram pelo multilateralismo. O curioso é ver a UE, peça-chave na implementação do Protocolo de Kyoto, bombardeada por todos os lados nas discussões da Oaci. Os Estados Unidos têm elevado o tom e, junto com o Brasil, recebeu o apoio de todos os latino-americanos e demais membros da entidade internacional.

"Há uma clara polarização entre a UE e o resto do mundo", observa Alex Romera, superintendente de Estudos e Pesquisas da Anac. "Defendemos os princípios do multilateralismo e o respeito às premissas de Kyoto. O hemisfério sul tem, no máximo, 5% dos vôos do planeta. Não devemos responder pelos 95% restantes, muito menos ficar submetidos ao que pode significar, na prática, uma barreira não-tarifária."

A própria Comissão Europeia, mesmo levando o investimento em aeronaves mais eficientes e a otimização das operações, admite que suas novas regras devem levar a um aumento médio de 1,80 % a 8 % nos vôos dentro da Europa. No caso de ligações intercontinentais, o aumento deve ser bem maior. Se a preocupação é grande nos Estados Unidos e no Brasil, a sobretaxa pode causar um desequilíbrio fatal às operações de companhias aéreas africanas na UE. Elas costumam usar aviões mais antigos - e menos eficientes -, o que elevará o valor das compensações ambientais.

Mesmo a Varig está operando jatos 767, da Boeing, com 10 a 15 anos de uso nas ligações para a Europa. O mesmo acontece com a BRA, que tem em sua frota um Boeing 767-200 que voou pela primeira vez há 24 anos. Embora sem riscos para a segurança de vôo, desde que haja manutenção adequada dos equipamentos, o consumo de combustível é substancialmente maior. Existe, ainda, um agravante na cobrança: a sobretaxa seria válida desde o início do vôo e não apenas quando o avião está em ares europeus.

Pela proposta da UE, as companhias ganhariam "cotas" para a emissão anual de gases causadores do efeito-estufa. As cotas fariam parte do esquema de comércio de emissões da UE, o que permitiria às empresas aéreas vendê-las se conseguirem reduzir suas emissões acima da meta, ou comprarem permissões se poluírem além do limite definido.

"A postura da UE tem nos causado bastante desconforto", reconhece um diplomata brasileiro que acompanha de perto as discussões. "O pior é que, neste exato momento, ainda estamos sem uma solução clara à vista."

Meta de Kyoto deveria ser 11,5 vezes maior, diz especialista - Fabiana Cimieri e Felipe Werneck – Estado de São Paulo – Vida & - 20/09/2007

A meta de redução de 5,2% das emissões de gases do efeito estufa para o período entre 2008 e 2012, estabelecida pelo Protocolo de Kyoto, deveria ser 11,5 vezes maior. Para estabilizar o aquecimento global, a redução teria de ser de 60%, avaliou Hans Jürgen Stehr, membro do secretariado da Convenção-Quadro para Mudanças Climáticas da ONU, que participou ontem da abertura da Conferência Internacional Rio+15.

A reunião analisa as mudanças climáticas nos 15 anos que se passaram desde a conferência ECO-92. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, não foi à reunião, nem mandou representante.

A grande participação de ontem na reunião, que termina hoje, ocorreu a distância, por meio de videoconferência. O canadense Maurice Strong, mentor e secretário-geral da ECO-92, afirmou que a discussão sobre restrição do crescimento de países em desenvolvimento, para reduzir emissões, é hipócrita. “É hipocrisia países que criaram o problema sugerirem que agora o fardo recaia sobre China e Índia, por exemplo”, afirmou Strong, que atualmente é consultor do governo chinês.

Destruição ambiental ameaça crescimento – Vinod Thomas – Folha de São Paulo – Opinião – 20/09/2007

As iniciativas dos países desenvolvidos continuam a ser muito importantes, mas o papel dos grandes países emergentes está crescendo

O RÁPIDO crescimento da economia mundial na última década só poderá continuar se a destruição ambiental e as mudanças climáticas forem revertidas. As iniciativas necessárias dos países desenvolvidos continuam a ser muito importantes, mas o papel dos grandes países emergentes, como a China e o Brasil, está crescendo.

Os países desenvolvidos são os maiores responsáveis pelos elevados níveis de emissão de gases de efeito estufa por pessoa e deveriam, por isso, responder pela maior parte das ações para conservar a energia e proteger o meio ambiente. No entanto, os países de renda média já respondem pela metade de todas as emissões no mundo e, seguindo seus próprios interesses nacionais, não querem repetir os erros dos países ricos em seu processo de desenvolvimento.

O recente crescimento dos países de renda média foi excepcional. Essas 90 nações aumentaram em 4% ao ano a sua renda per capita na última década, duas vezes mais rápido que os países de renda alta, e contribuem com mais de um terço da produção mundial - índice que está em ascensão. Estimulados pela globalização, esses países mais que duplicaram seu volume de negócios e, por meio de políticas de abertura comercial, ajudaram outros a obter ganhos.

Destes, 50 têm agora acesso aos mercados de capital globais, o dobro de dez anos atrás, e 20 são emissores de títulos com grau de investimento. Com dois quintos das reservas externas internacionais, essas nações impulsionaram os fluxos de capital, inclusive para países de baixa renda.

Contudo, para manter o seu desempenho, esses países precisam priorizar a conservação do meio ambiente. Eles abrigam 60% das reservas de água doce do mundo, 60% das florestas, a maior parte dos recifes de coral e uma valiosa biodiversidade em sua fauna e flora, mas enfrentam uma imensa degradação do ar, das florestas, do solo, da água e dos recursos marinhos que prejudica tanto a economia interna quanto a mundial. Na China, na Índia e em outros países, a poluição do ar e da água está afetando gravemente a saúde e a produtividade da população. A degradação do solo e o desmatamento no Brasil,

na Indonésia e em todas as regiões do mundo estão contribuindo para o grande aumento de enchentes e furacões, com alto custo para a sociedade.

Na bacia amazônica, a transformação da floresta em áreas agrícolas e de pastagem pode provocar o aumento da temperatura, prejudicando a agricultura e as pessoas. Além disso, a globalização agiliza a propagação desses danos. A crescente demanda por alimentos, fibras e madeira esgotam a pesca, os campos e as florestas, contribuindo para a perda irreversível da biodiversidade global.

O crescimento impulsionado por uma indústria que consome muita energia, pela concentração urbana e pelo desmatamento aumentou o volume de gás carbônico na atmosfera.

As mudanças climáticas podem erodir o litoral, provocando secas e enchentes nos países ricos e pobres. O número de desastres naturais -e de vítimas- quadruplicou nos últimos 30 anos. Os danos têm crescido, sendo mais pesados para os pobres, que vivem em geral nas regiões afetadas.

As perdas no PIB, resultantes dessas calamidades, extrapolam o custo de sua prevenção.

Uma ação coletiva pode trazer muitos benefícios. China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia e África do Sul -sete entre as 20 maiores economias- podem estabelecer uma agenda comum para o meio ambiente e enfrentar uma parte considerável do problema, mantendo restrito o número de países envolvidos. Agências multilaterais, como as Nações Unidas e o Banco Mundial, certamente prestarão assistência a essas iniciativas. Um caminho é evitar o desmatamento. O corte de florestas é responsável por um quinto das emissões, ou seja, volume maior que o gerado por todos os meios de transporte. Ao protegerem suas florestas, países como Brasil, Camarões e Indonésia reduzirão as emissões de carbono na atmosfera, possibilitando a criação de novos mercados de permissões de emissão comercializáveis, que os compensarão por promover a conservação.

A rapidez com que o meio ambiente for priorizado determinará as tendências de crescimento local e global. Os países de renda alta precisam assumir a responsabilidade pela grande parte que lhes cabe, mas os países de renda média, que se beneficiam da globalização, também têm um papel a desempenhar, em prol de seus interesses nacionais.

VINOD THOMAS, 58, doutor em economia pela Universidade de Chicago (EUA), é diretor-geral do Grupo de Avaliação Independente no Banco Mundial. Foi diretor-geral do Banco Mundial no Brasil (2001 a 2005). É autor de "O Brasil Visto por Dentro: Desenvolvimento em uma Terra de Contrastes". Vthomas@worldbank.org

Marina pede Força Nacional contra queimadas - Ricardo Galhardo- O Globo – O País – 20/09/2007

Fazendeiros, com apoio de prefeito, ameaçam ambientalistas e índios que reivindicam demarcação de terras em MT

SÃO PAULO. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, solicitou ao Ministério da Justiça o envio de tropas da Força Nacional de Segurança à cidade de Juína, no noroeste de Mato Grosso, onde ambientalistas, índios e funcionários da Funai são ameaçados por fazendeiros contrários à demarcação de uma área de 200 mil hectares reivindicada pelos índios enawene nawe. A área está sendo devastada pelo desmatamento.

Há três semanas, os fazendeiros expulsaram da cidade, sob ameaças, seis ambientalistas das ONGs Greenpeace e Operação Amazônia Nativa (Opan) e dois jornalistas franceses.

A expulsão contou com a ajuda de autoridades, como o prefeito, Hilton Campos (PR).

Com auxílio das autoridades, jornalistas e ambientalistas foram levados para a Câmara Municipal, onde sofreram ameaças. Um vídeo divulgado pelo Greenpeace no YouTube mostra as ameaças.

— Não vamos deixar vocês entrarem na área (dos índios) de jeito nenhum. Pode vir até a polícia.

Temos que nos unir e fazer esta guerrilha — disse o prefeito, que é acusado pelo Ministério Público de desviar R\$ 250 mil da prefeitura.

O grupo de ambientalistas foi a Juína para reunião com os índios enawene nawe, que reivindicam 200 mil hectares ocupados legalmente há mais de 20 anos por pecuaristas e plantadores de soja. Juína foi o município campeão de desmatamento em Mato Grosso em julho e um dos responsáveis pelo aumento em 40% do desmatamento no estado em relação a 2006.

A área mais afetada é justamente a que os índios reivindicam.

Há cerca de 40 dias o Ibama flagrou carregamentos de madeira ilegal no local.

— Os fazendeiros estão prevendo uma derrota no litígio e aceleraram para tirar tudo de lá.

Quando o processo terminar, estará tudo depredado — disse o chefe da Funai na região, Antonio Carlos Ferreira de Aquino.

Jornalistas e ambientalistas foram ameaçados Aquino foi alvo de ameaças dos fazendeiros. Depois de cercar o hotel onde os ambientalistas e jornalistas estavam e de levarem o grupo em uma carreta de 30 veículos (na maioria camionetes) até o aeroporto, sob ameaças e palavrões, o grupo de 80 fazendeiros invadiu a sede da Funai, ameaçou os funcionários e seis enawene nawe.

O ambientalista Edison Rodrigues de Souza, da Opan, foi ameaçado de morte. O fotógrafo Alberto César Araújo foi agredido. A ameaça de um fazendeiro de arrastar o grupo em camionetes foi gravada.

— Os fazendeiros disseram que se os enawene nawe pescarem fora da reserva vai morrer índio — disse o representante do Greenpeace, Paulo Adário.

O presidente da Câmara de Juína, Francisco de Assis Pedroso (DEM), o Chicão, disse que tentou apaziguar a situação: — Se ficassem no meio da rua seria pior. A Câmara é o espaço democrático para o diálogo. Em relação ao que aconteceu lá fora, não tenho responsabilidade.

O prefeito e o líder dos fazendeiros, Aderval Bento, não foram encontrados ontem.

O Ministério da Justiça informou que a Força Nacional só poderá ser enviada mediante pedido do governo estadual ao governo federal, mas estuda enviar reforço da Polícia Federal. A PF instaurou inquérito para averiguar o caso. No dia 29 de agosto o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), anunciou que pedirá envio de tropas federais ao noroeste do estado.

MMA promove mostra de produtos sustentáveis - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007

Angico, babaçu, cacau, palha de coqueiro, sementes de açaí. Esses são alguns dos produtos gerados pela natureza que nas mãos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil se transformam em fonte de renda, em registro cultural. Com o objetivo de divulgar os produtos oriundos das mais diversas comunidades brasileiras e mostrar que é possível a convivência com a natureza de forma sustentável, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) está promovendo, durante o II Encontro dos Povos das Florestas, em Brasília, uma mostra de produtos sustentáveis.

No espaço, montado no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, é possível encontrar produtos como a farinha e o sabonete feitos de babaçu pela Associação em Área de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema) ou o vinho de cacau produzido pela Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (Cabruca) onde são beneficiados 62 cooperados. □ Com a criação da cooperativa, há sete anos, conseguimos conquistar 30% de valor agregado em cima dos nossos produtos□, afirma Alex Coutinho, membro da Cabruca.

Na feira, que fica até esta sexta-feira (21), há também o artesanato produzido pelos Fulni-ô, de Pernambuco, tribo que fica há seis horas (de ônibus) de Recife, a capital. Os índios dessa tribo trabalham com sementes de açaí, de coco e palha de coqueiro para produzir pulseiras, anéis, colares, arcos, entre outros produtos como uma espécie de cachimbo feito de angico - conhecido como chanduca □ para se fumar o fumo de corda.

E lá da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, vieram mostrar seus produtos os Numiã Kurá com cestos em palha de tucum, bolsas, pulseiras, artigos decorativos, todos feitos com sementes de açaí, jarina, buritirana, por um grupo de 70 mulheres da Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro.

Governo articula proposta de um plano nacional de serviços ambientais - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007

O governo federal está discutindo a possibilidade de criação de uma política, de um plano e de um fundo nacional de serviços ambientais. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (20) pelo secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Egon Krakhecke, durante o II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, em Brasília.

Segundo Krakhecke está sendo feita uma discussão conjunta entre os ministérios do Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente para que se construa um plano consistente de remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos povos das florestas. "O pagamento por serviços ambientais vai ser, por excelência, o mecanismo para que os pequenos produtores sejam incluídos", disse Krakhecke durante a realização da mesa-redonda sobre Conservação da Biodiversidade e Redução da Pobreza.

Egon falou ainda sobre a possibilidade de criação, pelo governo federal, de uma bolsa-verde nos moldes do Bolsa-Família, para atender às populações menos favorecidas com uma remuneração socioambiental.

A secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, também abordou o tema serviços ambientais durante a mesa-redonda destacando que hoje 50% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro depende do uso direto dos bens da biodiversidade. "O desafio é tratar a biodiversidade como tema central. Equilibrar as diferenças na apropriação dos benefícios e custos do uso e da conservação dessa biodiversidade", defendeu a secretária, afirmando que a sustentabilidade econômica só é possível com a conquista da sustentabilidade socioambiental.

Na mesa também estavam presentes o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa; Marcos Meira, da Fundação Nacional do Índio; Marcos Terena, do Memorial dos Povos Indígenas; Manoel Cunha, do Conselho Nacional dos Seringueiros, e Jorge Streit, da Fundação Banco do Brasil.

Produção Mais Limpa quer definir política nacional - Suelene Gusmão – Sítio Eletrônico do MMA - 20/09/2007

Os nove fóruns estaduais de Produção Mais Limpa e o Comitê Gestor Nacional se reúnem nesta sexta-feira (21), durante todo o dia no Hotel Manhattan, em Brasília, para a retomada das discussões que servirão de base para a consolidação de uma política nacional de produção sustentável. Sob a coordenação do Departamento de Economia e Meio Ambiente (Dema), o encontro vai também estabelecer um calendário de ações e discutir mecanismos de fortalecimento para os fóruns existentes, ampliando-os para os 27 estados

brasileiros, culminando com a criação de uma Rede de Fóruns Estaduais de Produção Mais Limpa.

Entre os assuntos a serem debatidos está a criação de instrumentos econômicos financeiros para a implementação da produção sustentável, como linhas de crédito diferenciadas para as pequenas e médias empresas, redução de impostos, mudanças nas alíquotas de taxas de juros, financiamentos para certificações da produção sustentável.

De acordo com o diretor do Dema, Luiz Fernando Merico, produção sustentável é a incorporação, ao longo de todo o ciclo de vida de bens e serviços, das melhores alternativas para minimizar custos ambientais e sociais. "Acreditamos que esta abordagem preventiva melhora a competitividade das empresas e reduz o risco para a saúde humana e o meio ambiente," diz. O conceito de Produção Mais Limpa foi definido pelo Programa das Nações para o Meio Ambiente (Pnuma), desde o início dos anos 90, como a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva integrada aos processos, produtos e serviços, com o objetivo de aumentar a eficiência e reduzir os riscos ao homem e ao meio ambiente.

Brasil deve reduzir emissão de gases já em 2008 – Valor Econômico – Brasil - 20/09/2007

O Brasil deve emitir 13 milhões de toneladas a menos de gases considerados causadores do aquecimento global, como gás carbônico e gás metano, em 2008. A informação é de José Miguez, secretário executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global no Clima, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

A previsão é que a redução ocorra com a implantação de 105 projetos aprovados pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), órgão internacional composto por membros de países que avalia iniciativas para aumentar a eficiência na produção de energia diminuindo danos ao meio ambiente. Miguez informou que outros 133 projetos já foram aprovados e devem ter início nos anos seguintes, quando a redução na emissão dos gases deve atingir 26 milhões de toneladas anuais.

Os dados colocam o Brasil em terceiro lugar entre os países com maiores reduções de emissões projetadas até 2012, responsável por cerca de 10% do total estimado. O primeiro é a China, que deverá ser responsável por 50%, e o segundo, a Índia, com 29% das reduções.

Miguez participou ontem, no Rio, da Conferência Internacional Rio + 15, seminário promovido por uma empresa da área de projetos para redução de emissão de gases causadores do efeito estufa, para avaliar desafios e perspectivas no combate ao aquecimento global 15 anos depois da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92 (ou Eco-92). Ele considerou positivos os avanços realizados no período, principalmente com a ampliação dos projetos de MDL.

Entidades querem maior participação nas políticas ambientais - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 21/09/2007

Populações tradicionais reivindicam sua importância fundamental na luta contra o desmatamento, o aquecimento global e a perda da biodiversidade. Adoção de mecanismos de incentivo aos povos da floresta é debatida por Lula e pelos ministros Marina Silva e Patrus Ananias.

BRASÍLIA – Sem a efetiva participação dos povos da floresta, o governo brasileiro não conseguirá desenvolver de forma satisfatória políticas de enfrentamento aos problemas ambientais mais urgentes, como o aquecimento global e a perda da biodiversidade. Essa constatação foi feita por diversas lideranças de organizações representativas das comunidades indígenas, de seringueiros, de extrativistas e de ribeirinhos presentes ao 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, que acontecerá até domingo (23) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Diante do recado, os representantes do governo que passaram pelo encontro nos últimos quatro dias, entre eles o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social), afirmaram o desejo de envolver os povos da floresta na elaboração e execução das políticas públicas ambientais. Foram também debatidas propostas de criação de políticas de serviços ambientais e de desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais, além da promessa de que os povos da floresta terão participação concreta na implementação do Programa Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas que está sendo elaborado pelo governo.

“O Brasil pode ser um líder na busca de soluções para enfrentar o aquecimento global. Nós estamos fazendo a nossa parte e queremos ajudar o governo a construir essa alternativa”, afirma Jecinaldo Sateré-Mawé, que é presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Jecinaldo propõe que os povos da floresta recebam incentivos econômicos pelos serviços ambientais prestados à sociedade: “Temos a oportunidade de criar mecanismos de investimento em um modelo de desenvolvimento sustentável e justo. Para isso, o governo brasileiro precisa trabalhar para incluir nossas florestas em pé e nossos esforços para evitar o desmatamento nos mecanismos de financiamento do mercado de carbono, sobretudo no âmbito da Convenção do Clima das Nações Unidas”.

Secretário-geral do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), rede que congrega 623 organizações, Adílson Vieira defende que os esforços para combater o desmatamento e proteger a biodiversidade passem a integrar as políticas dos governos federal e estaduais para os povos da floresta: “Não vai adiantar criar Unidades de Conservação e Terras Indígenas se a vida for inviabilizada nessas áreas. A criação de um programa de pagamento pelos serviços ambientais deve ser uma política pública prioritária no governo federal e em todos os estados”, diz.

Outra proposta levantada durante o encontro foi a criação de um “PAC Socioambiental”, que teria o objetivo de ajustar as medidas de crescimento econômico do

país a uma agenda que garanta a sustentabilidade dos povos tradicionais espalhados pelos diversos biomas brasileiros, como a Amazônia, o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Caatinga e os Pampas: “O PAC, em sua forma atual, não leva em conta a sobrevivência dos povos da floresta. Existem, por exemplo, problemas com alguns projetos de infra-estrutura e com a soja avançando na Amazônia. Não somos contra o PAC, mas é preciso que ele seja mais bem discutido e aprimorado”, afirma o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Manoel Cunha.

Promessas de Lula e Marina - Diante de tantas reivindicações num mesmo sentido, Lula garantiu às lideranças presentes que os povos da floresta terão seu espaço nas políticas formuladas pelo governo e falou de seu empenho “pela adoção de uma política nacional de desenvolvimento sustentável para as populações tradicionais”. O presidente disse ainda que seu governo já adota políticas inspiradas nos movimentos sociais da floresta: “O empate, hoje, é uma política de governo”, disse, referindo-se ao método de luta criado por Chico Mendes e que consistia em ficar parado ao lado das árvores para impedir a ação dos tratores e moto-serras.

Marina Silva afirmou que o Programa Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas leva em conta “todos os biomas do Brasil e todos os povos de nossas florestas”. A ministra ressaltou a importância de algumas “políticas de transição” defendidas pelo governo brasileiro, como a proposta de criação de um mecanismo multilateral de incentivos positivos aos países que evitarem o desmatamento florestal: “As entidades representativas dos povos da floresta devem dar sustentação política às mudanças que estão sendo sugeridas pelo governo brasileiro”, disse.

Bolsa-Verde - Durante o 2º Encontro Nacional dos Povos da Floresta, o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Egon Krakhecke, afirmou que o governo estuda a criação “de uma política, de um plano e de um fundo nacional de serviços ambientais”. As discussões nesse sentido entre o MMA, e os ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário, segundo o secretário, já foram iniciadas: “O pagamento por serviços ambientais vai ser, por excelência, o mecanismo para a inclusão dos pequenos produtores”, disse.

Durante a mesa de debate que discutia propostas de redução da pobreza entre os povos da floresta, Krakhecke sugeriu ao ministro Patrus Ananias uma parceria que possibilitasse a criação de uma “bolsa-verde nos mesmos moldes do Bolsa-Família”. Esse serviço atenderia às populações menos favorecidas com uma remuneração pelos serviços ambientais prestados em termos de preservação da floresta e da biodiversidade. O ministro prometeu estudar a proposta.

Floresta esverdeia mesmo sem receber chuva na Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 21/09/2007

Meses depois da forte estiagem de 2005, rebrotamento de plantas mostra alta capacidade antiestresse do ambiente

Apesar da constatação, ecossistema pode ficar vulnerável se as secas forem mais constantes, como se prevê com aquecimento

Imagens de satélite mostram as áreas que ficaram mais verdes na Amazônia após seca de 2005

O sistema antiestresse da floresta amazônica, pelo menos na severa seca de 2005, funcionou melhor do que o esperado. Na edição de hoje da revista científica "Science", pesquisadores mostram como a região, mesmo sem água, registrou um rebrotamento de suas plantas em muitas áreas.

A chuva sumiu, mas mesmo assim a Amazônia ficou mais verde -e não mais seca, como os modelos previam- depois da pior estiagem em 60 anos.

"O ecossistema não se mostrou negativamente reativo ao estresse hídrico", afirma em língua de cientista Humberto da Rocha, do IAG (Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas) da USP (Universidade de São Paulo). Ele é um dos autores do artigo.

Entre as várias condicionantes que agem sobre a floresta, o estímulo dado pelo calor e pela radiação acabou sendo mais forte do que a falta d'água. "Isso sugere que a reação ao estresse hídrico pode ser muito menor que pensávamos", diz Rocha. Mas a aparente boa notícia não é suficiente para espantar o fantasma da savanização de boa parte da região amazônica, caso o aquecimento médio da temperatura na região seja mais constante.

"O evento de rebrota ocorreu em apenas um período de escassez intensa. Não sabemos o que ocorreria se isso fosse repetido no segundo ano" explica. Mesmo que as plantas amazônicas sejam preparadas para a falta de água da chuva - algumas espécies, ajudadas por um tipo de solo que retém bastante água, conseguem captar líquido a até 10 metros de profundidade, sem prejuízo vital - tudo acaba tendo um limite. Segundo Rocha, é bem possível que, no passado, talvez em ciclos seculares, a Amazônia tenha passado por secas semelhantes. Mas o problema, daqui para a frente, é ela ser atingida por fenômenos tão intensos quanto o de 2005 em intervalos de tempo muito mais curtos.

"Secas sucessivas podem fazer com que o reservatório disponível [no solo] se esgote. O mesmo deve ocorrer, e isso os modelos já mostram, com uma estação seca mais prolongada e quente. A demanda aumentaria e o estoque de água chegaria mais rápido ao seu limite."

Seja por um caminho ou pelo outro, a hipótese de uma transformação da estrutura da comunidade vegetal, migrando de floresta para uma típica savana, fica bem robusta. Os cientistas ainda não sabem, no entanto, se o esverdeamento após a seca foi apenas "cosmético" ou se ele correspondeu a uma maior assimilação de carbono (pela fotossíntese) na forma de troncos e raízes, ou seja, se as árvores de fato "engordaram" no período. "Nada garante que a assimilação de carbono pelas plantas tenha aumentado, ou mesmo se mantido, naqueles meses de seca ou mesmo nos períodos seguintes ao evento climático." Essa falta de fixação de carbono também enfraquece todo o ecossistema, que ficará bem mais vulnerável ao clima caso as secas amazônicas passem a ser mais constantes.

O poder verde da floresta - Carlos Albuquerque – O Globo – Ciência – 21/09/2007

Amazônia já se recuperou dos danos causados pela seca de 2005, diz estudo

A Floresta Amazônica ficou mais verde depois da forte seca que a atingiu em 2005. A surpreendente revelação é de um estudo, que vai ser publicado hoje, na revista "Science". Ele mostra que houve uma recuperação da capacidade fotossintética da vegetação local. Até então, os cientistas acreditavam que o efeito tinha sido outro, com grandes perdas na região. O estudo sugere que a Floresta Amazônica pode ser mais resistente frente a fenômenos de curta duração do que prediziam os atuais modelos de avaliação, que combinam dados do clima e do ciclo de CO₂. Mais resistente, porém, não significa invulnerável, alertam os cientistas.

Um dos responsáveis pelo estudo é o brasileiro Humberto Ribeiro da Rocha, pesquisador da Universidade de São Paulo (USP). A equipe da qual ele fez parte — composta também por dois cientistas da Universidade do Arizona, nos EUA — usou dados de satélites da Nasa para medir o nível de regeneração na cobertura florestal da região.

— Há uma reação ao estresse hídrico muito mais favorável à sobrevivência da floresta do que se pensava — explica o pesquisador. — Essa reação se manifestou na recuperação da capacidade fotossintética das folhas, em uma grande escala na Bacia Amazônica. Foi uma reação positiva do ecossistema. Em 2005, o Brasil e o mundo foram surpreendidos pela seca que atingiu a Floresta Amazônica, que detém mais de 20% da água doce do planeta. Rios, lagos e várzeas chegaram ao seu nível mais baixo. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Rio Negro esteve no seu nível mais baixo em mais de 102 anos de registro.

Barcos ficaram presos no terreno seco. Cidades e comunidades — que dependiam dos rios para sobreviver — ficaram isoladas. Mais de 250 mil pessoas foram afetadas pela seca. Em 61 cidades da Amazônia, o governo estadual decretou estado de calamidade pública.

Estiagens podem ficar maiores em 2030 - Uma pesquisa, divulgada em recente encontro na Universidade de Oxford, na Inglaterra, revelou que os riscos de novas secas na Amazônia podem ser dez vezes maiores em 2030.

Segundo os cientistas, as chances de acontecerem grandes estiagens na região podem passar dos atuais 5% (uma forte seca a cada 20 anos) para 50% em 2030.

— A se persistir o padrão de secas sucessivas, o reservatório disponível de água pode se esgotar; afinal, há um limite. Os autores da pesquisa, porém, alertam que a descoberta não significa que a Amazônia seja invulnerável às mudanças climáticas causadas pelo aquecimento global.

Líderes mundiais debatem aquecimento - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência –
21/09/2007

Tema de reunião que antecede Assembléia Geral da ONU é o caos climático

BRASÍLIA. Líderes de pelo menos 20 países, entre os quais o Brasil, vão se reunir na noite da próxima segunda-feira, véspera da Assembléia Geral da ONU, em Nova York, para discutir o aquecimento global.

Convidado a participar do jantar, que reunirá algumas das principais lideranças dos países industrializados — como o presidente americano George W. Bush, o francês Nicolas Sarkozy e a chanceler federal da Alemanha, Angela Merkel —, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva adotará um discurso menos defensivo e, em alguns casos, pretende partir para o ataque.

Segundo uma fonte da área diplomática, Lula reafirmará a posição brasileira, segundo a qual as responsabilidades são comuns, porém diferenciadas no que se refere ao combate do aumento das temperaturas globais.

Ou seja, o nível de cobrança imposto às nações industrializadas não pode ser igual ao dos países emergentes. E defenderá o multilateralismo.

Num claro recado aos Estados Unidos, Lula dirá que é preciso seguir as diretrizes decididas no âmbito das Nações Unidas. Uma delas é o Acordo de Kioto, tratado que Bush se recusou a assinar. Pelo acordo, as nações em desenvolvimento, caso de Brasil, Índia e China, não têm metas compulsórias de redução das emissões. Somente os países ricos. O raciocínio empregado para se chegar a esse acordo foi baseado no fato de que as nações desenvolvidas construíram sua riqueza ao longo de décadas sobre a queima de combustíveis fósseis. Os países mais pobres, por sua vez, embora estejam hoje entre os maiores emissores, só começaram a emitir gases-estufa muito recentemente. Não poderiam, portanto, ser responsabilizados pelos atuais efeitos do aquecimento.

Metas de Kioto são muito tímidas - O Brasil está entre os cinco países que mais lançam CO₂ na atmosfera atualmente.

Mas as queimadas respondem por 75% desse volume. Por isso, o presidente brasileiro mostrará números, atestando a queda do desmatamento na Floresta Amazônica. Entre os dados que levará ao encontro, Lula deverá destacar que, de 2005 a julho de 2006, houve uma redução de 25%. Aproveitará para vender a idéia do etanol e outros combustíveis renováveis como forma de reduzir as emissões de carbono no mundo. E reforçará o convite à Rio+20, em comemoração aos 20 anos da Rio 92, em 2012.

Além do Brasil, outros países em desenvolvimento, como China e Índia, deverão estar representados.

Essas nações emergentes vêm se aliando em um movimento de cobrança de ações mais eficazes dos países industrializados.

Rechaçam a idéia de assumirem compromissos multilaterais e exigem maior participação dos EUA no combate ao aquecimento global.

Outras iniciativas no âmbito multilateral poderão surgir, mas atualmente as atenções da comunidade internacional estão voltadas para o acordo que sucederá Kioto. Bush não ratificou o tratado atualmente em vigência justamente porque ele não exige contrapartidas dos países emergentes. E, agora, quer garantir que elas sejam incluídas em qualquer novo acordo internacional. As metas de redução também estão sendo rediscutidas, já que as determinadas no Acordo de Kioto são consideradas tímidas demais pela própria ONU.

A questão ambiental, aliás, terá um peso significativo na Assembléia Geral da ONU.

Espera-se que o tema seja citado diversas vezes. Lula, por exemplo, repetirá seus argumentos no discurso de abertura da reunião, tradicionalmente feito pelo Brasil. O presidente também pretende mencionar o aquecimento global nos encontros bilaterais que terá na terça-feira de manhã. Estão confirmadas audiências em separado com Bush, Sarkozy, o presidente da Indonésia, Susilo Bambang, entre outros líderes.

Também serão tratados durante a assembléia, pelos 191 países-membros, temas que visam a contribuir com o desenvolvimento de um mundo mais justo, como o combate à fome, à pobreza, às doenças e ao analfabetismo.

Capobianco participa de conferência sobre desenvolvimento sustentável - Daniela Mendes – Sítio Eletrônico do MMA - 21/09/2007

Em conferência sobre desenvolvimento sustentável no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), João Paulo Capobianco, ressaltou os avanços das políticas públicas em relação aos povos das florestas e comunidades tradicionais, desde a realização do primeiro encontro há 20 anos.

No entanto, Capobianco reconheceu que ainda é preciso fazer muito mais para que haja uma mudança no modelo atual de desenvolvimento dessas regiões e dessas populações. "Para que nós façamos a mudança de modelo temos que conquistar muito mais e esse encontro tem a oportunidade de identificar quais são as ações que vão nos tirar da resistência e nos colocar na ofensiva para liderarmos, de fato, processos que possam ter a sustentabilidade na sua formulação inicial e não apenas na sua adequação", defendeu.

Entre os avanços listados por Capobianco nos últimos anos estão a demarcação de 22% do território da Amazônia como terra indígena e a criação de quase 20% de unidades de conservação federais e estaduais. "Estamos longe de onde deveríamos estar, mas essa distância não pode sombrear as nossas conquistas", disse Capobianco.

Mundo contempla Amazônia com "olho gordo", afirma Lula – Kátia Brasil - Folha de São Paulo – Brasil – 22/09/2007

Países desenvolvidos deveriam começar a replantar árvores, afirma presidente - Lula anuncia investimentos de R\$ 505,7 milhões para proteger terras indígenas e acena com construção de uma hidrelétrica na região

Em discurso a uma platéia de cerca de 8.000 pessoas formada em sua maioria por índios, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, em São Gabriel da Cachoeira (858 km de Manaus), que "o mundo inteiro olha para a Amazônia com inveja" e "olho gordo".

"Ao invés de ficarem de olho gordo na nossa floresta, é melhor que o mundo desenvolvido comece a plantar as árvores que eles destruíram durante tantos séculos", disse Lula, que viaja amanhã a Nova York, onde participa da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o clima.

Em São Gabriel, Lula participou de atos relativos ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e disse que é possível fazer mais uma hidrelétrica na região. O município tem 35 mil habitantes, 90% indígenas, e desde 2005 enfrenta uma onda de violência e suicídios. Documento enviado ao Ministério da Justiça por organizações indígenas, de direitos humanos e da Igreja Católica diz que faltam juízes e promotores na cidade, que não tem condições mínimas para o exercício dos direitos do cidadão.

No evento, Lula anunciou investimentos de R\$ 505,7 milhões para proteção às terras indígenas, promoção social dos índios e saneamento básico. Estudantes abriram faixas durante o evento. Uma delas dizia: "Seja bem-vindo à cidade das calamidades públicas".

Desde 28 de agosto São Gabriel enfrenta racionamento de energia por causa de defeitos em dois grupos de geradores movidos a óleo diesel. A energia voltou a normalidade ontem, dia da chegada de Lula, graças a um gerador trazido de Manaus, segundo a Companhia de Energia do Amazonas. Às 21h30, a cidade voltou a ficar às escuras.

Lula disse que no governo de José Sarney havia um projeto de uma hidrelétrica para fornecer energia para São Gabriel. Segundo o Instituto Socioambiental, a hidrelétrica ficaria no igarapé Miuá, afluente do rio Negro, e chegou a ser iniciada.

"Certamente as obras feitas também já se destruíram", disse Lula. "Se tiver a possibilidade de fazer uma hidrelétrica aqui para iluminar São Gabriel da Cachoeira, nós iremos fazer essa hidrelétrica. Muitas vezes, nós achamos que R\$ 40, 50 milhões para fazer uma obra para favorecer os mais pobres é muito caro. Mas, muitas vezes, a gente gasta R\$ 8 bilhões para favorecer apenas meia dúzia de gente já abastada neste país."

Área de 90 mil hectares será a primeira a ser licitada para exploração de madeira, segundo nova lei

O governo federal anunciou ontem qual será a primeira floresta de aluguel do país. As concessões para a exploração de madeira em reservas públicas da Amazônia começarão no ano que vem, numa área de 90 mil hectares da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. Se tudo correr como planejado, o primeiro contrato de exploração será assinado em março.

A decisão de começar por Rondônia contraria a expectativa de que as primeiras licitações aconteceriam na região da BR-163, no Pará, onde o governo criou o primeiro Distrito Florestal Sustentável do país.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a decisão de começar por Rondônia se deve aos índices de desmatamento do Estado, que estão aumentando -na contramão da média da devastação amazônica, que, se confirmada, será, em 2007, 30% inferior à de 2006. A expectativa é que, ao trazer empresas para explorar a madeira de forma sustentável, o governo iniba o corte ilegal (que abre caminho para o desmate). Outro motivo foi o atraso na implantação do distrito da BR-163, causado principalmente pela greve do Ibama, no primeiro semestre. A greve impediu a realização dos estudos para o plano de gestão da área no Pará.

"A Flona do Jamari já era uma área prioritária para o manejo muito antes da Lei de Florestas Públicas. Além disso, tem uma logística muito boa", explica Tasso Azevedo, diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro. A floresta de Rondônia está a 13 quilômetros da rodovia BR-364, que é asfaltada. A BR-163 não é pavimentada. Segundo Azevedo, as concessões na região da BR-163 acontecerão na segunda rodada do processo, ainda em 2008.

No lote disponibilizado ontem constam três unidades de manejo localizadas na Flona.

Serão três tamanhos diferentes: 45 mil, 30 mil e 15 mil hectares. Cada área só poderá ser explorada por empresas brasileiras, que assinarão contratos com prazos de até 40 anos e um ciclo de corte de 30 anos: uma área explorada precisará passar três décadas se regenerando antes de um novo corte. Nenhuma empresa poderá explorar mais de uma unidade de manejo, medida que serve "para evitar a concentração econômica", segundo Azevedo. Colaborou **Claudio Angelo**, editor de Ciência

Floresta do Jamari é a primeira a ser privatizada - Carolina Brígido – O Globo – O País
– 22/09/2007

Licitação de 90 mil hectares será aberta em outubro; empresas vencedoras poderão explorar área por até 40 anos

BRASÍLIA - A Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, será a primeira do país a ser entregue, por concessão, à iniciativa privada.

Na reserva de 222 mil hectares, são registrados índices crescentes de desmatamento.

Da área total, 90 mil hectares serão divididos em três fatias para serem licitadas.

As três empresas vencedoras poderão explorar a floresta por até 40 anos. Durante esse período, será permitida a extração de madeira — sob a condição de ser empregado o manejo sustentável. As empresas serão proibidas de retirar ou usar recursos genéticos, minerais, hídricos ou a fauna da florestas.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a licitação será aberta em 31 de outubro, com a publicação do edital com as regras da concorrência.

O governo tem planos de assinar o contrato com as empresas vitoriosas em março de 2008.

Também no próximo ano, outras duas áreas serão incluídas no sistema de exploração privada.

Uma delas será nos arredores da BR 163, no Pará, onde foi assassinada a missionária americana Dorothy Stang. A outra área ainda não foi escolhida.

Mas as prioridades são regiões de conflito agrário e de altos registros de desmatamento.

A concessão de florestas públicas para a administração privada está prevista na Lei 11.284, de março de 2006. Entre as regras de exploração está a exigência do reflorestamento da região desmatada. Em cada local, será delimitada a quantidade de árvores que poderá ser derrubada por hectare e por período, sem oferecer risco para a recuperação da área. Em geral, a cada 30 anos podem ser retiradas de cinco a seis árvores entre as mais de 500 presentes em um hectare de floresta.

Na Floresta Nacional de Jamari, as comunidades locais sobrevivem da exploração de copaíba, açaí, castanha e patauá.

As empresas que ganharem a licitação serão proibidas de extrair esses produtos. Em compensação, poderão obter madeira, frutos, sementes, resinas e óleos de outras fontes locais. No contrato, também haverá uma cláusula obrigando a iniciativa privada a investir no turismo ambiental na região e garantir o acesso de visitantes à floresta de forma regular.

A mineração, atividade potencial da área, não entrará no contrato de exploração.

A floresta engloba três municípios de Rondônia: Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste e Cujubim. Locais onde vivem comunidades da floresta também foram excluídos da atuação da iniciativa privada. As empresas terão de se responsabilizar, ainda, pela manutenção de estradas que cortam a floresta e pela infra-estrutura.

Desde a sanção da lei, o governo tem debatido com a iniciativa privada e representantes das comunidades locais as áreas de maior necessidade de privatização. Dos 194 milhões de hectares de florestas públicas brasileiras, 1 milhão são candidatos a passar por esse processo. A Floresta Nacional do Jamari foi eleita a prioridade porque, nos últimos anos, é uma das poucas no país que registra aumento da área desmatada.

— Nosso país explora nossas florestas há mais de 400 anos e só agora temos uma lei de gestão das florestas públicas.

Valeu a pena todo o esforço do governo e dos demais segmentos da sociedade — disse a ministra Marina Silva.

Licitação vai levar em conta número de empregos criados O presidente do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal, Rubens Gomes, também elogiou a iniciativa do governo: — Nós, do setor social, pela forma absurda como se tratavam e ainda se tratam as comunidades locais, tínhamos todos os pés atrás (com relação à lei). Hoje sabemos que temos possibilidade de trazer para as florestas empresários com responsabilidade ambiental.

A licitação será feita a partir de vários critérios. Entre os itens considerados estão o menor número de árvores desmatadas por hectare e condições para a manutenção de estradas e infra-estrutura da área em disputa.

Também será dado peso especial ao número de empregos gerados com o manejo da área e os benefícios sociais oferecidos pela empresa. Durante a gestão das empresas, o Ibama fará o monitoramento, via satélite, do desmatamento.

Pioneiro, Brasil prepara 1º leilão de carbono em Bolsa – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/09/2007

DA REDAÇÃO - O Brasil tem se destacado por pioneirismo em alguns temas relacionados ao mercado de crédito de carbono. Foi a delegação do país que sugeriu os moldes do que se tornou o MDL -Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no Protocolo de Kyoto. Foi brasileiro o primeiro projeto de MDL registrado no mundo.

Foi assinado aqui, no final do mês passado, o primeiro contrato de compra de créditos de carbono para o período pós-Kyoto, que termina em 2012. É um projeto de geração de energia a partir de biomassa de bambu, na Bahia. E será no Brasil, mais precisamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros), que ocorrerá o primeiro leilão mundial de créditos de carbono no mercado à vista, na próxima quarta-feira, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. Os créditos vendidos no leilão envolvem a despoluição obtida no aterro Bandeirantes, que recebeu lixo doméstico da cidade de São Paulo.

Segundo Marco Aurélio Giordano, administrador do projeto UTE Bandeirantes, o programa já passou da marca de 1,5 milhão de créditos de carbono e a venda de parte desses certificados na Europa já pagou o investimento feito. No leilão, serão vendidas 808.450 toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂e), a medida usada nesse mercado.

Hoje, a energia gerada com a queima desses gases abastece parte da rede do Unibanco em São Paulo. "A usina tem capacidade de geração de 170 mil MWh, suficiente para uma cidade com 400 mil habitantes."A técnica consiste em converter o metano, gerado pelo lixo, em gás carbônico, com a queima controlada do CH₄. Embora haja emissão de CO₂, o ganho se explica pelo fato de o metano tem um teor poluente 21 vezes maior do que o do gás carbônico. Assim, a conversão de uma substância em outra gera créditos de carbono.(FSa)

Devastação da Amazônia volta a crescer - Rodrigo Taves – O Globo – O País – 23/09/2007

Serrarias operam a todo vapor, e só em agosto foram registrados 16.592 focos de calor nas florestas da região

Enviado especial

CLÁUDIA (MT) e NOVO PROGRESSO (PA). O cenário é desolador.

O avião sobrevoa uma extensa área completamente esturricada, ainda há focos de fogo na vegetação, a floresta arde.

O piloto faz uma curva radical à esquerda, e logo se vêem toras de castanheira, árvore protegida da Amazônia, agonizado em chamas. Sobem grossos rolos de fumaça, que deixam o ar quase irrespirável.

Mais à frente, muitas outras castanheiras estão sendo queimadas.

O clima a bordo do monomotor Cessna Caravan do Greenpeace é de velório. Já não resta dúvida: o Parque das Castanheiras, no município de Cláudia, Norte de Mato Grosso, área de Floresta Amazônica, está sendo destruído pelo fogo.

Informações reunidas já permitem afirmar que o ritmo de devastação da Amazônia, que diminuía 49% nos últimos dois anos, voltou a aumentar a partir de maio de 2007. Pelos dados do PrevFogo, o número de queimadas em áreas de floresta cresceu 30% este ano em relação a 2006.

Só em agosto, foram registrados 16.592 focos de calor em florestas, o dobro do mesmo mês do ano passado. Em maio último, quando a curva dos gráficos voltou a subir, o desmatamento registrado foi quatro vezes maior que em maio de 2006. Em Mato Grosso, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) já detectou aumento de 200% no desmatamento nos meses de maio, junho e julho deste ano, interrompendo a trajetória de queda.

Cuiabá em estado de emergência

Em campo, os sinais do problema são dramáticos: o aeroporto de Alta Floresta, no Norte de Mato Grosso, passou três dias fechado, semana passada, por causa da espessa fumaça.

Quando o avião do Greenpeace se prepara para pousar, a torre de controle avisa que a visibilidade é de apenas 1.600 metros.

Da cabeceira da pista, não se vê a outra extremidade. Cuiabá decretou estado de emergência, e um dos motivos é a fumaça.

Em Novo Progresso (PA), cidade à beira da BR-163 (Cuiabá-Santarém), há anos um dos focos da devastação da Amazônia, até o fazendeiro Agamenon da Silva Menezes, presidente do Sindicato de Produtores Rurais, admite: — Este ano, os produtores daqui derrubaram muito mais, muito mais mesmo.

Ainda nem terminou o prazo para pagamento do ITR (Imposto Territorial Rural) e já sei que cresceu pelo menos 50%. Enquanto não houver políticas públicas, o produtor vai sempre desmatar para fazer um dinheiro maior.

Como os levantamentos oficiais, feitos com base em imagens de satélite, são sempre demorados, o próximo relatório, referente ao período entre agosto de 2006 e julho de 2007, ainda deverá indicar uma redução no desmatamento. No período 2005/2006, foram desmatados 14 mil quilômetros de floresta, e agora espera-se algo em torno de 9.600 quilômetros quadrados.

Não é pouco: só entre 2000 e 2005, foram devastados 130 mil quilômetros quadrados no Brasil, o equivalente ao território de Portugal e Espanha somados. Mas a

retomada do crescimento a partir de maio só irá aparecer nos números oficiais no ano que vem.

Nas serrarias da Amazônia, o ritmo de trabalho é incessante, num sinal claro dos fatos que os números ainda não revelam. O piloto do Greenpeace sobrevoa agora a localidade de Moraes de Almeida, também na BR-163, no Oeste do Pará. É um lugarejo inexpressivo, com não mais de dois mil ou três mil moradores, mas contam-se 12 serrarias abarrotadas de toras, com as chaminés dando sinais do trabalho frenético que se desenrola ali embaixo. A temporada de desmatamento começou em julho e vai até outubro, antes da época das chuvas. Neste momento, muitas das árvores que tombaram este ano já estão sendo beneficiadas.

E pelo menos 90% da madeira é de origem ilegal.

Apesar disso, a atividade criminosa corre solta, praticamente sem a intervenção do Ibama.

Em Novo Progresso, onde uma base operativa do órgão ainda funciona precariamente debaixo de plástico preto, os fiscais até apreenderam, num dia da semana passada, 13 caminhões repletos de jatobás e ipês, que saíam à noite de uma estradinha vicinal.

Os motoristas foram autuados e multados. Houve um protesto de moradores e, no dia seguinte, até o prefeito, que é filiado ao PT do presidente Lula, foi ao posto pedir a liberação da madeira apreendida. Não foi bem-sucedido, mas o analista ambiental Décio Motta, chefe do Ibama na base, que trabalha sob a proteção de soldados do Exército, admitiu sentir a pressão: — Ainda não começamos a fechar as madeireiras. Se fizermos isso, o impacto será maior sobre as comunidades. Deixaremos esse trabalho para o fim, só não me pergunte quando.

“Área é concedida a madeireiros” - Um temporal eliminou um pouco da fumaça e o avião agora sobrevoa a Floresta Nacional Jamanxim, no Oeste do Pará, uma unidade de conservação que teoricamente deveria estar sob a proteção federal, mas onde há sinais de queimadas recentes e enormes clareiras abertas na floresta. Como essas e outras unidades existem no papel e o Ibama não consegue protegê-las, as motosserras continuam a todo vapor.

— É uma área de concessão concedida aos madeireiros.

Criaram as florestas nacionais, mas é como se nada tivesse acontecido — protesta Marcelo Marquesini, do Greenpeace.

Pelos dados da ONG, mesmo com a redução dos últimos anos, só no governo Lula (a partir de 2003) já foram desmatados sete milhões de hectares na Amazônia. No ritmo atual de desmatamento, em 2050 só restará 40% do bioma, e estará aberto o caminho para o que os especialistas chamam de savanização da floresta.

'O governo não vai conseguir nunca o desmatamento zero' – Rodrigo Taves - O Globo – O País - CORPO A CORPO – Agamenon da Silva Menezes – 23/9/2007

Líder de 3.500 produtores de uma das regiões da Amazônia onde há maiores taxas de desmatamento, Agamenon da Silva Menezes, presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Novo Progresso, no Pará, desafia o governo, avisa que desmatamento zero é utopia e afirma que os fazendeiros só vão parar quando passarem a receber em troca benefícios do governo federal.

O GLOBO: Os fazendeiros de Novo Progresso continuam usando as motosserras?

AGAMENON DA SILVA MENEZES: O governo não tem políticas para parar o desmatamento, por isso vai se continuar desmatando, isso não terá fim.

Que políticas seriam necessárias, num momento em que o governo estuda até proibir as queimadas e determinar o desmatamento zero durante cinco anos?

AGAMENON: O governo não vai conseguir nunca o desmatamento zero. Será que ele tem cadeia para botar 30 mil homens dentro? Enquanto não tiver políticas públicas para atender os moradores da Amazônia, não haverá desmatamento zero.

O que vocês querem é regularizar a posse de áreas públicas?

AGAMENON: Eu já propus uma política de regularização em troca de parar com o desmatamento. Eles têm de regularizar a situação atual, que já vem de mais de 20 anos, e criar condições para evitar o desmatamento. É preciso estimular o produtor a implantar outras culturas agrícolas ambientalmente corretas. Mas isso o governo não quer fazer. O governo só vem para cá multar.

Qual a solução para o problema?

AGAMENON: A solução é fazer do desmatador um preservador. O Ibama não autoriza os planos de manejo de forma nenhuma. Pode perguntar lá a eles. Não queremos a intervenção de quem não vem aqui com o espírito de contribuir. Nenhum banco financia a produção de quem não tem o título de propriedade, e depois o governo quer evitar o desmatamento... Se não estão me viabilizando, eu vou desmatar e vender a madeira para fazer um dinheiro maior. É assim que o fazendeiro pensa.

Parece que a devastação está longe do fim.

AGAMENON: Querem resolver, venham conversar comigo. Não querem, vai continuar o desmatamento. Este ano, derrubaram muito mais, muito mais. Eu vou fazer o quê, se não tem política pública...()

Liderança e mudança climática – Ban Ki-Moon – Folha de São Paulo – Opinião – 24/09/2007

A CADA dia surgem novas evidências. A mudança climática se transformou em realidade para todos nós neste planeta.

Para citar o exemplo mais recente, cientistas revelaram que a calota polar do Ártico está derretendo num ritmo muito mais acelerado do que o pensado. Segundo previsões, 40% do gelo, que no verão cobre o oceano Ártico, desaparecerá até 2050. Estudos anteriores afirmavam que isso não ocorreria antes de um século.

Não é de surpreender que a questão de mudança climática esteja no topo da agenda política mundial. Por isso, convoquei líderes mundiais para um encontro de alto nível hoje, na sede da ONU. Estou extremamente preocupado que a reação ao problema esteja muito aquém da desejada.

O encontro de hoje é um apelo político à ação, ocasião para que todos os países, grandes ou pequenos, abracem o imperativo moral de deter as mudanças climáticas com uma nova urgência e comecem a compreender nosso interesse mútuo em fazê-lo. A ciência é clara. No início do ano, cientistas de todo o mundo nos mostraram isso com uma clareza sem precedentes. A mudança climática é real.

Seu impacto pode ser devastador e até catastrófico pelas próximas décadas. Sabemos o que deve ser feito. Temos a tecnologia para fazê-lo.

Não há mais tempo a perder. Numa recente viagem ao Chade, vi com meus próprios olhos as conseqüências humanitárias das mudanças climáticas. Cerca de 20 milhões de pessoas dependem de um sistema fluvial e lacustre que diminuiu para um décimo de seu tamanho original. A África sofre a pior enchente de todos os tempos, que obriga centenas de milhares de pessoas a abandonar suas casas.

São apenas sinais do que ainda está por vir. Os problemas que nossa geração enfrenta serão piores para nossos filhos, especialmente se não agirmos.

Ao convocar a reunião de hoje, desafiei presidentes e primeiros-ministros a mostrar liderança. Liderança é sobre escolhas, especialmente as mais difíceis, que apontam novos caminhos. Tem a ver com visão e vontade política -a habilidade de prever o que precisa ser feito e apressar o passo rumo à mudança. Sei que não será indolor. Mas somente através de ação imediata evitaremos sofrimento pior.

Coletivamente, precisamos dar mais valor às ações. E o fardo é maior para os países industrializados. Os responsáveis pela magnitude do problema possuem maior responsabilidade. Ao mesmo tempo, países em desenvolvimento precisam de incentivos para engajar-se no esforço. As soluções não podem exigir sacrifícios que não podemos pedir que façam.

Nações em desenvolvimento têm o direito de crescer. Têm o direito de sair da pobreza. Para que isso aconteça, precisamos nos unir ao setor privado, estimular a atividade econômica, usar novos sistemas de financiamento e de mercado, desenvolver e transferir know-how e criar empregos.

Nosso planeta é mais frágil do que se pensa. Ecossistemas inteiros que sustentam milhões de vidas estão em considerável desequilíbrio. Em alguns casos, países inteiros e povos -não só espécies animais- correm risco de desaparecer. Os efeitos estão sendo sentidos mais profundamente por aqueles mais vulneráveis para combatê-los e menos responsáveis pelo problema. É uma questão moral.

Ações nacionais devem estar no cerne de nossa resposta. Até agora, esses esforços têm sido inadequados.

Quinze anos após a Convenção sobre Mudança do Clima, aprovada no Rio, e dez anos após o Protocolo de Kyoto (que expira em 2012), as emissões de carbono em nações industrializadas continuam aumentando.

Mas políticas nacionais são insuficientes. A invisibilidade das fronteiras quanto aos gases que afetam o clima e a grande quantidade de interesses políticos e econômicos envolvidos requerem cooperação internacional.

Temos uma estrutura ideal. Chama-se ONU -especialmente equipada para servir de fórum para encontrar soluções para a mudança climática que sejam significativas, igualitárias e sustentáveis a longo prazo.

Neste ano de encruzilhadas, em que os governos aceitaram as constangedoras descobertas do IPCC, peço aos líderes mundiais que exerçam sua liderança. Que ajam. Trabalhar como sempre não é suficiente.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Bali, em dezembro, governos devem trabalhar com urgência e criatividade para estabelecer um novo acordo. Precisamos de um amplo e novo tratado multilateral sobre mudanças climáticas que todas as nações possam abraçar.

Para nós, o momento é crucial. Temos uma responsabilidade histórica com as futuras gerações. Nossos netos serão nossos juízes.

BAN KI-MOON , 63, mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA), é o secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas).

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
debates@uol.com.br

Secretário-geral Ban Ki-moon reúne 70 chefes de Estado para buscar um acordo sobre o substituto do tratado do clima

Reunião acontece à véspera de Assembléia-Geral e é a maior cúpula já feita sobre o tema; EUA ganham elogio de chefe do Pnuma

A maior reunião de chefes de Estado já realizada para discutir o aquecimento global acontece hoje em Nova York, no âmbito da 62ª Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), sob bons auspícios: na última sexta-feira, 191 nações, ricas e pobres, concordaram em acelerar o processo de eliminação dos HCFCs (hidroclorofluorcarbonos), gases que contribuem tanto para o efeito estufa quanto para a destruição da camada de ozônio.

"É um avanço histórico", afirmou à Folha Achim Steiner, diretor-executivo do Pnuma (Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente). Para ele, isso é um sinal de que pode haver acordo entre todos os países também para atacar as emissões de gás carbônico -muito mais volumosas que as de HCFCs, muito mais danosas ao clima e muito mais atreladas à economia, já que são produzidas pela queima de petróleo e outros combustíveis fósseis.

"Nesta segunda-feira, o secretário-geral Ban Ki-moon, que decidiu realizar o primeiro grande encontro entre chefes de Estado para discutir o aquecimento global, dirá a eles: nós podemos fazer, mas precisamos do apoio de todos", disse.

Steiner faz elogios cautelosos à participação americana no processo. Antes, o presidente George W. Bush colocava em dúvida os alertas de pesquisadores de que o mundo está ficando mais quente. Neste ano, ele finalmente endossou a ciência e convocou um encontro entre os 15 maiores poluidores (inclusive o Brasil) para esta semana, para discutir o combate aos gases-estufa.

"Os EUA se encontram mais perto de serem um parceiro pró-ativo nos esforços multilaterais. Isso sem dúvida é um movimento muito importante tendo em vista as negociações em Bali, no final do ano, sobre o que vem após o Protocolo de Kyoto. Não estava claro que teríamos condições de realmente dar início aos entendimentos ainda em 2007."

O objetivo da reunião de hoje, da qual participam representantes de 150 países, é dar um "sinal político" para que as negociações formais do acordo substituto de Kyoto comecem em dezembro, durante um encontro da Convenção do Clima da ONU em Bali, Indonésia.

Kyoto, que determina que os países industrializados cortem suas emissões de gases-estufa em 5,2% em relação a 1990, expira em 2012. Sua extensão precisa ser negociada

neste ano, se o mundo quiser evitar os piores efeitos da mudança climática, mas nações como China, Rússia e os próprios EUA ainda têm resistências a um novo tratado -que, dizem, pode prejudicar suas economias. É essa resistência que Ban planeja dirimir hoje.

A reivindicação feita pelos países pobres de que as nações ricas, que são as maiores poluidoras, abracem maiores responsabilidades, é um dos principais assuntos na pauta.

Oportunidade - Os países industrializados já aceitaram o seu papel de líderes no combate ao aquecimento global. A questão que se impõe neste momento é como todos juntos podem se ajudar para resolver um problema que não é mais apenas do hemisfério Norte. Não há solução a não ser que encontremos um enfoque coletivo", ponderou Steiner. "A parte difícil será justamente estruturar um sistema que seja aceitável para todos, sem uma nação ficar achando que outra está tirando vantagem dela."

Para convencer as partes envolvidas de que é preciso tomar uma atitude imediatamente, Ban colocará três argumentos sobre a mesa. Primeiro, ninguém quer viver em um mundo no qual o aquecimento global continua crescendo e afetando a todas as pessoas.

Segundo, a mudança climática não precisa ser vista apenas como um ônus. "Ela também cria oportunidades econômicas e tecnológicas", frisou o diretor do Pnuma, citando como exemplo o álcool brasileiro, que, na sua opinião, depende da criação de um mercado internacional com padrões bem definidos para se firmar como alternativa viável aos combustíveis fósseis.

Terceiro, o custo de não agir será sentido desproporcionalmente. "A África, que é a que menos emite gases-estufa, também é a menos preparada para enfrentar as conseqüências do aquecimento", frisou.

Os presidentes Lula e George W. Bush não comparecerão à discussão na ONU hoje (o Brasil será representado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva). À noite, os líderes vão a um jantar para 20 chefes de Estado.

Joaninha amiga - Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/09/2007

Biodiversidade. Capturado da ecologia, o conceito, embora de complexo significado, se popularizou. Proteger a diversidade biológica virou unanimidade no discurso ambiental. Sinal dos tempos.

O termo biodiversidade tem uso recente. Foi sugerido pela primeira vez em 1986, substituindo a expressão “diversidade biológica”, visando a facilitar a comunicação dos cientistas ligados ao Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos. Deu certo.

Um dos maiores apelos em defesa da biodiversidade surge da ameaça de extinção das espécies, em razão da supressão dos habitats naturais. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), a terrível lista dos animais, ou vegetais, ameaçados de sumiço relaciona 16.306 organismos. No último ano, novas 178 espécies se somaram ao famigerado rol, liderado pelos gorilas. No total, 785 já desapareceram e outras 65 sobrevivem unicamente em cativeiro, ou domesticadas. Triste situação.

O Brasil é considerado o país da “megadiversidade”. Sua flora, riquíssima, apresenta 20% das espécies conhecidas no mundo. A concentração de mamíferos é recorde mundial, com 514 espécies. Na mata atlântica, cada hectare de floresta conta até 450 espécies de plantas.

Favorece a biodiversidade a condição tropical. Elevadas temperaturas, muita pluviosidade e farta energia solar ajudam a multiplicação da vida. As cadeias produtivas são mais longas e complexas nos trópicos. Já nas regiões temperadas, o inverno gelado encurta o ciclo vital e reduz a variabilidade. A neve causa dormência.

Na agronomia, a biodiversidade interessa especialmente ao estudo das pragas agrícolas. O pioneiro nessa tarefa foi Adilson Pascoal, professor da Esalq-USP. Seu magnífico livro *Pragas, Praguicidas e a Crise Ambiental* mostrava, já em 1976, o desequilíbrio ecológico da produção rural.

Ensina o professor Pascoal que a simplificação trazida no agroecossistema estimula o surgimento das pragas. Nasce aqui o drama da agricultura. Derrubar mata nativa para implantar lavoura significa, sempre, reduzir a complexidade da natureza, abrindo caminho para desequilíbrios ecológicos. Com uma agravante. O uso indiscriminado de agrotóxicos aniquila os inimigos naturais, reduzindo ainda mais a estabilidade do sistema. A cada ciclo da cultura, piora a situação. Besouros, lagartas, percevejos, insetos de toda sorte, livres de seus predadores, atacam com força total as lavouras. Afinal, eles habitam a Terra há milhões de anos.

O caso dos pulgões tornou-se exemplar. É pedagógico. O principal inimigo natural dos afídeos é a joaninha, bichinho famoso pela formosura de sua colorida carapaça. Cada joaninha devora até 70 pulgões por dia, e essa terrível batalha pela vida sempre manteve o equilíbrio das espécies. Até que chegaram a agricultura e os primeiros pesticidas. Estes, pulverizados sobre as plantações, matavam tudo que é inseto.

Acontece que os insetos-praga são menos específicos que seus inimigos naturais. Quer dizer, a joaninha não vive sem o pulgão, seu alimento predileto. Mas o pulgão se vira bem sugando plantas variadas. Sem o broto da laranjeira, ataca a mangueira, o capim, o feijão, o que vier. A eclética preferência é sua sorte.

Azar dos agricultores. Os agrotóxicos vieram para salvar as plantas e, ao aniquilarem junto os inimigos naturais, pioraram a situação. No começo, parecia uma beleza. Alguns ciclos depois, verdadeira tragédia. Entre 1958 e 1976, o número de pragas que atacavam as culturas brasileiras subiu de 193 para 400. Era somente o começo.

A reação da inteligência agrônômica chegou por meio do controle integrado de pragas, valorizando o controle biológico. Mas, primeiro, era necessário desenvolver nova geração de inseticidas. Foram proibidos os inseticidas clorados, persistentes e abrangentes. Novas moléculas químicas geraram pesticidas mais seletivos, que fazem mal às pragas, mas aliviam os inimigos naturais. Matam lagartas, mas deixam abelhas em paz. Melhorou bastante o problema.

Nesse processo de evolução tecnológica, laboratórios das universidades começaram a criar, em condições artificiais, levas de insetos e demais organismos capazes de realizar o controle biológico de pragas. Casos de sucesso se destacam, como o uso da vespa *Cotesia flavipes* no combate à broca da cana-de-açúcar. Ou do Baculovirus *anticarsia*, um fungo, no controle da lagarta da soja.

Em 30 anos, tudo mudou. Na década de 1970, o pacote tecnológico da (suposta) moderna agricultura mandava aplicar agrotóxicos a cada 15 dias, fizesse chuva ou fizesse sol. O preceito era manter a lavoura “limpa”. Saiu tudo errado.

Hoje mandam os “pragueiros”. Com lupas na mão, técnicos realizam a contagem das pragas nos talhões e indicam a necessidade, ou não, da pulverização de defensivos químicos. O momento certo depende do equilíbrio, na lavoura, entre a praga e seus predadores. Condições climáticas também definem a equação. Acabou o pacote fechado.

Práticas agrônômicas como a intercalação e a rotação de cultivos, a cobertura verde nas entrelinhas, o plantio direto, aliadas às melhorias genéticas, permitiram equilibrar a batalha contra as pragas. Nessa luta prepondera a visão holística.

Os agricultores descobriram, assim, a importância da biodiversidade. Perceberam que as matas escondem um exército amigo, os inimigos naturais das pragas. O refúgio natural ajuda a salvar a lavoura. Protegendo a bela joaninha.

* Xico Graziano, agrônomo, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E-mail: xico@xicograziano.com.br

Na abertura da assembléia, Lula dirá que modelo global precisa mudar

Nova York - O plenário da Organização das Nações Unidas (ONU) vai ouvir hoje, na abertura da 62ª Assembléia-Geral, um discurso do presidente Lula voltado principalmente para o meio ambiente. O Estado apurou que dois terços do pronunciamento serão dedicados a questões ambientais e aos problemas climáticos. “Se não tivermos um novo modelo de desenvolvimento global, crescem as chances de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes”, dirá.

Lula pedirá ainda uma ação global contra a pobreza e falará da cooperação com o Haiti, encerrando sua fala com uma menção ao painel Guerra e Paz, que está completando 50 anos e é criação do artista plástico brasileiro Cândido Portinari (1903 a 1962). O painel está exposto no edifício da ONU em Nova York.

Como em quase todos os discursos para platéias internacionais, feitos depois da conferência do Grupo Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), em fevereiro, em Paris, Lula também vai dizer que os biocombustíveis são peça importante na questão ambiental. O IPCC estimou que a Terra vai experimentar neste século um aquecimento de 1,8 a 4 graus centígrados, gerando fenômenos que afetarão a produção agrícola e o clima em geral.

O presidente dirá que os biocombustíveis ajudam a reduzir a poluição, além de representarem uma alternativa de desenvolvimento econômico para os países mais pobres, que não têm petróleo. Vai apresentar dados que considera positivos em relação aos esforços do Brasil para a preservação das florestas brasileiras. E vai cobrar dos países mais ricos investimentos maiores para ajudar a preservar o meio ambiente.

Para Lula, todos os países têm responsabilidade em relação aos problemas ambientais, mas ela não é igual para todos. Ele considera que a maior parcela cabe aos mais ricos, que foram ou ainda são os maiores poluidores. Indiretamente, ele dirá que não aceita reduzir as metas fixadas no Protocolo de Kyoto. A reforma da ONU e a crítica ao protecionismo dos países ricos também não ficarão de fora do discurso presidencial.

Para governador da Califórnia, é hora de ricos e pobres pararem "de olhar para trás" e adotarem compromissos

Cúpula sobre crise climática foi marcada por temor de que Bush tente esvaziar debate sobre emissões ao organizar encontro paralelo

O tempo das incertezas acabou -é hora de tomar uma atitude. Esse foi o chamado lançado pelo secretário-geral da ONU (Organização das Nações Unidas), Ban Ki-moon, aos participantes do primeiro grande fórum de chefes de Estado sobre aquecimento global, realizado ontem dentro da 62ª Assembléia Geral da instituição.

"Os cientistas claramente expuseram a severidade do problema", disse. "Possuímos os meios e as tecnologias, sabemos o suficiente para agir, e, se não o fizermos agora, o impacto da mudança climática será devastador", sentenciou.

"Hoje deixem o mundo saber que vocês estão prontos para assumir essa responsabilidade e que atacam o problema doravante", prosseguiu.

O governador do Estado da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, e o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore reforçaram esse discurso. O republicano Schwarzenegger pediu "ação, ação, ação" aos mais de 80 chefes de Estado que compareceram à reunião.

Apesar das estrelas presentes, o líder mais notado do encontro foi justamente o principal ausente: o presidente americano, George W. Bush.

Embora sua administração tenha finalmente aceitado, neste ano, as evidências científicas da mudança climática, Bush continua não dando mostras de que abraçará metas obrigatórias para a redução da emissão de gases-estufa, consideradas o único caminho a seguir para evitar os piores efeitos do aquecimento global.

Naquilo que tem sido interpretado como uma manobra para esvaziar as discussões sobre o combate aos gases-estufa no âmbito da ONU, Bush organizou uma reunião paralela em Washington no final desta semana, entre os 15 maiores poluidores do mundo.

Numa crítica velada à ação americana, Ban lembrou que a ONU é "o fórum apropriado para negociar uma ação global". Foi seguido pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, que pediu uma redução de 50% nas emissões de gases que esquentam a atmosfera, como o CO₂, até 2050, e declarou que a Convenção do Clima da ONU é "o único arcabouço eficiente e legítimo" para atacar a crise.

"As conseqüências são tão urgentes que não importa quem foi responsável pelo passado. O que importa é a nossa resposta para o futuro. É o momento de nos unirmos em

um novo acordo internacional que pode ser abraçado por nações ricas e pobres igualmente", afirmou Schwarzenegger.

O encontro de ontem, a primeira cúpula dedicada ao clima, tinha como objetivo dar início às negociações para a reunião que acontece em Bali em dezembro, durante a qual começam a ser debatidos os principais pontos de um acordo sobre aquecimento global que vai substituir o Protocolo de Kyoto. O acordo global contra o efeito estufa, rejeitado pelos EUA, expira em 2012.

Pobres têm feito sua parte, diz Marina – Folha de São Paulo – Ciência – 25/09/2007

DE NOVA YORK - Os países em desenvolvimento "têm assumido o seu papel" no combate à mudança climática, mas "eles precisam intensificar as medidas que já estão sendo tomadas", afirmou a ministra Marina Silva (Meio Ambiente) durante sua fala ontem na ONU.

Representando o Brasil (o presidente Lula não compareceu à cúpula sobre clima), Marina pediu, ainda, mais "transparência" na forma como essas ações são comunicadas para o mundo.

A ministra voltou a bater na tecla de que as metas de diminuição de emissão dos gases-estufa devem ser maiores para as nações ricas, mas que países pobres, como o Brasil, vêm fazendo sua parte. Citou o caso do desmatamento na Amazônia. "Temos um plano que já mostra resultados. De 2004 a 2006, o ritmo de desmatamento caiu 50% sem prejudicar a elevação do PIB [Produto Interno Bruto] no período." (DG)

EUA ignoram ONU – O Globo – Ciência – 25/09/2007

Bush não participa de encontro sobre clima e convoca uma reunião paralela

O presidente dos Estados Unidos — país que é um dos maiores emissores de gases-estufa do mundo — decidiu não participar da reunião sobre mudanças climáticas promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) ontem, véspera do início da Assembléia Geral da instituição.

George W. Bush promoverá em Washington, na quinta-feira, um encontro paralelo para discutir o tema. A decisão foi criticada pelo secretário-geral da ONU, o sul-coreano Ban Kimoon, em discurso para representantes de 150 países, reunidos em Nova York.

— A ONU é o fórum apropriado para essas discussões — disse Ban.

A Assembléia Geral da ONU começa hoje, com o discurso de abertura a cargo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ontem, véspera do encontro, os líderes mundiais decidiram se reunir para debater a questão climática. Bush optou por não debater o clima ontem, mas somente em seu próprio evento, em Washington, com a presença de apenas 15 países; entre eles, Brasil e China. A proposta de Bush é que cada nação estabeleça seus próprios limites de emissões.

A reunião de ontem foi organizada pelo próprio Ban Ki-moon. Ele visa a preparar o terreno para as negociações em torno do sucessor do Acordo de Kioto, que entrou em vigor em 1997 e expira em 2012. O acordo limita as emissões de gases causadores do efeito estufa.

Os Estados Unidos não assinaram Kioto. O país foi representado na reunião pela secretária de Estado, Condoleezza Rice.

Para Ban Ki-moon, o planeta não pode mais esperar. Segundo ele, o momento é de agir contra as mudanças climáticas.

— O tempo das dúvidas já passou — disse Ban Ki-moon. — Já temos evidências científicas claras da gravidade do problema. Sabemos o suficiente para agir.

Lula falará sobre redução do desmatamento Ban Ki-moon disse que o mundo já possui conhecimento e recursos tecnológicos suficientes para combater as mudanças climáticas e que a falta de uma ação coletiva sobre o tema terá efeitos devastadores.

— Não fazer nada terá um custo maior para todos nós — disse o secretário-geral da ONU. — A única coisa que não temos é tempo a perder.

A reunião de ontem contou com a presença do governador da Califórnia, o republicano Arnold Schwarzenegger. Sob a sua liderança, a Califórnia criou sua própria política de redução de gases do efeito estufa, indo em direção oposta a Washington.

— A Califórnia está conduzindo os debates sobre o aquecimento global nos Estados Unidos — garantiu ele, em discurso na reunião.

Segundo Schwarzenegger, que usava uma gravata verde, é chegado o momento de todos os países — tanto os industrializados quanto os em desenvolvimento — se reunirem para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas: — Não podemos mais culpar uns aos outros pelo aquecimento global. As conseqüências já estão por toda a parte e não importa mais de quem é a responsabilidade. O que importa é o futuro de todos.

E a palavra é uma só: ação.

Em Brasília, um pouco antes de embarcar para Nova York, o presidente Lula disse que o país tem bons dados para apresentar durante a Assembléia Geral da ONU. Ele deve dizer em seu discurso que a taxa de desmatamento na Amazônia caiu 25% entre agosto de 2005 e julho de 2006. As queimadas e o desmatamento fazem com que o Brasil seja um dos cinco países que mais contribui para o aquecimento global.

Uma pesquisa da BBC, divulgada ontem, revelou que 2/3 da população mundial acha que deve haver ações urgentes contra o aquecimento global.

A pesquisa foi feita em 21 países. Nos Estados Unidos, o segundo maior poluidor do mundo, 59% das pessoas disseram que o mundo precisa agir agora contra as mudanças climáticas. Na China, o percentual foi de 70%.

Catorze participantes inscritos indicam disputa em leilão de carbono - Samantha Maia
– Valor Econômico – Brasil - 25/09/2007

O primeiro leilão de crédito de carbono realizado em bolsa de mercadorias no Brasil promete uma disputa acirrada entre as 14 empresas inscritas para participar. O número é superior ao esperado pela Prefeitura de São Paulo, titular dos créditos correspondentes a 808.450 toneladas de dióxido de carbono equivalente (a emissão é de metano, gás ainda mais poluente), provenientes do Aterro Bandeirantes. "Estamos com grande expectativa, pois contávamos com cerca de cinco ou seis participantes, e vimos que a procura foi maior", diz o secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Finanças, Walter Aluisio Morais Rodrigues.

A prefeitura não divulga o nomes dos interessados, mas segundo Rodrigues há instituições do mercado financeiro internacional. O leilão será realizado pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) amanhã, por via eletrônica. Uma das exigências para participar foi um depósito de 1 milhão de euros como garantia. O prazo para entrega dos documentos encerrou no dia 3.

Também é a primeira vez no Brasil que um ente público realiza a venda desses créditos. O preço inicial do leilão será de cerca de 12 euros a tonelada do carbono, mas a prefeitura pretende arrecadar ao menos R\$ 30 milhões, o que corresponde a 14 euros a tonelada de carbono. Mesmo assim, o valor ainda está abaixo da média do preço comercializado mundialmente, hoje em 19 euros a tonelada do carbono e, por isso, segundo o secretário-adjunto, é possível conseguir superar as expectativas iniciais. "Estamos vendendo à vista, ou seja, apenas o crédito que já temos, e em bolsa de valores, o que dá mais transparência. Achamos que é possível conseguir um preço melhor", diz.

A prefeitura obteve permissão de vender os créditos de carbono do Aterro Bandeirantes com a Câmara de Vereadores sem restrições dos meios, mas recorreu ao mercado regulado para dar transparência ao processo, segundo Rodrigues. O dinheiro irá para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, gerenciado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e dará aporte a investimentos na região do aterro.

Localizado na zona norte, o Aterro Bandeirantes é considerado um dos maiores do mundo, recebendo cerca de 7 mil toneladas diárias de lixo, metade do total produzido em São Paulo. Desde 2006, ele começou a receber os créditos de carbono previstos pelo Protocolo de Kyoto ao adotar um mecanismo que queima o metano liberado na decomposição do lixo. Esse gás é um dos maiores responsáveis pelo aquecimento do planeta, e 80% de sua queima no aterro é utilizada para acionar uma usina termelétrica com capacidade de gerar 175 mil MWh/ano.

A prefeitura aguarda aprovação pela Organização das Nações Unidas (ONU) para obtenção de certificado que a habilite a também vender crédito de carbono do Aterro São João, receptor da outra metade do lixo da cidade. A queima do metano desse aterro, localizado na zona leste da capital, começou em junho desse ano.

ONU pede ação urgente contra mudança climática – Valor Econômico – Internacional - 25/09/2007

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse ontem que há uma necessidade urgente de os países chegarem a um novo compromisso para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Ele abriu a primeira cúpula sobre mudança climática da ONU, em Nova York.

"A mensagem é bastante simples", disse ele. "Temos conhecimento o suficiente para agir. Se não agirmos agora, o impacto da mudança climática será devastadora", disse Ban, na sessão da ONU da qual participaram cerca de 80 presidentes e primeiros-ministros.

Ban comentou a objeção do governo dos EUA de negociar limites para as emissões de gases que provocam o aquecimento global, sob o argumento de que restrições afetariam a economia do país. O presidente americano, George W. Bush, oponente da imposição de limites, não participou da reunião.

"A inação agora provará ser a mais custosa ação de todas no longo prazo." Numa referência à iniciativa paralela que o governo americano prepara para o fim do mês, na qual reunirá um grupo de países para discutir clima, Ban disse que a ONU é o "fórum apropriado para a negociação de uma ação global". Alguns ambientalistas temem que a reunião convocada pelos EUA mine os esforços da ONU.

A cúpula de ontem foi uma preparação para negociações de um acordo sobre clima para programadas para começar em dezembro na Indonésia.

'O Brasil não abdica da soberania na Amazônia' – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Discurso de Lula ressalta esforços para conter desmatamento e reduzir impacto no clima

“Senhoras e senhores chefes de Estado e de governo, senhor Serjam Kerim, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, senhor Ban Ki-Mun, secretário-geral das Nações Unidas, senhoras e senhores delegados, cumprimento-o, senhor secretário-geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva. Sob pena de destruir-se a si mesma.

A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta.

Cada um de nós deve assumir sua parte nesta tarefa.

Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da terra.

Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

A floresta amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do planeta. Mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia.

Um resultado como esse não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania nem de suas responsabilidades na Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável - econômico, social, educacional e cultural - de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países.

O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos.

Assim, daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.

Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Proponho a realização, em 2012, de uma nova conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20.

Senhoras e senhores, não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo.

O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética.

Os biocombustíveis são vitais para construí-la.

Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se nestes 30 últimos anos a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa.

O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento: na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África.

Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar.

E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar.

A cana-de-açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade.

O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças.

É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis.

Os biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado mundial com um selo que garanta suas qualidades sociolaborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental; é também um desafio social.

Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades.

Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza.

Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos. A Unitaïd já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África.

É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os pobres.

É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento.

O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor presidente, a construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração sul-americana, sobretudo no Mercosul.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos - Brasil, África do Sul e Índia - um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o Ibas. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo de Haiti e Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento.

Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor presidente, as Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo.

No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e senhores, ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos.

Trata-se dos murais Guerra e Paz, pintados pelo grande artista Cândido Portinari.

O sofrimento expresso no mural que retrata a guerra nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural Guerra está colocado de frente para quem chega, e o mural Paz, para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne realidade. Muito obrigado.”

Em MT, derrubada de mata subiu 200% - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 26/09/2007

Declaração do presidente na ONU é contrariada pelos números

Nada do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem na Organização das Nações Unidas (ONU) trouxe novidades ou avanços da posição brasileira sobre como enfrentar o aquecimento global. A afirmação de que o desmatamento na Amazônia está sob controle, no entanto, é desmentida por números que mostram apenas uma queda temporária, ainda que significativa.

Lula repetiu uma cartilha que tem sido defendida à exaustão pelo Itamaraty, a despeito das críticas crescentes internas e externas à posição. Ele falou, por exemplo, que o País tem combatido a crise climática com o controle do desmatamento e o investimento em biocombustíveis, em especial o etanol da cana-de-açúcar.

O desmatamento e as queimadas da Amazônia são a principal contribuição brasileira ao efeito estufa, problema criado pela concentração de dióxido de carbono e outros gases na atmosfera. As últimas medições oficiais e independentes mostraram uma queda acumulada no ritmo do corte em 52% nos últimos anos - que, por sua vez, evita a emissão de carbono.

“Não é obra do acaso”, disse o presidente. Para a secretária-geral da ONG WWF-Brasil, Denise Hamú, “realmente não foi ‘obra do acaso’, pois não foi um único ator que fez o desmatamento cair - também houve a queda do preço das commodities e a queda do dólar”.

Os recentes números do desmatamento em Mato Grosso (que, ao lado do Pará, é o Estado que mais derruba floresta no País) reforçam a ligação: eles mostram o aumento da derrubada na última estação de seca amazônica, numa taxa de 200% em relação ao mesmo

período de 2006. O desmatamento segue a recuperação dos preços das commodities, especialmente o da soja. A estratégia do governo aparentemente não resistiu ao mercado.

REPETIÇÃO - Também em relação à Amazônia, Lula voltou a citar uma idéia apresentada pela delegação brasileira em fóruns internacionais sobre clima: “a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.” O plano do Brasil é pedir às nações ricas que alimentem voluntariamente um fundo de compensação que seria repassado aos países para manterem suas florestas de pé.

A idéia não foi bem recebida nas reuniões sobre o tema até agora. “É uma proposta mal formulada, que depende de filantropia”, afirma José Goldemberg, ex-secretário do Meio Ambiente de São Paulo e pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Lula voltou a repetir que a responsabilidade pelo controle do efeito estufa é comum, porém diferenciada. Ou seja, os países desenvolvidos devem pagar uma conta maior do que os emergentes e os pobres porque emitiram mais carbono na atmosfera por mais tempo, a fim de crescer e enriquecer.

O conceito é amplamente aceito dentro da Convenção do Clima da ONU. Contudo, Brasil, China e Índia (grupo conhecido como Bric) têm sido criticados duramente por usarem essa concepção erroneamente. O Bric não aceita metas de redução dos gases-estufa a partir de 2013, quando o Protocolo de Kyoto perde o valor - hoje, apenas os países desenvolvidos seguem metas -, pois afirma que não pode crescer sem emitir.

Os ricos, por outro lado, dizem que o Bric não pode ficar mais de fora. A China será em breve a principal emissora de gases-estufa do mundo, colocando os Estados Unidos em segundo lugar. O Brasil fica entre a quarta e a quinta posição. “Se você está num barco afundando, não fica discutindo quem fez o buraco maior”, diz Goldemberg.

PROPAGANDA - Com o mesmo anacronismo com que defendeu o controle do desmatamento, Lula apresentou os biocombustíveis como uma solução para problemas que vão da crise climática à pobreza do mundo. “O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar”, disse.

“É um exagero. E, quando se exagera assim, as pessoas não costumam levar muito a sério”, diz Goldemberg, atualmente pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo. “Parece panacéia, como se fosse uma solução para tudo”, afirma Denise.

O etanol, comparado à gasolina e ao diesel, é a alternativa mais limpa de geração de energia. Contudo, seguindo a experiência brasileira, ele pode também incentivar a monocultura e o desmatamento excessivo para abertura de novos campos de cultivo.

FRASE - José Goldemberg - Pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e ex-secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo

“Se você está num barco que está afundando, não fica discutindo quem fez o buraco maior”

A máquina de chuva da Amazônia - Thomas E. Lovejoy e Gomercindo Rodrigues- Folha de São Paulo – Opinião – 25/09/2007

PODE PARECER que isótopos de oxigênio e a luta dos seringueiros no Acre tenham pouco em comum. Mas ambos fazem parte do futuro da Amazônia e de uma parte significativa da agroindústria e da geração de energia hidrelétrica no Brasil. Juntas, exigem um avanço importante na política para a Amazônia.

À época que Chico Mendes lutava para assegurar o futuro dos seringueiros e da floresta, um dos mais respeitados cientistas brasileiros, Eneas Salati, analisava proporções de isótopos de oxigênio na precipitação pluviométrica amazônica do Atlântico ao Peru. Sua conclusão foi irrefutável: a Amazônia produz a parte maior de sua própria chuva. A implicação óbvia foi que o excesso de desmatamento poderia degradar o ciclo hidrológico. Hoje, imagens obtidas por sensoriamento remoto mostram que o ciclo hidrológico não apenas é essencial para a manutenção da grande floresta mas também garante uma parcela significativa da chuva que cai ao sul da Amazônia, em Mato Grosso, em São Paulo e até mesmo no norte da Argentina. Quando a umidade do ciclo, que se desloca em direção ocidental, atinge o paredão dos Andes, uma parte importante dela é desviada para o sul. Boa parte da cana-de-açúcar, soja e outras safras agroindustriais nessas regiões depende da máquina de chuva da Amazônia. O mesmo acontece com parte importante da geração de energia hidrelétrica no Brasil. A economia brasileira não pode se dar ao luxo de perder a contribuição importante da máquina de chuva amazônica.

A grande pergunta científica e política é: quanto desflorestamento prejudicará a máquina de chuva? Não há uma resposta simples a essa pergunta complexa. Novas pesquisas do Inpe sugerem que o ponto decisivo será o de um desmatamento de mais ou menos 40%. Com o índice atual de desflorestamento em cerca de 20%, isso pode parecer estar ainda distante.

Não obstante, o bom senso indica que o momento de agir é agora. A máquina de chuva é sujeita a outros fatores que independem do desflorestamento: o tipo de seca provocada pelo El Niño em 1997 e aquela causada por mudanças na circulação do Atlântico em 2005. Em consequência disso, o ponto decisivo é muito mais próximo de 20% que de 40%. Não faz sentido descobrir esse ponto desencadeando a degradação da máquina de chuva.

O Brasil merece ser parabenizado pela recente redução no índice de desmatamento (50% em relação a dois anos antes), mas isso apenas adia o momento em que a máquina de chuva será enfraquecida. A única opção sensata é passar de uma política de redução do desmatamento para uma de suspensão completa.

Essa política deve ser suplementada com um trabalho agressivo de reflorestamento. Isso não significa que a floresta seja intocável, mas sim, como nos mostraram Chico Mendes e os seringueiros, que os usos da floresta devem ser compatíveis com a manutenção dela e dos serviços que ela presta, incluindo a máquina de chuva. Isso pode ser conseguido por meio de recursos adicionais do esforço global para controlar a emissão de gases causadores do efeito estufa.

Aproximadamente um quinto do aumento anual das concentrações atmosféricas de gases causadores do efeito estufa vem do carbono liberado com o desmatamento. Isso faz do Brasil um dos seis maiores emissores mundiais de gases.

Assim, é do interesse do Brasil e do resto do mundo fornecer recursos financeiros para o "desmatamento evitado". Tais esforços não devem reduzir o imperativo da criação de uma nova matriz energética para a sociedade; as mudanças climáticas são tão urgentes que precisamos enfrentar tanto a energia quanto o desmatamento simultaneamente. O momento para levar essa agenda adiante é agora, na Assembléia Geral da ONU, na reunião de Bali sobre a convenção climática e em outros encontros. Será mais conveniente deixar os detalhes a serem resolvidos a cargo das nações envolvidas. O princípio, porém, é claro: os países que têm grandes florestas devem ser recompensados pelo serviço que prestam ao ecossistema global ao manter o carbono nas florestas e fora da atmosfera. O benefício adicionado ao Brasil é a manutenção da máquina de chuva.

Para que isso funcione, a parte maior da compensação deve ser repassada às regiões recobertas de floresta e, especialmente, às comunidades em cujas mãos está o futuro das florestas. Foi essa a lição fundamental que nos ensinaram Chico Mendes e os seringueiros. Os povos tradicionais, a máquina de chuva da Amazônia e a economia brasileira compartilham um interesse grande no futuro da grande floresta.

THOMAS E. LOVEJOY, 66, doutor em biologia pela Universidade Yale (EUA), é presidente do Centro Heinz de Ciências, Economia e Meio Ambiente. Trabalha com ciência e política na Amazônia há 42 anos.

GOMERCINDO RODRIGUES, advogado, trabalhou como agrônomo com Chico Mendes e os seringueiros do Acre no final dos anos 1980. Ganhou a medalha Chico Mendes de Resistência do Tortura Nunca Mais e é autor do livro "Caminhando na Floresta".

Espera-se que o Brasil mude sua posição e aceite metas de redução de emissões no acordo que deverá suceder Kyoto

FOI CONFORME o esperado o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Numa conferência cuja tônica é a mudança climática, Lula destacou os problemas ambientais. "Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes", disse Lula diante de uma audiência composta por dezenas de chefes de Estado e de governo.

Como vem se tornando um hábito seu, aproveitou a ocasião para vender ao mundo a idéia de biocombustíveis. Rejeitou a tese de que um aumento da produção de etanol possa provocar insegurança alimentar. Como vem se tornando um outro hábito seu, congratulou-se por avanços no combate à miséria. Lançando teoria não amparada pela lógica, afirmou que a melhor arma contra a degradação do planeta é a equidade social -podemos imaginar vários bons argumentos em favor de mais igualdade entre as pessoas e as nações, mas o combate ao efeito estufa não é um deles.

No quesito promessas para o futuro, fez apenas três. Anunciou, para o próximo ano, a realização de uma conferência internacional sobre biocombustíveis; ofereceu o Rio de Janeiro para sediar, em 2012, uma reunião de cúpula de atualização da Eco-92; e pressagiou para muito em breve seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, o PEMC, também conhecido como PAC do Clima, que agora ganha marketing em escala mundial.

Desta vez Lula não deixou de abordar o ponto relevante, que é o acordo internacional para controle das emissões de gases-estufa que deverá suceder o Protocolo de Kyoto, cuja primeira etapa se extingue em 2012. "Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima", declarou o mandatário.

No melhor estilo Lula, entretanto, o presidente deixou de dizer que, nas negociações para o pós-Kyoto, o Brasil vem se recusando a comprometer-se com metas de redução e mostra-se alérgico aos que sugerem "zerar" o desmatamento -que, com as queimadas, responde por 75% das emissões nacionais. Espera-se que a vaga menção presidencial à "participação" dos países em desenvolvimento marque inflexão da posição brasileira. Há muitas incertezas nos modelos climáticos que orientam as negociações, mas é certo que, se países em desenvolvimento como China, Índia e Brasil não aceitarem e cumprirem metas de redução -ainda que de acordo com o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada-, vai ser impossível limitar a 2C o aumento médio da temperatura em relação ao período pré-industrial. E muitos cientistas estimam que um aquecimento além desses 2C provocaria perturbações irreversíveis no clima mundial. Essa não é apenas mais uma bravata de Lula.

Na ONU, Lula anuncia plano para clima e propõe "Rio+20" – Sergio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 25/09/2007

Na abertura da Assembléia Geral, presidente pede nova reunião no Rio em 2012 - Discurso é marcado também por defesa do programa de biocombustíveis, criticado por outros líderes e em relatório das Nações Unidas

O Brasil se ofereceu ontem para sediar uma reunião mundial de discussão de questões ambientais. O anúncio foi feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York. O brasileiro propôs um novo encontro no Rio de Janeiro, nos moldes da Rio 92.

"Proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio+20", discursou. O segundo mandato de Lula termina em 2011. No mesmo texto, o presidente anuncia um plano para mudanças climáticas e responde às críticas recebidas pelo programa brasileiro de álcool.

Lula não deu detalhes do plano, além do título: Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. À tarde, o chanceler Celso Amorim diria que esse deve envolver "zoneamento e cerceamento ao desmatamento", entre outros aspectos. No discurso, o presidente só menciona que são "essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações".

Quanto ao biocombustível, Lula aproveitou a visibilidade do evento para responder a críticas que o programa do álcool brasileiro vem enfrentando, lideradas pelo cubano Fidel Castro, o venezuelano Hugo Chávez e alguns acadêmicos e reforçadas pela divulgação, no dia anterior, de relatório feito a pedido da ONU.

No texto, o relator especial da entidade para o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, sugere moratória de cinco anos em relação ao aumento da produção de álcool feito a partir de cana-de-açúcar e milho. A crítica comum é que a expansão do consumo de álcool "roubaria" terras que poderiam ser usadas na produção de alimentos. O Brasil é o maior produtor do biocombustível.

"Decidimos estabelecer completo zoneamento agroecológico do país para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis", disse Lula, após falar que "a experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar".

Depois de dizer que a cana-de-açúcar ocupa 1% das terras brasileiras agricultáveis, "com crescentes índices de produtividade", o presidente falou que o problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, "mas da falta de renda que golpeia quase 1 bilhão de homens, mulheres e crianças".

Crítico freqüente do álcool e visto com simpatia por Fidel e ONGs socialistas, Ziegler sugere que nova geração de biocombustíveis seja criada para evitar que o álcool complique a questão alimentar mundial.

Indagado pela Folha se o presidente respondia a Chávez, Fidel ou aos relatórios, Celso Amorim contemporizou. "Não é uma resposta a nenhuma pessoa em particular, é uma resposta a idéias que, ainda que bem intencionadas, não se baseiam em fatos reais".

Para o chanceler, o exemplo mais eloqüente é que São Paulo, o Estado brasileiro que mais produz alimentos, também é o que mais produz álcool.

"Um presidente que propôs e realizou o Fome Zero, a preocupação principal dele é com a segurança alimentar", disse Amorim. "Grande parte dos países africanos têm problema de falta de alimentos e não têm álcool", afirmou.

País pobre terá meta no clima, diz Lagos – Claudio Angelo – Folha de São Paulo – Ciência – 26/09/2007

Ex-presidente do Chile e representante da ONU para mudança climática afirma que discurso de Lula ontem foi "um marco" - Para chileno, plano do Brasil de combate ao aquecimento abre precedente para que comunidade internacional fiscalize ações domésticas

O ex-presidente do Chile, Ricardo Lagos, agora enviado especial do secretário-geral da ONU para as mudanças climáticas

O discurso do presidente Luís Inácio Lula da Silva ontem na ONU traz nas entrelinhas um reconhecimento de que os países em desenvolvimento deverão aceitar um acordo internacional em que tenham metas para reduzir sua emissão de gases-estufa. A opinião é do ex-presidente do Chile Ricardo Lagos, hoje enviado especial sobre mudança climática do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Confiante de que a negociação de um acordo para suceder o Protocolo de Kyoto começará ainda neste ano, Lagos disse acreditar que a resistência dos EUA em debater o assunto sob a égide da ONU vai acabar. Leia a seguir a entrevista que o diplomata concedeu à **Folha** ontem, por telefone.

★

FOLHA - Como o sr. avalia a fala do presidente Lula na ONU? Ela traz algo de novo ou apenas repete uma posição histórica do Brasil?

RICARDO LAGOS - O que entendemos do presidente Lula foram duas coisas: primeiro, que em breve o Brasil vai lançar um plano nacional de combate à mudança climática, e que esse plano nacional do Brasil deve ser respondido perante o povo brasileiro e também perante os organismos internacionais. Isso quer dizer que as Nações Unidas

podem exigir que o Brasil preste contas do quão efetivamente ele está cumprindo o plano que se impôs. Isso é importante, porque quer dizer que, apesar de o Brasil ser um país em desenvolvimento, ele está disposto a que a comunidade internacional fiscalize o que ele propõe. A outra coisa é que, sem prejuízo da soberania e da responsabilidade que o Brasil tem sobre a Amazônia, Lula assinalou a cifra importantíssima de que o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento à metade. O Brasil enviou uma mensagem: a primeira responsabilidade é do mundo desenvolvido, mas nós, os países em desenvolvimento, também temos responsabilidade, não tão alta quando a daqueles, mas que essa responsabilidade nos obriga a propor quais tarefas vamos assumir. Lula estabeleceu um marco importante para outros países em desenvolvimento e produzirá um efeito na comunidade internacional.

FOLHA - O sr. interpreta as declarações de Lula como algo diferente de aceitar metas obrigatórias num acordo pós-Kyoto? Se é possível fiscalizar um compromisso doméstico, a diferença entre isso e uma meta obrigatória é quase semântica.

LAGOS - Claro. Um compromisso doméstico que a comunidade internacional pode fiscalizar é diferente de um compromisso doméstico que, se não for cumprido, não acontece nada. O presidente Lula sinalizou que este é um compromisso doméstico que o Brasil assume perante a comunidade internacional. Outros países também sinalizaram isso, como o México. E pelo que conversei com o ministro do Meio Ambiente sul-africano há algumas semanas, a direção é semelhante.

FOLHA - Então o sr. acha que a resistência dos países em desenvolvimento a aceitar metas no período pós-Kyoto está se rompendo?

LAGOS - Eu não falaria de todos os países em desenvolvimento, mas de alguns. Você não pode colocar o Chile e o Haiti no mesmo pé. Aos haitianos você não pode exigir nada. Mas ao Chile sim, porque o Chile tem uma renda muito maior.

FOLHA - Para esclarecer: então, a resistência de alguns países em desenvolvimento está se rompendo?

LAGOS - Sim. Acho que alguns países em desenvolvimento entendem que também têm de contribuir. Todos nós sabemos que quem tem a maior responsabilidade são os países desenvolvidos. Mas acho também que, dez anos depois de Kyoto, há países que avançaram, cresceram e amadureceram e que também têm responsabilidade.

FOLHA - Lula quer basear a ação brasileira em dois pés: a redução do desmatamento e os biocombustíveis. Mas a FAO [órgão da ONU para a agricultura] tem apontado que existe risco de a monocultura da cana-de-açúcar causar desmatamento e afetar a produção de alimentos. Esse medo tem razão de ser?

LAGOS - Isso me lembra a discussão que tínhamos antes: o aquecimento global é um fenômeno humano ou é algo que acontece a cada 600 mil anos na Terra? E esse é um debate científico. Hoje ninguém discute que o aquecimento da Terra é produto da ação humana a partir da Revolução Industrial. E isso que você diz demanda também uma

resposta científica. O presidente Lula certamente fez uma defesa muito forte do etanol biocombustíveis. Mas acho que isso, como a questão do aquecimento global, é algo que vai se resolver do ponto de vista científico.

FOLHA - Qual é a avaliação que o sr. faz da reunião de cúpula convocada pelo secretário-geral Ban Ki-moon? Olhando de fora, a impressão que se tem é de que nada de importante politicamente aconteceu.

LAGOS - Sei disso. Mas o que se produziu de politicamente importante é que você nunca antes havia tido um dia inteiro de Nações Unidas, com a presença dos principais chefes de Estado e de governo, dedicado a debater o tema. O assunto antes era: em Bali vai haver ou não um início de negociações? Ninguém duvida agora que haverá um início de negociações. E digo mais: um início de negociações que vai chegar a termo. Há dez anos estávamos discutindo Kyoto. Hoje discutimos o que vamos fazer depois de Kyoto, depois de 2012. E não tenho dúvidas de que vamos chegar a um acordo. Há quatro meses países muito importantes diziam que não estavam dispostos a discutir [clima] nas Nações Unidas. E hoje, depois do que colocou o presidente Bush [anteontem], esse assunto está decidido.

FOLHA - Mas é estranho Bush dizer que apóia o processo na ONU e ter faltado à cúpula...

LAGOS - Mas foi ao jantar do secretário-geral (risos).

FOLHA - Há alguns meses Bush negava a ciência e dizia que compromissos voluntários e tecnologia eram a melhor maneira de resolver o problema. Hoje, diz crer na ciência, mas que compromissos voluntários e tecnologia ainda são a melhor maneira de atacar o problema. Houve alguma mudança significativa?

LAGOS - A mudança foi entender que esse assunto se debate na ONU. Agora, estamos em negociação. Você não mostra as cartas na primeira rodada.

Brasil assume a sua parcela - Eliane Oliveira – O Globo – O País – 26/09/2007

Até então, Lula atribuía responsabilidade por aquecimento global a países desenvolvidos

BRASÍLIA. Cansado de ser cobrado em todos os fóruns internacionais cujo ponto central é a mudança climática, o Brasil decidiu dar uma reviravolta em sua participação durante a reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU) e partiu para o ataque. A posição mais agressiva foi demonstrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que até então ocupava-se de atribuir a responsabilidade pelo aquecimento global aos países desenvolvidos.

Em todas as oportunidades que teve esta semana, Lula distribuiu um documento de 42 páginas com um balanço do que já foi feito por seu governo para contribuir com a redução das emissões de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera.

Com a divulgação do balanço, denominado “Contribuição do Brasil para evitar a mudança do clima”, o governo brasileiro prepara o terreno para lançar um plano estratégico com metas internas para os setores público e privado, nos dias 13 e 14 de dezembro, durante a Conferência de Bali, na Indonésia. O evento tem por objetivo traçar o mapa das negociações para um novo acordo global contra o aquecimento do planeta, que substitua o Protocolo de Kioto. O Brasil assumirá novos compromissos, que incluem desde o desmatamento até a inspeção veicular, para limitar a emissão de gases pelos automóveis.

Mas não serão metas numéricas, explicou ao GLOBO uma fonte do governo, para que não haja cobranças futuras.

Ao longo de sua estada em Nova York, Lula fez questão de mostrar que, embora não seja obrigado a cumprir metas quantitativas estabelecidas em tratados como o Protocolo de Kioto, os brasileiros estão fazendo sua parte e podem assumir compromissos mais ambiciosos, desde que decididos internamente e sem a interferência das nações industrializadas.

Países como os Estados Unidos — que não fazem parte do acordo multilateral — afirmam que só se engajarão nessa luta se as nações emergentes, entre elas o Brasil, fizerem o mesmo. — Nossa linha é de que as responsabilidades são comuns, porém diferenciadas — disse, por telefone, de Nova York, o chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Lyrio.

O documento, elaborado por cinco ministérios — Itamaraty, Meio Ambiente, Desenvolvimento, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia — foi exaustivamente distribuído. Em um jantar, na noite de segunda-feira, com um seleto grupo de chefes de estado, entre os quais o presidente americano George W. Bush, o francês Nicolas Sarkozy e a chanceler alemã Angela Merkel, Lula entregou um exemplar a cada um deles.

A divulgação continuou durante todo o dia de ontem às delegações estrangeiras e amanhã, em Washington, o texto voltará a ser apresentado, durante um encontro entre representantes dos 20 maiores países emissores de gases poluentes, entre os quais o Brasil.

“O Brasil não tem, de acordo com o regime da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (CQNUMC), obrigações quantificadas de limitação ou redução de emissões. Contudo, o país está atuando de forma decisiva e dando contribuições concretas para a luta contra a mudança do clima”, diz um trecho do documento.

Um dos pontos fracos do Brasil, quando o assunto é meio ambiente, é a Amazônia. Lula enfatizou que o desmatamento na floresta está cada vez menor, nas conversas que teve com outros chefes de Estado. Destacou ainda que o governo está dando incentivos para recuperar áreas já devastadas e vem melhorando a fiscalização, o licenciamento e o controle. — Nossa estratégia é fazer com que a comunidade internacional veja que somos mais vítimas do que vilões, por conta dos altos níveis de emissões dos países industrializados — disse uma importante fonte do Itamaraty.

Outro ponto que serve de propaganda ao Brasil e foi largamente explorado por Lula diz respeito à produção de combustíveis renováveis, como o etanol e o biodiesel. O documento apresentado pelo presidente informa que, em 2005, a participação das fontes renováveis de energia no Brasil era de 44,5% na matriz energética, enquanto nos países desenvolvidos o percentual era de apenas 6,1%. No mundo, o índice ficou em 13,1%. Além disso, desde a década de 70, as fontes primárias de energia das hidrelétricas e de produtos da cana-de-açúcar aumentaram em dez vezes.

— As fontes de energia renováveis não contribuem para as emissões de gases de efeito estufa — disse Fernando Lyrio.

Lula anuncia na ONU novo plano contra desmatamento – O Globo – Capa – 26/09/2007

Brasil muda de posição mas não vai se comprometer com metas O presidente Lula anunciou ontem, em discurso na abertura da assembléia geral da ONU, que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, com ênfase no combate ao desmatamento e na proteção da Amazônia. Lula ressaltou que justiça social é uma forma de lutar contra a degradação do planeta. Com o plano, o Brasil, sempre acusado de danos ambientais, sai da posição defensiva e assume compromissos para reduzir a emissão de poluentes mas sem fixar metas numéricas.

No plenário da ONU, a delegação brasileira distribuiu documento apenas listando medidas já tomadas pelo país contra a degradação do meio ambiente. Páginas 3 e 4

Lula anuncia plano ambiental – O Globo – O País – 26/09/2007

Presidente promete projeto contra desmatamento e defende justiça social e biocombustível

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu ontem a Assembléia Geral das Nações Unidas afirmando que desenvolvimento social e preservação do meio ambiente podem ser combinados para promover a redução das desigualdades, tanto no âmbito interno quanto internacional. Lula foi enfático na defesa da transformação da matriz energética mundial na direção dos biocombustíveis e no uso desta oportunidade para a redução do desequilíbrio econômico entre as nações.

Lula lançou duas propostas diante do plenário da ONU. A primeira foi o anúncio de que o Brasil terá um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, cujos pontos centrais serão a ampliação do combate ao desmatamento e a proteção da Amazônia. A outra proposta é internacional: a realização, em 2012, de uma nova Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, que Lula chamou de “Rio+20”: — O mundo não modificará sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre desenvolvimento e justiça social. A equidade social é a melhor arma contra a degradação do planeta — disse.

O presidente brasileiro afirmou que o ônus do combate ao aquecimento global não pode se dar sobre os países em desenvolvimento. Para Lula, os biocombustíveis democratizam a produção de energia e promovem o desenvolvimento. Ao defender o etanol, disse que o produto não contribui para aumentar a fome no mundo: — A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

Lula convocou a ONU a repensar as relações internacionais a partir do que chamou de “modelo de desenvolvimento global”: — Se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

Lula exigiu a ampliação do protocolo de Kioto, com maior contribuição dos países desenvolvidos na redução da emissão de gases poluentes, e disse que o Brasil está fazendo o dever de casa, tendo reduzido o desmatamento da Amazônia.

No novo programa para o meio ambiente, Lula vai anunciar medidas de aumento de fiscalização do desmatamento na Amazônia e pretende acelerar parcerias na América Central para a produção de etanol.

Isto já acontece na Jamaica, que se tornou o segundo maior produtor do biocombustível depois do Brasil, e vai acontecer no Haiti.

O ministro Celso Amorim afirmou: — O Brasil está fazendo o dever de casa. Vamos aumentar a fiscalização da Amazônia para reduzir o desmatamento e evitar que a produção de etanol ameace a de alimentos. Vamos apoiar a uma Organização para o Meio Ambiente.

“Mais perto que nunca de um acordo histórico”

Ao final da visita, Lula demonstrou otimismo com o que chamou de “flexibilidade” do presidente americano, George W. Bush, ao negociar a redução dos subsídios agrícolas americanos: — Estamos mais perto de uma negociação do que do que em qualquer outro momento histórico.

Estou convencido de que ainda neste ano poderemos fechar a Rodada de Doha com tranquilidade, para felicidade de todos nós.

Lula lembrou o discurso de Bush na ONU como o reconhecimento de que o mundo precisa de mudança.

Mas muito se comentou que a disposição de Bush pode esbarrar no Congresso, dominado pela oposição democrata. O jornal Financial Times” afirmou que o mundo teria que esperar as eleições americanas para aprovar avanços na Rodada de Doha. Lula reagiu: — O mundo não pode esperar o resultado das eleições americanas para agir em relação ao meio ambiente. O governo americano e o povo americano estenderam isto. Saio desta conferência otimista. Está na hora de os países pobres terem acesso aos mercados dos países ricos, para a felicidade de todos nós — disse Lula.

Lula disse que a negociação sobre a abertura dos mercados agrícolas dos EUA e da União Européia entra numa fase decisiva para os países que compõem o chamado G-20, liderados pelo Brasil, pela Índia, pela Rússia e pela China: — Os países mais pobres querem ter acesso ao mercado agrícola dos mais ricos. Os mais ricos querem abertura do mercado dos países mais pobres, e todos querem que o Brasil abra o seu mercado. O mundo está mais perto do que nunca de um acordo histórico.

Lula reuniu-se com o presidente da Indonésia, Susilo Yudhoyono, o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, e o presidente francês, Nicolas Sarkozy. Do francês, recebeu apoio à proposta de reforma do Conselho de Segurança da ONU, com assento para o Brasil.

Lavoura arcaica – Miriam Leitao – O Globo – Economia – 26/09/2007

O presidente Lula não exagerou quando usou palavras fortes na ONU para criticar a lógica “anacrônica, predatória e insensata” que leva o mundo ao risco “gravíssimo” de uma “catástrofe ambiental e humana sem precedentes”. Enquanto isso, no Brasil a Amazônia arde em chamas e fiscais do trabalho são constrangidos quando tentam proteger trabalhadores de uma produtora de álcool do Pará.

Lula centrou seu discurso no risco de mudança climática, mas defendeu uma posição diplomática envelhecida, a de não aceitar metas de redução de emissão, o que, no nosso caso, é o mesmo que não querer limitar a destruição da Amazônia. Lula garantiu no discurso que o álcool é produzido com “garantias ambientais e sociais”, mas os fiscais do grupo móvel do trabalho escravo enfrentam interferência política numa fiscalização da Pagrisa, produtora de álcool da Amazônia.

O erro da posição diplomática do Brasil é achar que a mudança climática é uma questão do conflito Norte/Sul, que opõe países ricos a países pobres, ou, como Lula disse ontem, “privilegiados e despossuídos”.

Essa é uma questão planetária, e há vilões dos dois lados. Para o Brasil, toda a culpa caberia a quem emitiu primeiro os gases que produzem agora o aquecimento global, ou seja, os países industrializados.

Isso nos coloca ao lado dos países de industrialização tardia. O problema aí é que a China este ano deve passar a ser o maior emissor do mundo, a Índia não fica muito atrás, e o Brasil é um dos seis maiores emissores do planeta. Ou seja, por essa fórmula que o Brasil apóia, estão fora das metas compulsórias três dos seis maiores poluidores do mundo.

Essa posição parecia perfeita em 1992, quando o Brasil desenhou o discurso diplomático sobre esse tema. Hoje, 15 anos depois, com todos os novos avanços da questão climática, o discurso brasileiro esclerosou.

Não há dúvida de que os países ricos têm de pagar o maior preço, mas nada nos isenta, e muito menos à China.

Ontem, o presidente Lula falou que é essencial que se cumpram os compromissos de Kioto. E a discussão quente agora já é sobre as bases do pós-Kioto.

O Brasil chega a Nova York com números vistosos de queda de desmatamento e uma realidade faiscante: a dos incêndios, mais de 16 mil focos de incêndio este ano, segundo relato do repórter Rodrigo Taves na edição de domingo do GLOBO. Os focos de incêndio aumentaram 30% em Mato Grosso, e um entrevistado diz, sem cerimônia, que estão mesmo desmatando muito mais este ano. O governo garante que a queda do desmatamento continuará. Tomara. Mas nem isso é bom o suficiente.

O número atual é 14 mil quilômetros quadrados de mata destruída por ano.

Um Portugal e uma Espanha juntos de 2000 a 2005.

Isso não é lá coisa que se comemore .

Os mais bem-intencionados dentro do governo dizem que o Brasil está mudando e que está estabelecendo um novo “paradigma” para o assunto: que o Brasil seja remunerado pela redução da destruição da Amazônia, mas o país não se compromete com meta alguma. O que é inviável. Lula apresentou o álcool brasileiro como uma solução que, nos últimos 30 anos, evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂. Para ter credibilidade, o Brasil precisa ser mais vigilante na forma como o álcool tem sido produzido no Brasil. Segundo Lula, “no Brasil daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais”.

Para isso, será preciso mais esforço em conter a expulsão da fronteira agrícola para dentro da Amazônia e melhorar as “garantias sociais”. Fiscais do trabalho reclamam de interferência direta de políticos em seu trabalho. Senadores foram na semana passada à Fazenda Pagrisa, que produz álcool no Pará — onde haviam sido flagrados trabalhadores em condições degradantes —, para protestar, não contra a empresa, mas contra os fiscais.

Segundo a senadora Katia Abreu, houve “exagero” dos fiscais. Faltou esclarecer em que ponto houve exagero: foi na água imprópria para o uso, a superlotação dos alojamentos ou o mistério dos contracheques zerados? Pior, no caso da Pagrisa, é que a intervenção de políticos como o senador Flexa Ribeiro começou ainda durante a ação fiscal. Os políticos interferiram diretamente durante a fiscalização, inclusive tentando demover os trabalhadores de saírem da empresa.

Os trabalhadores contaram aos fiscais que tinham sido levados para o Pará, de outros estados, com a promessa de um salário mínimo mais produtividade.

Promessa que, segundo o flagrante, não foi cumprida.

Trabalhavam 12 horas por dia, e a fiscalização encontrou folhas salariais com registros irrisórios, como R\$ 10, R\$ 30 ou até zero, fruto dos descontos com gastos como remédios vendidos pelo dobro do preço, ou outros descontos não esclarecidos. A empresa alega que era antecipação de salário, mas não mostrou os vales.

Agora, políticos de diversos partidos, a federação das indústrias do Pará e até a OAB local defendem a empresa, e não os trabalhadores.

Os fiscais pressionados querem saber da Advocacia Geral da União o que exatamente devem fazer nesses casos. A OIT soltou nota ontem dizendo que o trabalho do grupo móvel tem sido fundamental para reduzir essa chaga no Brasil.

A mudança climática, ao entrar na agenda do Brasil, abre uma enorme possibilidade.

Temos uma razão a mais de lutar contra o desmatamento da Amazônia e abolir condições de trabalho indignas no campo. Pode-se dizer, dos dois problemas, as mesmas palavras de Lula na ONU: é anacrônico, predatório e insensato.

Privatização da Amazônia é lamentável, afirma geógrafo – Juliano Domingues – Sítio Eletrônico do MST – 26/09/2007

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, destacou nesta segunda-feira (24) numa conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, a privatização de áreas da floresta amazônica. A primeira área a ser licitada fica na região do Jamari (RO). A unidade possui 220 mil hectares, dos quais 90 mil hectares serão privatizados.

A Ministra alega que a privatização terá como alvo a exploração sustentável da floresta por meio de empresas nacionais e ressaltou que a medida ajuda no combate à grilagem de terras na região.

O geógrafo Aziz Ab’Saber criticou a medida.

“É lamentável que no momento em que o país inteiro faz um movimento para quebrar a questão da eleição da companhia Vale do Rio Doce que redundou numa privatização absurda, alguém lá do Ministério do Meio Ambiente, assessorado por idiotas, resolve fazer uma primeira concessão de áreas florestais para [uso de] particulares”.

Para ele, a exemplo do que aconteceu com a Vale do Rio Doce, a privatização trará renda apenas para os intermediadores do comércio dos produtos da floresta com o mercado nacional e estrangeiro.

Aziz afirmou que o argumento de evitar grilagens é precário e que o Ministério do Meio Ambiente não terá controle sobre a extração de produtos, porque nunca desenvolveu nenhum projeto de exploração sustentável na região.

“Dizer que ao invés de possibilitar grilagens na floresta, é melhor fazer uma privatização parcial, significa dizer que o ministério não tem condições de fazer uma fiscalização de áreas florestais mais contínuas. Eles dizem sempre que vão conceder desde que haja uma ocupação auto-sustentada, só que nem eles sabem como fazer uma ocupação auto-sustentada piloto na Amazônia”.

Lula rejeita metas de emissão de gases para países pobres - Ricardo Balthazar – Valor Econômico – Brasil - 26/09/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reconheceu ontem que países emergentes como o Brasil precisam ajudar a atenuar o impacto das mudanças climáticas no planeta, mas reafirmou sua posição contrária ao estabelecimento de metas rígidas para controlar a emissão de gases nocivos à atmosfera em economias menos desenvolvidas, como as nações mais avançadas querem.

Em seu discurso na abertura dos debates da 62ª Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Lula disse que as políticas adotadas pelos países em desenvolvimento para combater o problema devem implicar apenas "responsabilidades dos governos diante de suas próprias populações". Ele criticou os países ricos por não terem cumprido os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto, o tratado internacional que fixou metas para reduzir a emissão dos gases responsáveis pelas mudanças no clima. "Cada um de nós deve assumir sua parte nesta tarefa, mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra", disse. "Os países mais industrializados devem dar o exemplo."

Os EUA abandonaram Kyoto e vários membros da União Européia têm dificuldades para cumprir as metas estabelecidas no tratado, mas seus líderes têm pressionado os países em desenvolvimento a aceitar compromissos mais exigentes nas negociações sobre um novo tratado para lidar com o problema depois de 2012, quando expira o Protocolo de Kyoto.

O alvo principal das pressões dos países ricos é a China, que tem crescido aceleradamente e está prestes a superar os EUA como o maior poluidor do planeta. Países como o Brasil, cujas emissões são bem menores, temem que metas rigorosas travem seu desenvolvimento ao impor custos para suas empresa e torná-las menos competitivas. Representantes de 15 países, incluindo EUA, Brasil e China, se reunirão amanhã e sexta-feira em Washington para discutir essas questões, numa reunião promovida por iniciativa do governo americano para influenciar o rumo das discussões sobre o novo tratado. Ontem, Lula ofereceu o Rio de Janeiro como sede de uma conferência internacional da ONU sobre o tema em 2012.

No discurso, o presidente disse que o Brasil está fazendo sua parte, mencionando a redução no ritmo da destruição da Floresta Amazônica e o avanço no uso de combustíveis de origem renovável como o etanol. "O mundo precisa urgentemente de uma nova matriz energética", afirmou. "Os biocombustíveis são vitais para construí-la."

O presidente disse que o uso do álcool como combustível no Brasil permitiu que o país evitasse nas últimas três décadas a emissão de 644 milhões de toneladas de gás carbônico, o mais nocivo dos gases responsáveis pelo efeito estufa. Segundo estimativas recentes da ONU, o Brasil emite por ano 332 milhões de toneladas de carbono na atmosfera, 1% das emissões mundiais.

Lula, que tem viajado ao redor do globo para promover o etanol, procurou desfazer a preocupação crescente da comunidade internacional com o impacto que o aumento da produção de biocombustíveis pode ter sobre os preços dos alimentos e áreas em que o meio ambiente é frágil, como a Floresta Amazônica.

"É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos", disse o presidente. "No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais." Ele disse que no futuro os combustíveis alternativos produzidos no Brasil serão vendidos no mercado internacional com um "selo que garanta suas qualidades sócio-laborais e ambientais".

Crédito de carbono atrai cooperativas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 26/09/2007

Em busca de novos negócios e de soluções para problemas ambientais comuns à atividade rural, as cooperativas começam a buscar alternativas de captação de recursos no mercado de crédito de carbono, em vigor desde a criação do Protocolo de Kyoto, em 1997.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) inicia amanhã um seminário com especialistas da área para ampliar o volume de projetos registrados no Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo das Nações Unidas (ONU). Hoje, apenas um projeto de cooperativa pode comercializar os créditos de carbono, mas a OCB estabeleceu a meta de 15 projetos registrados até o fim de 2008 nas áreas de energia renovável, reflorestamento e tratamento de resíduos.

A demanda por informações tem crescido à medida em que se disseminam exemplos de sucesso ligados a esse novo mercado. O principal deles é a experiência da Cooperativa de Eletrificação Rural (Eletrorural), de Castro (PR). Dona da Pesqueiro Energia S.A em sociedade com a Ceral, de Arapoti (PR), e a Ceripa, de Itaí (SP), a cooperativa faturou R\$ 6 milhões com a recente venda de 134 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) evitadas com a geração de energia de uma pequena central hidrelétrica (PCH), situada em Jaguariaíva (PR). Única a ter registro oficial na ONU, a Eletrorural optou por vender os crédito acumulados entre o início de 2003 e 2006 a uma empresa de energia do Japão.

"Era um conceito de que todo mundo falava, mas ninguém tinha visto", diz o coordenador-geral da Pesqueiro, Rosmir Cesar de Oliveira. "Começou como estratégia de sobrevivência e passou a equilibrar nossas contas". De 2006 para cá, contabiliza quase 80 mil toneladas disponíveis para nova operação. Geradora de de 80 mil megawatts por ano, a PCH foi inaugurada em 2003 e evita a emissão anual de 40 mil toneladas de CO₂.

De olho no sucesso da Eletrorural, a Cooperativa Agroindustrial Copagrill, de Marechal Cândido Rondon (PR), está em processo de consultoria para desenvolver um projeto-piloto para transformar os dejetos de 12 mil suínos em gás por meio de biodigestores. O diretor da Eco Business, Jürgen Leeuwestein, estima que o projeto da Copagrill pode evitar a emissão de 70 mil toneladas de CO₂ em dez anos. "As cooperativas

podem mostrar aos produtores um caminho para mitigar impactos ambientais e gerar lucros adicionais", afirma ele.

O Brasil tem 106 projetos registrados e 21 em andamento na ONU. Pelas contas do organismo, o país ajudou a evitar o despejo de 140,7 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. O avanço do processo enfrenta problemas no Brasil. Faltam soluções para os altos custos, as dificuldades na tramitação burocrática, a baixa capacitação e proliferação de consultorias. Por isso, a OCB quer mostrar como elaborar projetos de MDL, seus aspectos financeiros e riscos dos projetos. A Eletrorural investiu dois anos e R\$ 150 mil em consultoria, certificação, validação e registro na ONU. "Mas valeu a pena", diz Rosmir Oliveira. Cada megawatt equivale a 525 toneladas de CO₂ e cada nova validação custa US\$ 10 mil. "Os grandes estão atendidos. Falta agora foco em médios e pequenos", prega Leeuwestein.

Governo dos EUA tenta ditar os rumos da discussão - Maurício Thuswohl - Carta Maior – 27/09/2007

Mesmo sem assumir nenhum compromisso multilateral de combate ao aquecimento global, Bush convoca encontro de cúpula com 16 países. No começo da semana, presidente dos EUA ignorou reunião sobre o mesmo tema convocada pelo secretário-geral da ONU.

RIO DE JANEIRO – Com o pomposo nome de Reunião das Maiores Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática, começa nesta quinta-feira (27) em Washington o encontro entre governantes dos 16 países convocados pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, para discutir questões ligadas ao aquecimento global. O encontro de cúpula, que vai durar dois dias, encerrará uma semana em que a questão ambiental dominou a pauta de discussões multilaterais. Aberta em Nova York, na terça-feira (25), a Assembléia Geral das Nações Unidas dedicou seu primeiro dia quase que exclusivamente às mudanças climáticas. Na véspera, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, reuniu representantes de 150 países para discutir o aquecimento global.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma intervenção marcante, com forte viés ambiental, na abertura da Assembléia Geral da ONU, onde o país tradicionalmente faz o discurso de abertura. Apesar de reiterar a posição do governo brasileiro, que não aceita assumir metas obrigatórias de redução das emissões de gases provocadores do efeito estufa, Lula procurou mostrar que o país está fazendo sua parte e citou diversas vezes a redução do desmatamento da Amazônia registrada nos últimos anos. Lula também apresentou ao mundo o Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas que será lançado em seu governo e anunciou a disposição do Brasil de sediar, em 2012, a cúpula da ONU sobre Meio Ambiente Rio+20.

A posição a ser adotada por uma outra liderança que recentemente também passou a atuar de maneira incisiva nas questões ambientais, a primeira-ministra alemã Angela Merkel, é aguardada com expectativa em Washington. A Alemanha deve ser a principal porta-voz da insatisfação dos países da União Européia com a postura dos EUA frente às discussões sobre o aquecimento global, que permanece sendo a de não assumir nenhum

compromisso com o Protocolo de Quioto ou qualquer outro acordo ambiental multilateral: “Pretendo manifestar a meus colegas a crescente impaciência com que os povos e os governos da União Européia estão encarando esse problema [do aquecimento global]”, disse Merkel, sem citar Bush diretamente.

O que quer exatamente o governo dos EUA com o encontro de cúpula que convocou ainda não está bem claro. O desprezo de Bush pela reunião convocada no início da semana pelo secretário-geral da ONU, na qual sequer compareceu, indica que o país não deve anunciar nenhuma mudança de rumo significativa. Descartada essa hipótese, resta a provável tentativa de enquadramento político dos outros países em direção a dois objetivos: a) garantir o fornecimento de energia que permita a manutenção dos modos de consumo e produção norte-americanos, como sugere o “segurança energética” no título do encontro; b) assegurar que os países em desenvolvimento também assumam metas quantificáveis e obrigatórias de redução das emissões de gases, o que permitiria aos EUA se manter ele mesmo longe dos compromissos.

Esses objetivos puderam ser pressentidos em alguns gestos de Bush ao longo da semana. O presidente norte-americano não economizou elogios aos líderes dos países que podem num futuro próximo se tornar grandes parceiros dos EUA na questão energética. Entre os chefes de Estado, o mais paparicado foi Lula, que chegou a ser qualificado por um entusiasmado Bush como “um evangelizador na questão do etanol”. Outro gesto sintomático é a pressão exercida sobre China e Índia para que assumam metas significativas de redução para suas emissões. Representante dos EUA junto à União Européia, o diplomata Boyden Gray sugeriu em Washington que Bush está estudando a possibilidade de retaliar os dois países se as emissões de ambos continuarem aumentando: “Não poderemos fazer nada sem a ajuda dessas duas nações. Se houver um impasse, o governo não descarta a possibilidade de retaliações econômicas e comerciais”, disse.

Bolo em Ban Ki-moon - Com a participação de 150 países, o encontro para discutir as mudanças climáticas convocado para segunda-feira (24) pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, teria sido um sucesso, mas a ausência do anfitrião George W. Bush acabou deixando um travo amargo nos participantes. Apesar de ter enviado em seu lugar a poderosa secretária de Estado Condoleezza Rice, o presidente dos Estados Unidos, na prática, boicotou o encontro convocado pelo sul-coreano, que tinha o objetivo de amarrar as discussões multilaterais com vistas à 13ª Conferência das Partes (COP-13) da Convenção sobre Mudanças Climáticas da ONU, que acontecerá em dezembro na ilha de Bali, na Indonésia, e começará a definir a agenda a ser adotada pelos países a partir de 2012, quando terminará a primeira fase do Protocolo de Quioto.

Durante o encontro de Nova York, Ban Ki-moon não escondeu sua desaprovação à ausência de Bush e ao descaso demonstrado pelos EUA com a agenda multilateral: “A única coisa que não temos é tempo a perder. Não fazer nada agora significa provocar mais tarde um custo muito maior para todos nós. O tempo das dúvidas já passou e já temos acumulado conhecimento científico suficiente para agir imediatamente”, disse. O secretário-geral da ONU também alfinetou o encontro promovido por Bush em Washington: “Penso que o fórum apropriado para esta discussão é a ONU”.

Paraíso terrestre – Carlos Heitor Cony – Folha de São Paulo – 27/09/2007

RIO DE JANEIRO - Albert Camus descobriu que o homem é um exilado do reino. Conserva a nostalgia de um paraíso perdido, que ele sabe impossível de recuperar. Sísifo e Prometeu, o destino do homem é ser devorado por seus problemas, mas sem direito ao desespero. Desespero que de nada lhe adiantará.

Pulando de Camus para a ONU, onde até Lula tem direito a discurso, parece que a humanidade pretende encarar o problema ambiental em nível de Estado, embora a nação mais industrializada do mundo se recuse a participar do mutirão ecológico. Na impossibilidade de nos salvar, a ONU deseja salvar o planeta para as novas gerações de humanos.

Fiel ao pessimismo que cultivo desde que descobri a necessidade de chorar para mamar, considero improvável uma solução que mantenha o ritmo tecnológico da civilização e, ao mesmo tempo, nos devolva o mesmo ar puro que Adão e Eva respiravam no Paraíso Terrestre. Ou uma coisa ou outra.

Retiremos os automóveis que poluem as cidades, os aviões que poluem os ares e os navios que poluem os mares. Enxugemos os grandes lagos que movimentam as hidrelétricas, fazendo ressurgir as matas e a fauna destruídas, flores brotarão e animais extintos voltarão à vida.

Sem eletricidade, sem plásticos, sem fábricas despejando detritos industriais nos rios, sem fumantes e sem predadores de florestas, o planeta vencerá a ameaça do aquecimento global, as geleiras continuarão geladas, sem derreter, e os oceanos permanecerão no mesmo nível dos primeiros dias da Criação.

Não mais sofreremos a nostalgia do paraíso perdido. Mas sempre haverá um espírito de porco que terá saudade do tempo em que ia à padaria e trazia o pão dentro de uma sacola de plástico que leva 500 anos para se degradar.

Plano ambiental prevê ações do setor privado – O Globo – Capa – 28/09/2007

O plano nacional de meio ambiente que o Brasil apresentará até o fim do ano prevê ações contra o aquecimento global a serem adotadas pelo governo federal, pelos estados e pelo setor privado. Página 12

Plano ambiental prevê parceria com setor privado - Eliane Oliveira – O Globo – O País
– 27/09/2007

Entre os destaques do projeto anunciado por Lula na ONU está ainda adoção de medidas para diminuir desmatamento

BRASÍLIA. Em fase de gestação dentro do governo, o Plano de Ação Nacional de Enfrentamentos das Mudanças Climáticas, anunciado terça-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York, durante a Assembléia Geral da ONU, terá como destaque a adoção de medidas concretas para reduzir o desmatamento e as queimadas. É justamente nesse ponto que o Brasil mais recebe ataques da comunidade internacional. A idéia é anunciar metas internas nessa área, numa tentativa de mostrar que o país faz o dever de casa.

Segundo o físico Luiz Pinguelli Rosa, diretor-geral da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ e secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, o fórum apresentou proposta para o plano de ação do governo, que já está nas mãos de Lula.

O material prevê uma série de procedimentos a serem adotados por governo federal, estados e o setor privado, e serve de subsídio para a elaboração do plano de ação. Entre outras medidas, destacam-se a vinculação obrigatória da aferição dos níveis de emissões veiculares ao licenciamento anual dos automóveis — prevista no Código de Trânsito Brasileiro, mas realizada apenas no Rio — e o fomento à expansão do transporte coletivo (à exceção do rodoviário).

O documento será apresentado em dezembro aos representantes dos países que participarão da Conferência de Bali, na Indonésia.

A reunião dará início a um amplo processo de negociação para um novo acordo global que deverá substituir o Protocolo de Kyoto — que fixou metas de redução das emissões de gases que provocam efeito estufa para nações industrializadas, à exceção dos Estados Unidos, que não ratificaram o tratado.

— O ponto fraco do Brasil é o desmatamento. Por isso, o país precisa fixar metas imediatas de redução, de preferência até o fim do ano — disse Pinguelli Rosa.

Desmatamento cai na Amazônia, mas sobe em MT

A questão do desmatamento e das queimadas é delicada e difícil de resolver, avaliam autoridades ambientais brasileiras. Se por um lado o desflorestamento vem caindo na Amazônia, em Mato Grosso houve um aumento de 200% em 2007 em relação ao ano passado. Especialistas afirmam que a principal causa é o cultivo desenfreado da soja.

Para Juliana Ramalho, professora de Climatologia da Universidade de Brasília (UnB), apesar do sucesso internacional do Brasil na produção de combustíveis renováveis, como o etanol, é preciso ter cuidado com a ocupação desordenada das terras no cultivo da cana-de-açúcar.

— O cultivo do etanol não é totalmente limpo, devido à grande quantidade de queimadas para a colheita.

Além disso, é preciso levar em conta outras culturas importantes para o país — disse

Previsão é de variação de temperatura de até 5,8 graus

Além da publicidade internacional que Lula quer dar aos movimentos do país para enfrentar o aquecimento global e evitar a expansão das emissões de gases de efeito estufa, existe uma realidade da qual não se pode fugir: estudos científicos mais recentes alertam

para um século XXI de inúmeras transformações — enchentes, secas, furacões, derretimento de geleiras, epidemias, destruição de lavouras.

Os últimos relatórios mostram que, até o ano de 2100, mesmo que fosse possível eliminar totalmente daqui para frente a emissão de gases que intensificam o efeito estufa, só o que já está acumulado poderá trazer uma variação entre 1,4 e 5,8 graus na temperatura da Terra.

Os desastres viriam em efeito dominó: milhões de pessoas expulsas de seus lugares de origem e uma crise sem precedentes na economia mundial.

Especialistas cobram proteção da Amazônia - Francisco Leali – O Globo – O País – 27/09/2007

Um dia depois de anúncio do presidente Lula, pesquisadores pedem medidas mais radicais

NOVA YORK. Um dia depois de o presidente Lula prometer, na Assembléia Geral da ONU, ampliar as ações de combate ao desmatamento, ambientalistas, políticos americanos e pesquisadores reunidos num fórum global organizado em Nova York pelo ex-presidente americano Bill Clinton deixaram claro que esperam medidas mais radicais para proteger a Região Amazônica. O anúncio de uma política de “corte zero”, por exemplo, levou o presidente do Equador, Rafael Correa, a ser aplaudido de pé num dos painéis do Clinton Global Initiative. Ele assumiu o compromisso de deixar de explorar petróleo em área de floresta e manter de pé as árvores em troca de ajuda financeira internacional.

Recursos não podem ficar só com governos, diz pesquisador - O financiamento de fundos estrangeiros para que países mantenham a Floresta Amazônica preservada também foi assunto em artigo publicado ontem no jornal americano “Herald Tribune”. O pesquisador e biólogo Tom Lovejoy, que há 30 anos realiza estudos no Brasil e é um dos principais conselheiros do democrata Al Gore, defendeu uma atitude mais agressiva com o argumento de que a proteção da floresta é fundamental para ajudar a evitar o aquecimento global. — Mas o dinheiro dos fundos não pode ficar só com os governos, só em Brasília. Tem que ir para as populações da região, estimulando-as a preservar a floresta onde vivem — disse Lovejoy ao GLOBO, pouco antes de participar da reunião sobre Floresta Tropical no fórum organizado por Bill Clinton. O pesquisador ainda alertou para os riscos de o projeto do presidente Lula de estimular a produção de biodiesel vir a afetar a Floresta Amazônica.

Cauteloso, Lovejoy disse que é possível aumentar a produção de biodiesel utilizando apenas áreas já degradadas.

Mas ressaltou que, caso a produção de grãos destinados ao biodiesel provoque uma expansão da fronteira agrícola no Norte do país, os pecuaristas que já estão por lá podem ser obrigados a mudar seus pastos, provocando novos desmatamentos: — Tudo depende dos detalhes e de como será feito.

Pesquisador alerta para necessidade de vigilância - riscos para a região a partir do novo projeto do governo Lula de “privatizar” áreas de florestas nacionais, Lovejoy foi direto: é preciso manter a vigilância.

— Vai depender da eficiência da fiscalização.

O governo brasileiro já anunciou que lançará edital para exploração sustentada de florestas nacionais por empresas privadas. Os cortes são seletivos e previstos em contrato.

Lucros com o aquecimento – O Globo – Ciência – 27/09/2007

Bancos americanos pressionam governo para regular mercado de emissões de CO2. Um grupo representante dos maiores bancos do mundo pretende pressionar os Estados Unidos e outras nações industrializadas para que criem, o mais depressa possível, um mercado para as concessões de créditos para emissões de carbono. De acordo com especialistas, esse sistema de concessões oferecerá aos bancos um novo, e potencialmente vasto, mercado de negócios. Para que ele cresça, porém, é necessário que as principais economias do planeta . em particular, os EUA . estabeleçam limites para os volumes de gases do efeito estufa que lançam na atmosfera e permitam que empresas comprem permissões de emissão desses gases.

Nos casos em que os políticos optem por adotar restrições, utilizaríamos o sistema de captação e armazenamento, ou seja, limitar e negociar . disse Imtiaz Ahma, diretor de comércio de emissões do banco Morgan Stanley.

Wall Street quer sistema inspirado em Kioto

Os bancos, que incluem Citigroup, Lehman Brothers Holdings e Morgan Stanley, têm dado sinais de que Wall Street quer que o governo americano abra caminho para que se crie um sistema de redução de emissões por meio da negociação de créditos de carbono, nos moldes do proposto no Acordo de Kioto que os EUA se recusaram a ratificar . e não criando impostos sobre o CO2.

Um mercado nesses moldes já funciona na União Européia, com os governos limitando as emissões lançadas pelas indústrias e exigindo que os excedentes sejam negociados. E ontem a Bolsa de Mercadorias e Futuros, em São Paulo, teve o primeiro leilão de créditos de carbono do mundo. Mas a iniciativa ainda precisa de ajustes, dizem os representantes dos bancos, que querem que o sistema europeu . e o novo que, esperam, seja criado, com a ajuda dos EUA . estabeleça um limite máximo para o valor dos créditos de carbono.

O objetivo é evitar distorções que impeçam o investimento tecnológico em fontes alternativas de energia, como a eólica e solar.

Negociadores de créditos de carbono dizem que o setor pode se tornar uma das maiores commodities do mundo se os países industrializados participarem das discussões em torno do sucessor do Acordo de Kioto, que vão acontecer em Bali, na Indonésia, em dezembro.

Clima pauta economia e indústrias

A questão das mudanças climáticas vem pautando as mais recentes discussões econômicas. As empresas agora se preocupam com o quanto emitem de carbono. Ambientalistas estão pressionando as indústrias a divulgarem mais informações sobre suas emissões de gases para que investidores tenham mais dados na hora de escolher onde colocar seu dinheiro. E um excesso de emissões pode afastar investidores temerosos de ações ou retaliações.

Começa reunião americana sobre clima - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 27/09/2007

Bush convoca encontro paralelo ao da ONU para tratar de aquecimento global

WASHINGTON. John Ashton, representante especial para mudanças climáticas do governo do Reino Unido, resumiu com precisão a expectativa generalizada para a Reunião das Maiores Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática, que se realizará hoje e amanhã na capital americana. Ele enfatizou, em sua síntese, o ceticismo da maioria dos 16 países participantes: — A pergunta na cabeça de todo mundo que vai a essa reunião é: “Será que ela é realmente séria? Será apenas um falatório sobre a necessidade de se conversar a respeito, ou será decidido, de fato, o que fazer?” A reunião, convocada por George W. Bush, ocorre poucos dias depois de um encontro na ONU sobre o tema, ao qual o presidente americano não compareceu, provocando uma torrente de críticas.

A suspeita de que esse encontro — já anunciado como o primeiro de uma série — não passará de pura oratória inútil vem do fato de o próprio presidente Bush já ter deixado claro que os Estados Unidos, na verdade, não pretendem aderir a um esquema global que encare seriamente as mudanças climáticas provocadas pela emissão de gases poluentes.

Como todos os demais países participantes — os mais ricos e os emergentes mais produtivos, entre eles o Brasil

—, os EUA acreditam que o problema tem de ser enfrentado conjuntamente por todos eles. No entanto, a metodologia preferida por Bush é discordante da dos demais: — O presidente acha que esse problema deve ser enfrentado por meio de uma consistente contribuição feita de acordo com as circunstâncias nacionais. Em outras palavras: vale o princípio das responsabilidades comuns e diferenciadas — disse Dan Price, viceconselheiro de segurança nacional para assuntos econômicos internacionais.

Arnold Schwarzenegger ironiza Bush Ou seja: o enfoque de Bush é na base do cada um por si. Cada país estabelece as suas próprias metas de cortes de emissão. O que dá margem para que os EUA, por exemplo, possam estabelecer um índice menor do que os demais ou um prazo maior para tomar providências a respeito, embora os efeitos do aquecimento global provocado pelos poluentes atinjam a todos.

O argumento oficial americano para defender essa tese seria, aparentemente, uma preocupação com o peso que os custos do combate à poluição teria para os países em desenvolvimento.

Há, no entanto, uma preocupação comercial por trás disso: — Nem todos os países têm condições financeiras para investir grandes volumes de dinheiro para desenvolver ou adquirir tecnologias que permitam cortar ou reduzir a emissão de gases poluentes. Mas cada país pode eliminar tarifas e outras barreiras ao comércio em mercadorias e serviços de energia limpa — disse ele, manifestando um maior interesse dos EUA em vender tecnologia do setor a outros países do que em aceitar a adoção de um limite de poluição igual para todos, inclusive os EUA.

O governador da Califórnia, Arnold Schwarzenegger, que criou a sua própria política de redução de gases do efeito estufa, usou um tom irônico para comentar a proposta de Bush de que o controle das emissões seja voluntário, com cada país estabelecendo suas próprias metas: — Para mim, a palavra voluntário significa aquilo que você pode fazer sem ter que levantar peso — disse ele, evocando de forma bem humorada o seu passado de halterofilista.

Ao chegar a Washington para a reunião, a ministra do Meio Ambiente da Dinamarca, Connie Hedegaard, disse que os países europeus estão ficando “um pouco

impacientes em nome do planeta”. Ela disse que é essencial o apoio dos EUA para um acordo global de limitação de emissão de gases poluentes, e não de medidas voluntárias: — Acontece que a China, a Índia e outros países que estão se industrializando não farão nada a menos que os Estados Unidos façam algo.

Bush, agora, promete liderança no clima – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2007

Secretária de Estado diz em encontro em Washington que EUA apóiam negociação do pós-Kyoto na ONU, mas não convence - Condoleezza Rice afirma que sacrificar o planeta é "inaceitável", mas insiste em metas nacionais voluntárias de redução de gases-estufa

Na declaração mais forte já dada pelo governo Bush sobre o aquecimento global, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, disse que seu país está preparado para expandir sua liderança na questão, e que sacrificar a saúde do planeta para prosseguir na trilha atual de crescimento baseado em combustíveis fósseis é "uma escolha inaceitável". "É preciso cortar o nó górdio dos combustíveis fósseis, das emissões de carbono e da atividade econômica. O sistema atual não é mais sustentável."

O discurso de Rice foi proferido na manhã de ontem, na abertura da reunião convocada pela Casa Branca entre os 16 maiores países poluidores (inclusive o Brasil). Ele contrasta com as palavras de Bush em 2001, ao rejeitar o Protocolo de Kyoto alegando que não ratificaria um tratado que prejudicasse "a economia e os empregos dos americanos". A chefe da diplomacia americana insistiu que o governo Bush quer que a conferência da Convenção do Clima das Nações Unidas que acontece em dezembro na Indonésia para tentar negociar um substituto de Kyoto tenha sucesso.

Mas não convenceu alguns dos participantes da reunião de Washington. Os críticos temem que o encontro seja uma tentativa de ganhar apoio para a tese de Washington de que o futuro acordo de combate ao aquecimento da Terra seja baseado em medidas voluntárias, em vez das metas obrigatórias impostas por Kyoto.

"Nós apreciamos os sentimentos expressos pela secretária Rice, mas o diabo sempre está nos detalhes", disse o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Marthinus van Shalkwyk. "Há ainda uma diferença crucial entre a abordagem dos EUA e a abordagem do resto do mundo."

A proposta americana é de estabelecer "metas nacionais de meio-termo e programas para alcançar o objetivo comum mais amplo" de reduzir emissões de gases-estufa. Segundo a secretária, "cada país tomará as próprias decisões, refletindo as próprias necessidades". Traduzido da linguagem diplomática, o palavreado significa que as reduções devem ser "à la carte". Sob esse aspecto, apesar da retórica, não há nenhuma mudança na posição histórica dos EUA: como signatário da Convenção do Clima, o país nunca deixou de reconhecer que é necessário reduzir emissões. O problema sempre foi como fazê-lo. Os

EUA defendem investimento em novas tecnologias -uma vantagem comparativa do país-, enquanto Kyoto propõe usar tecnologias limpas já existentes.

Além disso, os EUA não colocaram na mesa uma proposta para definir o tal o objetivo de reduções de longo prazo. "É difícil organizar uma reunião para pedir aos outros que façam uma proposta e não fazer uma você mesmo", alfinetou o secretário-executivo da Convenção do Clima, Yvo de Boer. Com agências internacionais e "Financial Times"

Nobel critica biocombustível em novo estudo – Folha de São Paulo – Ciência – 28/09/2007

DA REUTERS - Alguns tipos de biocombustível podem ter impacto pior que o do petróleo sobre o aquecimento global, afirma o alemão Paul Crutzen, vencedor do Prêmio Nobel de Química de 1995.

Segundo o pesquisador, há contas mostrando, por exemplo, que um combustível derivado de colza cultivada na Europa produz 70% mais gases causadores do efeito estufa do que o óleo diesel convencional. Já o álcool de milho nos EUA pode ser 90% pior que a gasolina.

Em estudo publicado na revista "Atmospheric Chemistry and Physics Discussions", Crutzen sugere que a produção de biocombustível use plantas que não dependam de muitos insumos e muita energia na colheita. A maior vantagem dos biocombustíveis sobre os combustíveis fósseis como petróleo e carvão é que as plantações necessárias à sua produção absorvem ao crescer dióxido de carbono, o gás-estufa mais abundante no planeta.

Segundo Crutzen, porém, algumas culturas necessitam de muito adubo, e o uso desse insumo pode causar a emissão de gases-estufa que neutralizam -ou superam- o volume de CO₂ absorvido. A maioria dos fertilizantes usados hoje liberam óxido nitroso (N₂O), muito mais nocivo ao clima que o dióxido de carbono.

O trabalho de Crutzen foi baseado em descobertas recentes de que o uso de adubo em plantações pode causar uma liberação de óxido nitroso de três a cinco vezes mais do que se imaginava. Com base em outras pesquisas recentes, o químico critica o discurso que descrevem biocombustíveis como a panacéia mundial para combater a crise do clima.

Crutzen aponta que mesmo culturas de baixa emissão de gases podem ter impacto negativo sobre o clima. A substituição de gasolina por álcool de cana-de-açúcar pode cortar emissões em até 50%, mas não se o aumento da área plantada implicar em derrubada de floresta. Uma guinada para a produção de biocombustível também pode agravar a fome em algumas regiões, diz.

Reunião de Bush começa desacreditada - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 28/09/2007

Condoleezza admite que EUA tentam conquistar liderança na questão climática

WASHINGTON. Ao abrir ontem a Reunião das Maiores Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática, a própria secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, confirmou as suspeitas da maioria dos 16 países participantes do evento. Ela contou que ele foi criado pela Casa Branca na tentativa de dar ao país um papel proeminente no debate climático.

— As mudanças climáticas são um problema global e nós estamos contribuindo para isso.

Portanto, estamos preparados para expandir a nossa liderança e encarar o desafio. Foi por isso que o presidente Bush convocou essa reunião — disse ela.

Por ter retirado os EUA do tratado internacional sobre o tema, o Acordo de Kioto, Bush acabou deixando o seu país numa posição isolada. Isso se tornou ainda mais evidente quando começaram a surgir as comprovações de que a emissão de gases poluentes, que contribuem para o efeito estufa, está se tornando uma grave ameaça ao planeta — tese que Bush, na época, alegara ser exagerada. Ao cair na realidade, ele decidiu recuperar terreno iniciando uma política agressiva com o objetivo não só de entrar de novo no jogo mas de assumir a liderança, ainda que a sua moda. Seu governo continua renegando Kioto (acordo que expira em 2012), mas está de olho na próxima etapa. Isso também ficou claro no discurso de Condoleezza: — O propósito desse encontro (em Washington) e dos que virão é garantir que todos nós trabalhemos pragmaticamente no sentido de um objetivo comum: contribuir para um novo sistema internacional para enfrentar as mudanças climáticas que vá além de Kioto. Os países convidados para o evento em Washington, em especial os europeus, mantiveram o seu ceticismo. Embora Condoleezza tenha enfatizado que “os EUA encaram muito seriamente as mudanças climáticas, porque são, ao mesmo tempo, a maior economia e um grande emissor (de poluentes)”, permaneceu generalizada a suspeita de que a reunião convocada por Bush — que hoje discursa no evento — tem como finalidade minar os esforços que vêm sendo feitos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com apoio de todos os demais países. — Não viemos aqui pensando que vamos obter resultados reais dessa discussão. Nosso objetivo é impedir que Bush utilize a reunião para solapar o processo de negociação que já acontece na ONU — confidenciou um dos representantes europeus a um grupo de repórteres, mantendo o anonimato pois não tinha autorização para discutir o assunto publicamente. No entanto, o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Marthinus van Schalkwyk, falou abertamente: — Apreciamos os sentimentos expressados por Condoleezza Rice. Mas o diabo está sempre nos detalhes... John Ashton, representante especial para mudanças climáticas do Reino Unido, reiterou que a proposta defendida pelos EUA — de cada país estabelecer para si mesmo um índice de redução de gases-estufa, em vez de haver um volume obrigatório e igual para todos — é um retrocesso: — Precisamos firmar compromissos de cada um de nós com os demais, e não só para nós mesmos.

O ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Sigmar Gabriel, foi ainda mais contundente.

Ele disse não estar muito preocupado com a jogada de Bush: — Todos nós sabemos que ele estará fora do governo daqui a poucos meses. Chris Miller, do Greenpeace, que reuniu 60 manifestantes para protestar à porta do evento, também menosprezou a iniciativa de Bush: — Essa reunião é apenas um jogo-de-cena.

Plantio de cana terá incentivo na Amazônia – O Globo – Capa – 28/09/2007

O governo vai permitir e até incentivar a produção de cana na Amazônia, desde que em áreas de pastagem degradadas. Segundo o ministro Reinhold Stephanes, a produção de álcool terá regras. Página 33 e editorial “Realismo ambiental”

Governo incentiva plantio de cana na Amazônia - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Economia – 28/09/2007

Condição é que terras voltadas à produção de açúcar e álcool sejam em área de pastagem degradada, diz ministro

BRASÍLIA. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que o governo vai permitir, e até incentivar, a produção de cana-de-açúcar na Amazônia, desde que a lavoura seja em áreas de pastagem degradadas.

Isso estará expresso no zoneamento agrícola que será lançado em junho de 2008. A idéia é disciplinar o uso das terras na produção de açúcar e álcool.

Segundo Stephanes, haverá quatro tipos de mapa. O primeiro conterà a atual produção de etanol e açúcar no Brasil. O segundo terá os locais, onde a cana pode ser cultivada, de acordo com a capacidade de produção. O terceiro indicará áreas em que o governo não quer plantio de cana.

As áreas restritivas serão localizadas no Pantanal, na Amazônia, na Mata Atlântica e em reservas indígenas, entre outras. O quarto mapa mostrará onde o plantio será incentivado.

. No último caso, a prioridade são as áreas de pastagem, degradadas ou não. Os produtores deverão receber incentivos para plantar a cana nesses locais . afirmou o ministro.

Na Amazônia, ele citou como exemplo o leste de Roraima, que tem extensa área de pastagem: . Vamos permitir o cultivo em áreas historicamente desmatadas.

Não deixaremos que seja derrubada uma única árvore para produzir etanol e açúcar.

Stephanes disse que já há algumas usinas no Amazonas, no Acre e no Pará. Mas alertou que o governo será cuidadoso ao autorizar novos projetos.

Os produtores terão de obter um selo socioambiental e cumprir leis trabalhistas: . Quem tiver o selo terá mais facilidades para exportar e, internamente, para obter financiamento do governo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, em almoço oferecido ao presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, que aquele país pode se tornar um importante parceiro do Brasil na produção de combustíveis verdes. Lula afirmou que etanol e biodiesel podem ajudar a combater o aquecimento global: Contamos com seu país para, juntos, oferecermos resposta a dois dos principais desafios do século XXI: desenvolvimento sustentável para os países mais pobres e contenção da mudança do clima.

Segundo Lula, as perspectivas de parceria estão principalmente na agropecuária e no campo da energia. Ele disse que o Cazaquistão tem grandes reservas de petróleo e gás natural, e a Petrobras tem conhecimento em prospecção, exploração e distribuição.

A visita é a primeira de um chefe de Estado da Ásia Central à América Latina. Ao sair do Itamaraty, Lula deu a Nazarbayev uma camisa e uma bola autografadas por Pelé, e os dois presidentes chegaram a bater bola.

O cazaque citou em seu discurso, além de Pelé, Ayrton Senna, Oscar Niemeyer, Paulo Coelho e Jorge Amado. Lula ficou repetindo .obrigado. em russo.

. O senhor é conhecido por grandes viagens. Já visitou mais de cem países. Espero que acrescente o Cazaquistão à lista . disse Nazarbayev a Lula.

Países criticam posição dos EUA sobre clima - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Vida & - 29/09/2007

Encontro das 17 economias que mais emitem gases-estufa do mundo, convocado pelo presidente americano, terminou sem nenhum avanço

O governo brasileiro criticou ontem as propostas dos Estados Unidos para controlar o efeito estufa e questionou a autoproclamada liderança dos americanos na questão climática. “Você ganha a liderança com ações”, disse Everton Vargas, subsecretário-geral de política do Itamaraty. Em discurso, em Washington, o presidente George W. Bush afirmou que os americanos precisam “liderar o mundo na produção de menos gases que provocam o efeito estufa”.

Vargas afirmou que o encontro de dois dias, promovido pela Casa Branca, não trouxe nenhuma novidade. “Os americanos não trouxeram nenhuma idéia nova, só reiteraram suas posições”, disse Vargas. “Ainda precisamos trabalhar mais com os Estados Unidos para ver se conseguimos persuadi-los a jogar pelas regras de um sistema multilateral - eles ainda rejeitam qualquer compromisso obrigatório e nós ainda esperamos um comprometimento deles com redução de emissões.” Os Estados Unidos abandonaram o Protocolo de Kyoto, acordo mundial que visa a cortar as emissões.

Bush defendeu metas voluntárias e investimento em tecnologias novas e limpas, que substituiriam as atuais baseadas em combustíveis fósseis. “Nós identificamos um problema. Vamos resolvê-lo”, disse.

O presidente americano também propôs um fundo internacional de energia limpa e a suspensão de barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio de bens energéticos e serviços. Nem Bush nem Condolleezza Rice, a secretária de Estado dos EUA, mencionaram a retirada da tarifa de importação sobre o etanol brasileiro, apontou Vargas.

Vargas afirmou que tecnologia apenas será insuficiente para deter o aquecimento global. “Não adianta ficar esperando a melhor tecnologia surgir e, enquanto isso, as emissões continuam crescendo.”

A reunião em Washington juntou 17 grandes emissores de gases-estufa do mundo - os americanos são os líderes, ainda que a China deva ultrapassá-los. Ela terminou sem que o abismo entre Bush e os demais países no campo ambiental diminuísse.

“A administração (Bush) parece estar bem isolada”, disse o representante britânico, John Ashton. “Acho que o argumento que podemos fazer isso por meio de estratégias voluntárias está bastante desacreditado internacionalmente.”

“Nossa mensagem aos Estados Unidos é esta: o que colocaram na mesa nessa reunião é um primeiro passo, mas não é suficiente”, disse o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Marthinus van Schalkwyk. “Acreditamos que os Estados Unidos precisam voltar à estaca zero.”

Democratas também criticaram o republicano Bush. O senador Barack Obama, pré-candidato à Presidência americana, disse que “medidas voluntárias não refletem nem inovação, nem liderança”. O senador Jeff Bingaman afirmou que os Estados Unidos “perderão a credibilidade para negociarem qualquer acordo climático internacional sério a não ser que possam mostrar um plano crível para limitar domesticamente os gases-estufa”.

REPETIÇÃO - Assim como os Estados Unidos, o Brasil também manteve na reunião sua posição histórica de recusar qualquer meta de controle de suas emissões. A principal contribuição brasileira é o desmatamento e as queimadas na Amazônia.

O País se opõe a qualquer sistema que, no futuro, “servirá como um meio de congelar o desenvolvimento das nações emergentes”, disse Vargas. Ele defende que o protocolo seja renovado após 2012, com objetivos flexíveis aos países pobres. “A maior responsabilidade pela mitigação dos efeitos do aquecimento global é dos países desenvolvidos”, afirmou. Segundo ele, será necessário remunerar os países em desenvolvimento que forem eficazes em conservar a natureza.

Marina cobra Stephanes sobre cana - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Ministra do Meio Ambiente pede explicações a colega da Agricultura, que falou de plantio em áreas da Amazônia

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ligou ontem para seu colega da Agricultura, Reinhold Stephanes, para cobrar esclarecimentos sobre a declaração do ministro, que afirmou na quinta-feira que o governo poderá autorizar o plantio de cana-de-açúcar em áreas degradadas ou devastadas da Amazônia. “Na conversa, a ministra confirmou e reafirmou que não há a menor hipótese de o governo estimular o plantio que leve direta ou indiretamente ao desmatamento da Amazônia”, contou o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Marina está em Brasília e Stephanes viajou no fim da tarde de quinta-feira para Curitiba.

Capobianco lembrou que o governo está elaborando um zoneamento para a cana e o estudo deve ficar pronto em meados do ano que vem. O zoneamento indicará as áreas ideais e as proibidas para os canaviais, segundo ele. “Não haverá estímulo ou permissão para o plantio de cana na Amazônia. A tendência, no governo, é a de não estimular o plantio na região.”

Na opinião do coordenador da campanha Amazônia, do Greenpeace, Paulo Adario, o governo federal é contraditório quando o assunto é o plantio de cana na Amazônia. Ele lembrou que há diferenças entre o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a proposta do ministro Stephanes, que defende o plantio de cana em áreas de savana e de pastagens degradadas da região, inclusive com incentivos fiscais.

“Há dois meses, em Bruxelas, o presidente Lula disse que a Amazônia não se prestava à cana-de-açúcar e que se o plantio fosse possível os portugueses já teriam plantado”, afirmou. Ele avaliou como “preocupante” a proposta do governo de ordenar o plantio na Amazônia, ou seja, de fazer um zoneamento agrícola para a cana.

O zoneamento deverá ser lançado em junho de 2008 e será feito a partir de quatro tipos de mapa, informou Stephanes. O primeiro vai trazer informações sobre a produção existente. O segundo trará indicações de áreas de plantio do ponto de vista agrícola (solo e clima) e onde haverá restrição para o plantio. Por fim, o governo apresentará mapas indicando onde gostaria que a cana fosse plantada.

Como possíveis áreas restritivas, ele citou a Mata Atlântica, Floresta Amazônica, Pantanal e áreas indígenas.

'Ameaça é o efeito dominó' - Andrea Vialli e Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Para ambientalistas, floresta pode ser prejudicada

As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, favoráveis à entrada da cana-de-açúcar em áreas da Amazônia repercutiram negativamente entre representantes do movimento ambientalista no Brasil e também na União Européia.

“O grande problema é que a expansão da cana para essas áreas pode repetir o ‘efeito dominó’ já verificado com outras culturas - quando a soja avançou para áreas de pastagens e essas, por sua vez, migraram para áreas de florestas”, explica Paulo Gustavo Prado, diretor de Política Ambiental da ONG Conservation International.

“O etanol está sendo proclamado pelo mundo afora como a primeira commodity ‘verde’, e não faz sentido que sua produção gere impactos sobre áreas de preservação como

a Amazônia”, diz. Segundo Prado, o argumento de que a cana vai recuperar áreas degradadas é duvidoso. “A cana é uma cultura que tende a esgotar mais o solo e não recuperar.”

Cláudio Maretti, superintendente de Conservação do WWF, segue o mesmo raciocínio. “O que temos notado é que o Brasil quer ser considerado um País ecológico apenas por ter biocombustível. Não é plantando cana que seremos mais ‘verdes’.”

Maretti diz que a produção de cana-de-açúcar ainda não pode ser considerada sustentável. “Há 30 anos vemos os impactos ambientais da cultura em São Paulo. Ainda há problemas com a queima e os canaviais continuam avançando sobre as matas ciliares”, ressalta.

SURPRESA - A União Européia se surpreendeu com a decisão do governo brasileiro de autorizar o plantio de cana na Amazônia e afirma que não permitirá a entrada no bloco de biocombustível que gere danos ambientais. Deputados europeus e ONGs alertam que a decisão prejudicará a imagem do etanol. “Vamos garantir que o que compremos venha de fontes sustentáveis”, afirmou o porta-voz da Comissão Européia para temas agrícolas, Michael Mann.

Usinas aderem ao fim das queimadas - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/09/2007

Governo paulista prevê adesão de 70% dos produtores do Estado ao programa até o fim do ano

O governo de São Paulo espera a adesão, ainda neste ano, de 100 a 120 usinas produtoras de açúcar e álcool ao protocolo agroambiental do setor, cujo principal compromisso é o fim da queima da palha de cana-de-açúcar até 2017.

Se confirmada a expectativa, entre 60% e 70% das 170 usinas e destilarias paulistas terão aderido ao programa em 2007. Em todo o Estado, das 280 milhões de toneladas cana processadas, cerca de 40% são colhidas com máquinas e 60% são queimadas, prática necessária para a colheita manual.

O governo deverá assinar com os produtores independentes de cana-de-açúcar um outro protocolo que prevê o fim das queimadas até 2021 em lavouras desses agricultores.

De acordo com Ricardo Viegas, gerente do projeto Etanol Verde e representante da Secretaria do Meio Ambiente, 36 usinas já protocolaram a adesão ao programa. “Acho que deveremos superar as previsões, mas, como é um programa de governo, é preciso cautela para avançar”, disse Viegas.

A primeira diretriz do protocolo já assinado com as usinas prevê a eliminação da queima em áreas mecanizáveis até 2014 . Já a segunda diretriz prevê o fim da queimada em áreas não mecanizáveis para 2017.

As usinas que cumprirem as normas propostas no protocolo vão receber um certificado de conformidade ambiental. Esse selo ambiental deve facilitar, por exemplo, a exportação de açúcar e álcool para países que ameaçam impor barreiras técnicas aos produtos brasileiros.

De acordo com Viegas, o comitê criado para implementar e avaliar o plano prevê ainda que cada usina tenha uma nota para execução dos pontos previstos no protocolo e que haja um valor mínimo para que ela não perca o certificado ambiental. A União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), estima que entre 70 e 80 unidades sucroalcooleiras paulistas, responsáveis pela metade da cana processada no Estado, devam aderir imediatamente ao protocolo.

Já o prazo para que os produtores independentes façam a adesão ao protocolo será de 2017, no caso das áreas mecanizáveis, a 2021, nas áreas em que só é possível a colheita manual de cana. Dados da Unica apontam que 25% da cana processada pela indústria paulista, ou 70 milhões de toneladas, é de fornecedores independentes.

O governo já iniciou reuniões de trabalho para tentar recolocar no mercado os trabalhadores rurais que perderão seus postos com o fim das queimadas.

Brasil sobe tom em evento sobre o clima – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Ciência – 29/09/2007

Embaixador brasileiro presente em reunião convocada por George W. Bush cobra engajamento real da superpotência

"Não podemos comparar a emissão gerada ao levar eletricidade para quem não têm àquela dos que usam SUVs", diz Everton Vargas

O presidente dos EUA, George W. Bush, acena ao encerrar sua fala no encontro dos principais poluidores ontem, em Washington

A delegação brasileira elevou o tom da discussão sobre aquecimento global no encontro sobre o tema convocado por George W. Bush. "A maior parte do mundo espera dos EUA um engajamento total nos esforços que todos estão fazendo para reduzir as emissões", disse o embaixador Everton Vieira Vargas, referindo-se à emissão de gases-estufa.

Anteontem, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, havia dito que seu país está preparado para expandir a liderança na questão. A declaração foi um avanço em relação às palavras de Bush em 2001, quando o presidente havia dito que não ratificaria o Protocolo de Kyoto pois o tratado poderia prejudicar a "economia e os empregos dos americanos".

Ainda assim, não convenceu todos os delegados dos países mais poluidores do mundo, que participavam em Washington da reunião intitulada "Encontro das Principais Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática". "Nós preferiríamos que os Estados Unidos fossem muito mais proativos nos compromissos", disse o diplomata brasileiro. "Você consegue a liderança quando você faz acordos."

Pela manhã, George W. Bush havia feito um discurso em que lançou duas iniciativas: a criação de um fundo internacional de tecnologia limpa para ajudar países em desenvolvimento e aquilo que o líder americano chamou de "livre comércio global de tecnologia energética", que prevê a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias para bens e serviços de energia limpa (leia texto abaixo).

O governo norte-americano não trouxe nenhuma idéia ou proposta nova, disse Vargas. "O que vimos foi uma reiteração do que já ouvimos antes." Ele lembrou que o estabelecimento de fundos, por exemplo, já era previsto dentro de Kyoto e afirmou: "Vou ser muito sincero: para mim, a questão não deveria ser de fundos, mas de financiamento. Prover dinheiro sem burocracia para ajudar países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres".

Vargas citou como exemplo áreas rurais da Índia e da China que precisam imediatamente de eletricidade, que provavelmente será gerada por carvão, uma fonte "suja" de energia. "Não podemos comparar a emissão gerada ao levar eletricidade a quem não tem àquela dos que simplesmente querem usar SUVs, que emitem 55% mais do que carros normais", afirmou, referindo-se aos enormes carros utilitários esportivos muito populares entre os norte-americanos.

Sobre a segunda proposta, foi igualmente crítico: "O presidente reforçou a importância do etanol como energia alternativa, mas não houve nenhuma menção às tarifas de importação que existem nos EUA para a importação do etanol brasileiro". Hoje, cada galão do biocombustível do país é tarifado em US\$ 0,54.

O subsecretário do Itamaraty para Assuntos Políticos defendeu ainda o caráter multilateral do tratado ambiental. "Temos de achar uma maneira de animar os EUA a entrarem no barco do regime multilateral", disse. "Os EUA são parte da Convenção [do Clima da ONU], ratificaram-na, mas recusam qualquer compromisso para reduzir as emissões."

Ecoou ainda o discurso feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da 62ª Assembléia Geral da ONU, na terça-feira. "Um dos pilares de Kyoto é a diferenciação entre os países", disse o diplomata. "O que não podemos ter é um sistema

multilateral que no futuro possa agir como uma maneira de congelar o caminho de desenvolvimento de países em desenvolvimento."

Vargas qualificou a reunião de Bush de "brainstorm". "Não estamos negociando nada, isso não é uma negociação", afirmou. "Estamos aqui para um diálogo." A iniciativa de Bush tem sido criticada por acontecer na seqüência de evento semelhante na ONU, em Nova York. Agora, a bola está com Bali. Em dezembro, a Indonésia sediará reunião que iniciará a negociação do acordo que sucederá Kyoto após 2012.

Americano "reinventa" mecanismo de Kyoto –Claudio Angelo – Folha de SãoPaulo –
Ciência – 29/09/2007

Como diria uma certa apresentadora de TV brasileira, George W. Bush deu uma guinada "de 360 graus" em suas posições sobre a crise climática: virou, virou e acabou voltando para o mesmo lugar. Em seu discurso de ontem, insistiu que as metas de redução de gases-estufa devem ser domésticas e voluntárias e que devem ser perseguidas por meio de novas tecnologias de energia limpa.

Como fez anteontem sua secretária de Estado, Condoleezza Rice, Bush tentou vender o peixe da "revolução tecnológica" para reduzir emissões "de uma maneira que não sabote o crescimento econômico". Como Rice, não convenceu.

A principal novidade da fala do presidente foi a proposta aos grandes emissores "de que nos juntemos juntos [sic] para criar um novo fundo internacional de tecnologia limpa". Esse fundo seria alimentado por contribuições de governos do mundo inteiro e ajudaria a financiar projetos de energia limpa nos países em desenvolvimento.

Onde foi que você ouviu isso antes? Ah claro: no Protocolo de Kyoto! O acordo internacional contra os gases-estufa, que Bush espezinhou em 2001 e contra o qual tem trabalhado sistematicamente, possui um dispositivo chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Que serve exatamente para financiar energia limpa nos países em desenvolvimento.

Pelo MDL, países ricos podem descontar de suas metas obrigatórias de redução as emissões poupadas por projetos de energia limpa no Terceiro Mundo. Mesmo tendo rejeitado Kyoto, Bush não poderia ignorar a existência de tal mecanismo -afinal, ele foi co-inventado pelos EUA, em 1997.

É estranho que o presidente queira reinventar a roda a esta altura do campeonato, a menos que sua real intenção seja manter o tal fundo a ser criado numa espécie de trilho paralelo, fora de um eventual acordo pós-Kyoto pelo qual o mundo deva adotar uma meta comum de redução de emissões.

Isso facilitaria a estratégia de estimular a venda de tecnologias novas e caras produzidas por empresas americanas, por um lado, protegendo por outro o setor "fóssil" da economia do país, que perderia com a adoção de compromissos internacionais obrigatórios.

A Europa e o Japão têm a dianteira hoje na indústria energética limpa. Como competitividade é o nome do jogo no clima, Bush voltou a dar sinais de que, mais uma vez, correr de compromissos internacionais é exatamente o que seu governo pretende. Delegados europeus presentes ao encontro em Washington disseram ao jornal "The Independent" que as declarações do texano foram "profundamente cínicas". Um deles as descreveu como uma tentativa nua e crua de minar os esforços das Nações Unidas. "O que ficou claro é o quão isolados os EUA ficaram; não houve apoio à abordagem de Bush", disse ao "Independent" John Ashton, embaixador do clima do Reino Unido. "Uma abordagem voluntária de redução de gases-estufa dificilmente seria mais bem-sucedida do que limites voluntários de velocidade nas estradas."

Frustração na reunião de Bush sobre clima - José Meirelles Passos – O Globo – Ciência – 29/09/2007

Propostas acanhadas dos EUA e resistência a Acordo de Kioto desanimam participantes ao final do encontro

WASHINGTON. - Embora a expectativa pelo discurso do presidente George W. Bush, ontem, na Reunião das Grandes Economias sobre Segurança Energética e Mudança Climática, fosse praticamente nula por parte dos 16 países convidados a participar dela, o resultado final revelou uma frustração maior do que a existente antes do encontro.

Ao avaliar a questão, o ministro do Meio Ambiente da Alemanha, Siegmund Gabriel, disse que o fato de Bush finalmente se dizer interessado em combater as emissões de gases que causam o efeito estufa, era um avanço.

Mas que suas propostas eram demasiado acanhadas.

Liderança americana é questionada

Um dos observadores da reunião, David D. Doniger, analista de clima do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais, dos EUA, sugeriu que Bush, na verdade, não mudara de opinião: — Eu não acho que o leopardo mudou as suas manchas.

O representante do Brasil, embaixador Everton Vargas, subsecretário-geral de Política do Itamaraty, disse que Bush não trouxe novas idéias. Ele apenas reciclou a antiga retórica, insistindo em resistir à imposição de uma meta geral de redução da emissão de gases, como estipula o Acordo de Kioto, preferindo que isso seja feito na base de decisões individuais: cada país traçaria a sua própria meta e seus métodos de controle.

— Vimos só uma reiteração do que ele já havia dito. Nós não queremos esse enfoque do controle voluntário.

O Brasil é muito favorável ao enfoque multilateral — reafirmou.

Bush tratou de convencer os seus convidados de que agora leva a sério o problema do aquecimento global.

Mas, na prática, apenas defendeu a sua teimosa posição: — Devemos levar o mundo a produzir menos emissões de gases que causam o efeito estufa, mas de uma forma que isso

não prejudique o crescimento econômico ou evite que as nações forneçam mais prosperidade ao seu povo — disse Bush.

Ele sugeriu a criação de um “fundo internacional de tecnologia limpa”, para buscar formas de cortar emissões. Vargas lembrou que já existem fundos para isso dentro do Acordo de Kioto, do qual Bush retirara os EUA assim que assumiu a Casa Branca. Num discurso em nome do Brasil, Vargas alfinetou: — Aqueles que se beneficiaram dos frutos do desenvolvimento nos últimos 200 anos, sem precisar preocupar-se com as conseqüências para o planeta, deveriam liderar um esforço comum. Seria justo para um país desenvolvido, que já contribuiu muito para o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, não se comprometer a reduzir emissões? Vargas encarou o encontro como uma nova chance de diálogo, na tentativa de convencer os EUA a acatarem a opinião da grande maioria.

Diante da declarada postura americana, de tentar assumir a liderança nessa área, com uma proposta já rejeitada pelo resto do mundo, Vargas rebateu: — Liderança só se obtém quando você de fato faz alguma coisa.

“Devemos levar o mundo a produzir menos emissões de gases que causam o efeito estufa, mas de uma forma que isso não prejudique o crescimento econômico.”

GEORGE W. BUSH - Presidente dos Estados Unidos

União internacional para soluções locais – Geddel Vieira Lima – Folha de São Paulo – Opinião – 30/09/2007

QUANDO, EM julho passado, a União Européia conferiu ao Brasil o estatuto de "parceiro estratégico privilegiado", o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, logo anunciou a vontade da UE de ouvir dos brasileiros propostas de cooperação sobre os diferentes temas de interesse global, como combate à pobreza, mudança climática, energia renovável.

No dia 9 de outubro, estarei em Bruxelas representando o Brasil com idéias objetivas para fazer prosperar essa importante parceria no tema do desenvolvimento regional e sua dimensão internacional. O diagnóstico que apresentarei em nome do presidente Lula é claro: as ações de desenvolvimento regional capazes de, ao mesmo tempo, conquistar mercados e promover inclusão social são aquelas que geram emprego principalmente pelo aproveitamento das vocações econômicas locais.

Por esse caminho trilham pequenos empreendedores do país, que, mesmo nem sempre contando com o devido apoio das organizações do Estado brasileiro, operam o milagre da geração e distribuição da renda, apoiando o combate às assimetrias nacionais, com resultados internacionalmente reconhecidos.

No Ministério da Integração Nacional, temos experimentado essa articulação criativa, forjada na estruturação de economias locais em padrões competitivos, por meio de

práticas solidárias e gestão participativa, exercitadas nos chamados arranjos produtivos locais (APLs).

Pelos APLs, comunidades que antes viviam economicamente excluídas e se situavam socialmente à margem da sociedade brasileira conquistam, por meio de ações produtivas organizadas, uma vida mais digna. Em Irecê (Bahia), por exemplo, dezenas de famílias que viviam do lixo foram instruídas sobre como operar uma cooperativa de reciclagem. Passaram a ter renda e moradia, mais saúde e educação, enquanto ajudam, com seu trabalho, a despoluir o ambiente e desenvolver indústrias regionais.

Temos estimulado APLs em todo o país com enorme variedade de mercados. Criando peixes, fazendo artesanato, beneficiando mel, fabricando farinha, milhares de brasileiros começam a participar do desenvolvimento regional e ampliar as divisas do país pela exportação de produtos típicos das suas localidades, como fibras de sisal, flores, frutas e até cachaça.

A perspectiva é de expansão. Só neste ano, o governo federal está cadastrando mais de 3.700 pequenos exportadores nos registros do comércio exterior que operam pelo sistema simplificado, via Correios ou serviços de "courrier". Com a inclusão desses microempreendimentos nas estatísticas, poderemos observar as regiões mais exportadoras e quais produtos têm perfil apropriado para atender a essas iniciativas locais, para que possamos ampliar incentivos à criação de novos APLs.

Chegaremos a Bruxelas amparados por esse contexto de vasto futuro para a gestão de nossas regiões. Levando inclusive nosso pioneirismo e força crescente no mercado dos biocombustíveis, um produto que tanto é fundamental aos interesses globais de combate ao efeito estufa como é plenamente adaptável à eficiência e à economia que os APLs representam.

Com o processo de certificação em curso, para carimbar os biocombustíveis produzidos de forma sustentável, ampliaremos ainda mais as condições de atrair investimentos estrangeiros em APLs ligados ao setor de energia renovável.

Produzir mamona, dendê, cana-de-açúcar e outras matérias-primas do biocombustível, conforme as normas internacionais, de respeito ao meio ambiente e de desenvolvimento social dentro da cadeia produtiva, significa ingresso seguro no grande mercado que se abre, sobretudo depois da decisão europeia de substituir, até 2010, 10% dos combustíveis fósseis por biocombustível.

A cooperação proposta pela UE exige do Brasil trabalho de amplitude e participação capilarizada dos administradores públicos. Daí a importância da presença dos diversos atores regionais -prefeituras, Sebrae, federações de indústrias, ONGs- no levantamento das vocações econômicas locais e na apresentação de propostas de novos APLs ao governo federal, por meio do Ministério da Integração Nacional.

A medida do sucesso dessa privilegiada parceria estará na nossa capacidade de aproveitar as excepcionais condições postas para reduzirmos a pobreza e as desigualdades - as questões globais que mais nos afligem.

Precisamos estar unidos para construir uma integração internacional que tenha, sim, base econômica, mas que também se baseie no anseio humano por um mundo mais equilibrado, coerente e justo.

GEDDEL QUADROS VIEIRA LIMA, 48, administrador de empresas, pecuarista e cacauicultor, deputado federal pelo PMDB-BA (licenciado), é o ministro da Integração Nacional.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

